

THIAGO GRANJA BELIEIRO

ÍNDIOS E POETAS

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Indianismo Literário 1808-1860.

ASSIS
2007

THIAGO GRANJA BELIEIRO

ÍNDIOS E POETAS

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Indianismo Literário 1808-1860.

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Antonio Celso Ferreira.

ASSIS
2007

Aos índios e aos poetas...

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a toda minha família pelo apoio e pelo incentivo em estudar sempre e cada vez mais. Em especial, agradeço aos meus irmãos Junior e Fernando que, sendo também pesquisadores e professores na área de ciências humanas, sempre me ensinaram o sentido e o propósito da busca de conhecimento.

Agradeço também aos amigos, muitos, sempre importantes em qualquer circunstância da vida. Ao casal Ivan e Vanda, obrigado pelo apoio e pela acolhedora estadia em Assis.

À minha namorada Keury Cristina, pelo companheirismo e apoio nos momentos difíceis, e também pela contínua leitura e revisão do texto.

Tenho muito a agradecer às instituições de ensino pelas quais passei, entre elas, dois colégios estaduais e um particular do Estado de São Paulo, e também as universidades, entre elas, a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual Paulista.

Aos professores que tive ao longo dos meus dezenove anos de formação vão meus sinceros agradecimentos, sem vocês nada seria possível.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Tânia Regina de Lucca, Helio Rebello Cardoso Junior, Silvia Cristina de Souza e Silva, pelas críticas, sugestões e contribuições ao processo de pesquisa.

Ao meu orientador, Antonio Celso Ferreira, agradeço pela parceria e orientação em todo o processo que permitiu a plena realização deste trabalho.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa de estudos que permitiu a realização dessa pesquisa.

Por fim, devo agradecer a República Federativa do Brasil, por tornar possível a minha formação escolar e acadêmica, num país onde tão poucos têm essa oportunidade.

Obrigado Brasil!

BELIEIRO, Thiago Granja. **Índios e Poetas**: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Indianismo Literário – 1808-1860. Assis, 2007. 121p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se no campo dos estudos históricos culturais. Assim, a análise histórica é aqui empregada com o objetivo de compreender o fenômeno artístico literário, a saber, o Indianismo Romântico do século XIX. Desse modo, o Indianismo é visto como uma Invenção Histórica, ou seja, é fruto de um trabalho e de um projeto consciente dos escritores no sentido de criação de uma cultura e uma literatura nacional, tendo o índio como figura central. Utilizando-se de preceitos teóricos e metodológicos do sociólogo Pierre Bourdieu, onde a produção artística mantém profundas ligações com o campo político, a pesquisa procura mostrar a ligação do campo literário romântico em formação e o campo político. Assim, vai-se analisar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nesse processo de Invenção Histórica. O IHGB congregava em seus membros a elite letrada da Corte entre eles, importantes escritores indianistas, tais como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. O Instituto foi responsável ainda por uma vasta produção de conhecimento sobre o índio, sendo essa produção responsável pela configuração de um campo de possíveis estéticos a respeito do indígena através de representações do mesmo. E mais, o IHGB foi o palco principal de uma acalorada contenda sobre a viabilidade de se escrever uma literatura tendo o índio como figura central, mostrando as diferentes tomadas de posição dos intelectuais do período acerca da Literatura Indianista.

PALAVRAS-CHAVE: História, Literatura, Indianismo, Romantismo e Índios da América do Sul.

BELIEIRO, Thiago Granja. **Indians and Poets**: The Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Brazil's Historical and Geographical Institute) and the invention of the Literary Indianism – 1808-1860. Assis, 2007. 121p. Thesis (Master's Degree in History) – School of Sciences and Letters, Campus at Assis, Universidade Estadual Paulista (Paulista State University).

ABSTRACT

This research is within the field of historical and cultural studies. Thus, the historical analysis employed here aims at understanding the literary artistic phenomenon, namely the XIX century Romantic Indianism. In this aspect, Indianism is seen as a historical invention, that is, it arises involuntarily within the European thought and within the Romanticism aesthetic precepts, which later became the result of writers' conscientious work and project in order to create both a national culture and literature, having the Indian as its central figure. By using sociologist Pierre Bourdieu's theoretical and methodological precepts – in which artistic production is strongly connected with the political field – the research seeks to show the connection between the romantic literary field in formation and the political field. Thus, the role of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Brazil's Historical and Geographical Institute - IHGB) is analyzed in this historical invention process. The IHGB congregated the literate elite of the Court, among who were important indianist writers such as Gonçalves Dias and Gonçalves de Magalhães. The Institute was also accountable for the vast production of knowledge on the Indian. This production was responsible for shaping the aesthetic possibilities regarding the Indians through the representations of them. Furthermore, the IHGB was the main stage of a fierce argument on the viability of making literature having the Indian as its central figure, showing the different positions the intellectuals of the period held about the Indianist Literature. With this, the research shows that Indianism comprises a historical invention having the IHGB as its main stage.

KEY WORDS: History, Literature, Romanticism, Indianism And South American Indians.

Sumário

Introdução.....	09
1. Os Viajantes e os indícios de uma representação indianista - 1808-1838.....	24
2. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: outros indícios de uma representação indianista – 1838-1860.....	47
3. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a contenda Indianista – 1838-1860.....	75
Conclusão.....	103
Fontes.....	107
Bibliografia.....	110

Introdução

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixa de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência

Andavam todos tão bem dispostos e tão bem feitos e galantes com suas pinturas que agradavam. Acarretavam dessa lenha quanta podiam, com mil boas vontades, e levavam-na aos batéis. E estavam já mais mansos e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade.

Pero Vaz de Caminha, maio de 1500.

Os primeiros cronistas do Novo Mundo, entre eles um dos mais célebres, o escrivão Real Pero Vaz de Caminha, evidencia em suas palavras um misto de assombro, curiosidade e principalmente simpatia pelos homens de feição parda. Esses homens, chamados índios pelos conquistadores, sendo inocentes e puros poderiam ajudar na empresa colonial e mais, poderiam receber a fé de Cristo.

Aos primeiros contatos ambas as civilizações (européia e indígena) parecem curiosas e solícitas umas com as outras, trocando presentes e partilhando cultura, naquele processo nem sempre amigável de descoberta do outro, como mostrado por Tzvetan Todorov.¹ Evidentemente, a superioridade da civilização européia e seus objetivos de conquista logo transformam o processo de descoberta do outro, num arrojo de conquista e dominação de uma cultura sobre outra.

¹ TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Na Europa, a carta de Caminha causa estupefação nos reis e nos demais que com ela tiveram contato. Logo outros viajantes aportam nas terras de além mar e novas notícias sobre a terra e seus homens chegam ao velho continente. Seriam homens como os europeus os tais índios? Seriam seres decaídos, quase animais? Ou simplesmente monstros bárbaros comedores de gente? Ou então, seriam bons e pacíficos como diz Caminha?

É no plano das idéias que os índios vão causar uma das mais interessantes discussões filosóficas acerca da natureza humana. Naturalistas, clérigos, filósofos e outros pensadores vão tomar parte numa acalorada polêmica acerca desses homens do Novo Mundo. De modo geral, os partidos irão se dividir entre detratores e apologistas do indígena. Os primeiros estavam interessados na dominação e escravização do índio, na conversão à fé de Cristo, ou simplesmente na detração dos americanos para o enaltecimento dos europeus. O segundo grupo estaria mais interessado em discutir o caráter humano, suas diferentes formas culturais, o homem primitivo ou natural face ao civilizado.²

Com efeito, o homem americano, notadamente o indígena brasileiro, mais atrasado culturalmente em relação aos demais indígenas do continente e, portanto mais próximo ao homem em estado natural, influenciou um grande número de pensadores desde o renascimento até o século das luzes. Desde naturalistas como Buffon e o abade De Pauw, o também abade Raynal, até filósofos como Erasmo, Tomás Morus, Montaigne, Montesquieu, Voltaire, Diderot e o que com mais afinco se dedicou ao tema, Jean Jacques Rousseau.³

No século XIX, o índio ainda desperta a atenção de Hegel, Kant, Thomas Moore, Schopenhauer e outros. Os filósofos românticos, como Fichte, Schlegel e Schleiermacher, ainda que de forma indireta, tiveram seu pensamento influenciado pelo índio ou pelo menos pela filosofia escrita a seu respeito.⁴

Na literatura ficcional, temos Rabelais, Shakespeare, o poeta Rosnsard que exploraram de forma indireta o tema indígena. No romantismo europeu, destaca-se Lammartine, Chateaubriand, Goethe, Ferdinand Denis, Herculano, entre outros.

² Antonello Gerbi mostra como o Novo Mundo gerou no pensamento europeu uma das mais interessantes e acaloradas discussões em torno da natureza e do homem americano. A polêmica sobre o Novo Mundo dividiu as opiniões entre detratores e apologistas. Os primeiros atacavam a América enquanto enalteciam a Europa. Os segundos faziam o contrário, atacavam a Europa e defendiam a América. Assim, era sempre o velho continente quem fornecia as referências a partir das quais o Novo Mundo deveria ser explicado. GERBI, Antonello. **O Novo Mundo: História de uma Polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³ MELO FRANCO, Afonso de A. **O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa**. 2 Ed, Coleção documentos brasileiros, Livraria José Olympio Editora, 1976. GERBI, 1996.

⁴ GERBI, 1996. GINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.

A presença do índio no pensamento europeu não se dava somente por interesses filosóficos, ou seja, interesses práticos também atuavam na configuração de determinadas formas de vê-lo. Assim, os detratores do indígena, ao verem nos povos índios seres degenerados, decaídos, selvagens e antropófagos, tinham um interesse velado em justificar a escravização, a conversão à fé cristã, ou melhor, justificavam a inserção do indígena nos projetos coloniais mercantilistas.⁵

Entre os detratores do Novo Mundo, o naturalista Buffon é um dos de maior destaque. Seus escritos, editados na obra *Historie Naturelle* publicada em Paris em 1761, são os primeiros a reunir de forma sistemática e científica as observações, os conceitos e os preconceitos sobre a natureza e o homem americano. Com efeito, a tese da debilidade ou inferioridade das Américas, nasce com Buffon em meados do século XVIII.⁶

Buffon alicerça sua tese no fato que os animais americanos são diferentes daqueles encontrados na Europa. Se forem diferentes, é porque são inferiores, débeis, o que prova isso é o fato de que na América não se encontram animais de grande porte. Os animais nativos são pequenos, aqueles introduzidos pelos europeus se apequenam. De onde conclui Buffon que a natureza americana é hostil ao desenvolvimento dos animais.⁷

Essa análise da natureza e dos animais americanos, Buffon estende aos homens: os indígenas. Para o naturalista, os homens na América são poucos e débeis, além disso, ao invés de utilizar a natureza em seu benefício, permanecem submissos a ela como um elemento passivo, sendo quase um animal como os outros. Apesar de reconhecer que os indígenas têm a mesma estatura dos europeus, mesmo assim esse fato não desmonta a tese do apequenamento das espécies americanas. Ainda, os índios têm pequenos os órgãos de reprodução e nem ardor

⁵ Ronald Raminelli investiga como diferentes imagens foram criadas pelos europeus acerca dos índios brasileiros. Para o autor, essas imagens sempre detratavam o indígena, sendo assim, os mesmos eram vistos como gentios, selvagens, bárbaros e antropófagos sempre na tentativa de justificar a dominação dos europeus sobre os índios no processo de inserção destes povos nos projetos coloniais mercantilistas. Desta maneira, os colonos forjavam justificativas para a escravização do índio. Os Jesuítas justificavam a necessidade da conversão dos índios à fé, outros justificavam a aculturação e a incorporação do índio à sociedade europeia nos trópicos. RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização: A representação do Índio de Caminha a Vieira**. São Paulo: Edunesp, 1996.

⁶ Sérgio Buarque de Holanda mostra como nos séculos XVI e XVII se desenvolveu a idéia de que se encontraria nas terras recém descobertas o Paraíso Terreal, mostrando ainda como essa associação do paraíso com a América, principalmente com o Brasil, motivou os projetos portugueses de descobrimento e colonização da América do Sul. Evidentemente, as preocupações com o Paraíso Terreal são muito mais antigas, passando por personagens como Aristóteles e Platão e os apóstolos bíblicos. Mas é com as descobertas marítimas do século XVI que as mentes se agitam e a questão ganha fôlego sendo debatidos por viajantes, clérigos, filósofos e homens comuns. Para Sérgio Buarque, a idéia do Paraíso Terreal localizado nos trópicos irá permanecer até meados do século XVIII com o surgimento das teses buffonianas até se completarem com o pensamento de Hegel sobre as Américas. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: Os Motivos Edênicos no Descobrimto e Colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

⁷ GERBI, 1996, p. 20.

têm por sua fêmea. Além do mais são extremamente preguiçosos, só as necessidades naturais os fazem agir. Enfim, o homem americano “era, em si, somente um animal de primeira classe”.⁸

De fato, a tese da inferioridade americana de Buffon terá sua influência sentida em pensadores iluministas como Hume e Voltaire, além de voltarianos como o abade Raynal e o literato Marmontel.

Contudo, é o abade Corneille de Pauw quem levará a extremos as teses buffonianas. Sua obra *Recherches philosophiques sur lês Américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l’histoire de l’espèce humaine*, publicada em Berlim no ano de 1768, encerram toda a sorte de difamações acerca do Novo Mundo e de seus habitantes.

O abade de Pauw acreditava fielmente no progresso e na civilização, única capaz de desenvolver o homem plenamente. Assim a América, em comparação à civilizada Europa, possuía tudo aquilo que caracterizaria uma região atrasada, degenerada, inferior enfim. Ao contrário de Rousseau, desacreditava completamente na tese da bondade natural do homem desenvolvida pelo filósofo de Genebra anos antes e que trataremos mais adiante. Com isso, os homens americanos eram para ele seres degenerados, animais e que “odeiam as leis da sociedade e os obstáculos da educação”.⁹

E mais, para o abade De Pauw, os americanos, não vivendo em sociedades organizadas, tenderiam ao embrutecimento e à imbecilidade. Segundo ele, os índios são inferiores em tudo, possuem menos sensibilidade, menos humanidade, menos gosto e instinto, menos coração e menos inteligência, enfim menos tudo. E conclui que os mesmos “são como bebês raquíticos, irreparavelmente indolentes e incapazes de qualquer progresso mental”.¹⁰

Entretanto e apesar disso, os europeus não tinham o direito, segundo o abade De Pauw, de dominar e maltratar os índios como vinham fazendo só por pertencerem a uma civilização superior. Assim, para o autor, os europeus vêm abusando de sua incontestável superioridade sobre os povos da América.

As concepções do abade Corneille de Pauw serão adotadas por autores como Francis Bacon, que vê os índios como um povo simples e selvagem, jovens e atrasados nos compassos da civilização. E tudo isso, segundo Bacon, por conta da juventude do próprio continente. Assim, habitando um continente jovem, os índios seriam igualmente jovens e, portanto, os seus habitantes seriam escassos e atrasados. Ambos os autores acreditavam em causas naturais

⁸ BUFFON, 1761 apud GERBI, 1996, p. 23.

⁹ DE PAUW, 1768 apud GERBI, 1996, p. 56-57.

¹⁰ Idem, 1996, p. 58.

que seriam determinantes para esse atraso, catástrofes naturais como terremotos e dilúvios aparecem nas teorias de um e de outro.¹¹

As concepções do naturalista Buffon e do abade De Pauw, além de outros pensadores que filiaram seu pensamento ao deles, tiveram grande repercussão na Europa e deram origem à famosa polêmica estudada por Antonello Gerbi. De modo geral, suas teses foram desconstruídas sistematicamente por autores apologistas dos índios como o abade Pernety, o filósofo La Douceur e alguns Jesuítas como os padres Clavigero e Velasco.

Os apologistas dos índios o fizeram quase sempre contrapondo o homem civilizado face ao homem primitivo, ou seja, enaltecendo o homem americano próximo à natureza em detrimento do europeu civilizado. Os filósofos do século XVII tais como o holandês Grotius, e o alemão Pufendorf, são os primeiros a conceber a idéia do homem natural. Para o primeiro era esse o estado feliz do homem, já para o segundo podia ser o estado inocente e feliz e ao mesmo tempo cruel e bárbaro. Ainda no século XVII temos o inglês John Locke que utiliza a idéia do homem natural para a concepção de sua filosofia política. Para ele o estado natural era quase a própria idade do ouro, posterior a anarquia pré-política e pré-social.¹²

Mas serão os filósofos Michel de Montaigne e Jean-Jacques Rousseau que construirão os discursos mais sistemáticos para o enaltecimento dos índios em estado natural e de sua vida mais próxima à natureza em detrimento do homem civilizado.

Michel de Montaigne escreve seus *Ensaíos*¹³ ainda no século da descoberta do outro, o XVI. Tratando em sua obra de variados temas, Montaigne dedica um dos seus ensaios a entender o caráter geral dos homens do Novo Mundo. No ensaio *Dos Canibais*, Montaigne dá vida à tese de que a sociedade, a civilização é que corrompe o homem, fazendo dele um ser egoísta e cruel. Assim, os índios vivendo em estado natural, governando-se por leis naturais, distantes do estado civilizado, eram virtuosos e viviam felizes.

Para o filósofo bárbaros e selvagens são os europeus que escravizam e humilham seus semelhantes. Ainda, os índios não conheciam palavras de uso corrente na Europa, tais como mentira, traição, avareza, dissimulação, inveja, maledicência. Sendo assim, Michel de Montaigne faz uma apologia da civilização indígena e de seu modo de vida próximo à natureza em detrimento do europeu civilizado, corrompido por sua civilização.¹⁴

¹¹ GERBI, 1996, p. 56-74.

¹² MELO FRANCO, 1976.

¹³ MONTAIGNE, Michel. *Os Ensaíos*. São Paulo: Martins fontes, 2000.

¹⁴ MONTAIGNE, 2000, p. 307.

Contudo, será o filósofo genebrino Jean-Jacques Rousseau quem irá desenvolver com mais profundidade a tese segundo a qual a civilização é a corruptora do homem. Em seu texto *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, enviado à academia de Dijon em 1753, Rousseau procura entender qual a origem da desigualdade entre os homens.

A idéia geral presente em todo o Discurso é a distinção entre dois tipos de homens. O primeiro é o homem em estado de natureza original, natural e originalmente bom. A este homem em estado de natureza, se opõe o homem civilizado, transformado ao longo do tempo e do convívio social. Isso fundamenta todo o Discurso, existe uma bondade original na natureza humana: a evolução social corrompeu-a. Com isso, a origem da desigualdade reside na evolução intelectual do homem, ou seja, a desigualdade entre os homens advém do desenvolvimento civilizacional dos povos. Desta forma, quanto mais civilizada a sociedade, mais desigual ela será.¹⁵

Para Rousseau existem dois tipos de desigualdade, a física e a moral. A desigualdade física é aquela estabelecida pela natureza, a moral ou política é aquela estabelecida pela sociedade. Dessa forma, o retorno filosófico ao estado natural do homem, através da análise das sociedades indígenas, é importante para Rousseau na medida em que permite ao autor vislumbrar a passagem de uma forma de desigualdade a outra, ou seja, da desigualdade natural para a desigualdade social.

Assim, a inteligência é o germe de toda a degeneração do homem, e aqueles que estão ainda em estado selvagem, pouco desenvolvidos intelectualmente, só podem ser naturalmente bons. Uma vez que, segundo o autor, os homens em estado de natureza não possuem espécie alguma de relações morais ou de deveres comuns, com isso, “não poderiam ser nem bons nem maus ou possuir vícios ou virtudes [...]”.¹⁶ Uma vez que, a moral, e os conceitos de bom e mau, só existem em sociedades civilizadas.

Portanto, para o filósofo de Genebra o homem torna-se mau em sociedade, em busca da satisfação de desejos funestos e alheios à suas necessidades naturais. Conclui-se que o homem em estado de natureza é naturalmente bom, pois desconhece aquilo que o torna mau, e continua bom, pois não tem necessidade daquilo que o torna mau. E conclui Rousseau: “[...]”

¹⁵ ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Rousseau**. Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

¹⁶ ROUSSEAU, 1996, p. 75.

as diferenças que distinguem os homens, inúmeras, consideradas naturais, são unicamente obra do hábito e dos vários gêneros de vida que os homens adotam em sociedade”.¹⁷

Ainda que não utilize o termo em seu discurso, as idéias de Rousseau sobre os homens em estado natural, e os indígenas sul-americanos em especial, ficarão conceituadas como o *Bon Sauvage*. Este conceito será amplamente utilizado pelos apologistas dos índios, que procurarão ver nos índios americanos e notadamente nos índios brasileiros, o bom selvagem construído hipoteticamente por Rousseau.

Assim, o conceito do *Bon Sauvage* será associado aos indígenas brasileiros, e essa idéia ganhará corpo e consistência com o Romantismo, vindo por fim a adquirir vulto e relevância na literatura romântica brasileira.

Nascido como movimento artístico em fins do século XVIII e perdurando até meados do século seguinte, o Romantismo surgiu em oposição ao Classicismo e assumiu um caráter de extrema complexidade distribuindo seus conceitos por diversos campos do conhecimento. Aqui nos interessa os cânones estéticos do movimento que constroem alguma relação com o indígena e que serão responsáveis pela conceituação do indianismo enquanto movimento literário.

Com efeito, alguns dos cânones estéticos românticos vão se relacionar diretamente com o bom selvagem de Rousseau. Desta forma, o historicismo, o primitivismo, o culto à natureza e do homem primitivo constituem-se em preceitos básicos do movimento.

Como visto, a teoria do *Bon Sauvage* de Rousseau surge da descrença do filósofo de Genebra para com a civilização ou a cultura civilizada, responsável segundo o autor pela desigualdade entre os homens. Os românticos que se opunham aos classicistas apologistas da civilização encontram nas idéias de Rousseau um campo fértil para o desenvolvimento de seus preceitos estéticos.

Com isso os românticos vão pregar um culto exacerbado da natureza, uma volta a ela, refletindo, portanto, a insatisfação com o todo da cultura, se afastando dela num misto de desencanto e reprovação com seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os românticos vêem no passado o caminho de redenção, é no tempo histórico que estariam os tempos felizes, deixados para trás. Com isso, desenvolvem-se entre os românticos a nostalgia do primitivo, um anseio velado de volta às origens, onde o homem era puro e feliz. Assim é que se entende o grande apelo da teoria do *Bon Sauvage*, é no homem primitivo, notadamente naquele homem que ainda vive nas Américas, que o poeta deve buscar as verdadeiras formas de

¹⁷ ROUSSEAU, 1996, p. 82.

existência. Sendo assim, esse gosto pelo primitivo e pelo exótico vai se refletir nas produções artísticas dos românticos e se verá traduzido principalmente na Literatura Indianista.^{18 19}

Outros cânones estéticos do movimento, tais como o nacionalismo e a “cor local”, ou seja, o culto da nação na valorização daquilo que ela possui de diferente e próprio vai encontrar no Brasil Imperial um momento histórico propício para seu desenvolvimento.

O Romantismo enquanto movimento artístico surge no Brasil após 1822, mais precisamente após 1836 quando se publica em Paris a revista *Nitheroy*, considerada marco inicial do movimento no país. Desta maneira, o movimento romântico no Brasil vai estar intimamente ligado ao processo de consolidação da independência, principalmente com relação ao desenvolvimento de uma cultura erudita independente, nacional.

Assim, ao mesmo tempo em que se constrói o Estado Imperial, busca-se edificar também a nação cultural. Desta maneira, os cânones estéticos românticos vão servir aos artistas brasileiros, principalmente literatos, na medida em que iam ao encontro dos anseios políticos do jovem Império, interessado na consolidação da nação e do nacionalismo. Assim, a “cor local”, a natureza americana, a história colonial e o homem primitivo se tornarão termos correntes e temas profícuos dentro da literatura brasileira.

É assim que boa parte da produção artística do Império estará pautada por essa preocupação em criar uma arte nacional, com uma busca incessante pela “cor local” seja nos temas, nas formas pictóricas, ou mesmo no caso da literatura, no emprego de termos indígenas e africanos, sempre na tentativa de diferenciar a nossa produção artística das demais. É o que Machado de Assis chamaria astutamente décadas depois de “Instinto de Nacionalidade”.²⁰ Esse instinto e essa tarefa de construção da nação serão atribuídos principalmente aos literatos, que assumirão o papel político de construção da nação através das suas obras, será *O fardo dos homens de letras*.²¹

¹⁸ A utilização do índio como tema literário tem início no Brasil ainda no século XVIII com os poemas épicos de Basílio da Gama, com *O Uruguai*, publicado em 1761 e com *O Caramuru* de José de Santa Rita Durão, publicado em 1781. No século XIX a temática indígena é explorada por Gonçalves Dias nos seus *Primeiros Cantos*, publicado em 1846. Posteriormente o mesmo autor publica *Os Timbiras* em 1857. Além desses, Gonçalves de Magalhães publica em 1856 o poema épico *A Confederação dos Tamoios*. Ainda destaca-se os romances de José de Alencar, *O Guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, publicados respectivamente em 1857, 1865 e 1874. Por fim temos a coleção de poesias de Machado de Assis que também exploram a temática, as *Poesias Americanas*, publicadas em 1876. Outros autores também exploraram a temática, como Firmino Rodrigues Silva, com a obra *Nêmia*, publicada em 1837 e Bernardo Guimarães, com as obras *o Ermitão de Muquen*, de 1869 e *o Índio Afonso* do mesmo ano.

¹⁹ GINSBURG, 1985, p. 266.

²⁰ ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade. In: **Obras Completas de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Editores, 1970. p. 129.

²¹ Jefferson Cano procura entender em sua tese, como os homens de letras do período romântico, tentaram fazer de suas obras uma intervenção política através de certos temas e formas literárias, no processo de organização do

Na busca de nacionalidade, de uma tradição histórica, de um herói e de um mito nacional, o índio vai se tornar o personagem central. Sua figura, suas tradições e mitos, sua língua e costumes vão ser amplamente utilizados pelos literatos em suas obras ficcionais. Essa utilização vai se constituir numa invenção histórica, a invenção do Indianismo Literário.

Stephen Bann, na obra *As Invenções da História*, nos mostra como são criados historicamente elementos de representação que hoje estão cristalizados na consciência coletiva, mostrando ainda como é possível se debruçar sobre o passado, descobrindo através dos inúmeros discursos e práticas culturais como são inventados estes elementos de representação. Assim, analisando a cultura popular, as práticas culturais eruditas, os discursos oficiais e culturais, é possível delinear o surgimento de um elemento unificador para a nação, como algo historicamente inventado, no presente caso o indianismo. Esta invenção atravessa diversas esferas da sociedade. Pode surgir involuntariamente dentro de um contexto cultural popular, ou ainda pode desenvolver-se ligado a um grupo de pessoas ou a uma instituição oficial ou não.²²

Com efeito, a partir de 1838 com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, praticamente a única instituição cultural erudita da Corte, o Movimento Romântico passou a contar com um local privilegiado para seu desenvolvimento e propagação. O Instituto, que congregava em seus quadros, literatos com Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, entre outros, passa a funcionar como uma verdadeira confraria literária, onde posições estéticas eram debatidas e consagradas.

Essa tendência se acentua na década de 50 do século XIX, quando o Instituto passa para a tutela do Estado Imperial, e quando o Imperador passa a ser assíduo frequentador do IHGB. Neste momento o Imperador dom Pedro II passa a interferir nos projetos culturais do Instituto, seja na proposição de temas de pesquisa, seja no apoio a literatos ou mesmo se engajando em discussões literárias para defender certas posições estéticas adotadas pelos escritores membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

É assim que a invenção histórica do Indianismo Literário torna-se um projeto oficial de Estado, ou seja, surge e se consolida enquanto movimento literário dentro do Instituto Histórico, com o apoio direto do Imperador e do Estado Imperial. E mais, o IHGB produz um vasto conhecimento sobre os índios, torna-se um dos palcos principais de uma acirrada

Estado e da sociedade Imperiais. CANO, Jefferson. **O Fardo dos Homens de Letras**: O “orbe literário” e a construção do império brasileiro. Tese de doutorado: Unicamp, 2001.

²² BANN, Stephen. **As Invenções da História**. São Paulo: Edunesp, 1994.

discussão em torno do índio como símbolo da nacionalidade, ao mesmo tempo em que estimula e legitima uma produção literária tendo o indígena como figura central.

A sociologia da arte tem prestado uma significativa contribuição aos estudos que se dedicam a compreender o fenômeno artístico literário. Entendendo os movimentos literários como uma estrutura objetiva de relações entre instâncias sociais, onde a arte e a política encontram-se intimamente ligadas, sobretudo nos períodos iniciais de configuração de um campo literário, a produção artística só poderá ser devidamente explicada se considerar as relações estabelecidas entre os produtores de bens culturais e a sociedade, ou entre o campo literário²³ e o campo de poder.²⁴

Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, na ciência das obras de arte são três as operações necessárias e que são necessariamente interligadas. Em primeiro lugar, analisar a posição do campo literário em relação ao campo de poder. Em segundo lugar, está a necessidade de se analisar a estrutura interna do campo literário, ou seja, perceber a estrutura de relações objetivas entre as posições que aí ocupam indivíduos ou grupos. Em terceiro lugar, está a análise da gênese do *habitus* dos ocupantes dessas posições, ou seja, os sistemas de disposições culturais que façam com que determinados autores assumam determinadas posições estéticas.

Desta maneira, no presente caso do Indianismo Literário, o campo literário está estruturalmente subordinado ao campo de poder. Dessa forma, o campo literário produz de acordo com as determinações e necessidades do campo de poder. Essa relação será também determinante na análise da posição dos diferentes escritores dentro do campo literário, assim a maioria deles são submissos às determinações do campo de poder, seja pra manter as posições conquistadas, como no caso de Magalhães, seja para buscar a consagração, como no caso de Alencar, que mesmo não fazendo parte do grupo de escritores do IHGB, seguiu suas determinações estéticas e escreveu livros com temática indianista.

Por ultimo, a formação do *habitus* desses escritores, ou seja, a visão de mundo desses autores como uma estrutura estruturante e estruturada, que guia o escritor no momento em que

²³ Segundo Pierre Bourdieu: “O campo literário é um campo de forças a agir sobre todos aqueles que entram nele, e de maneira diferencial segundo a posição em que ocupam (ao mesmo tempo que um campo de lutas de concorrência que tendem a conservar ou a transformar esse campo de forças)”. BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 262.

²⁴ Segundo Pierre Bourdieu: “O campo do poder é o espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos”. BOURDIEU, 1996, p. 244. Desse modo, no Brasil Imperial, quando se fala em campo do poder, estamos nos referindo às instituições políticas, como o senado, por exemplo, ao mesmo tempo em que se pode referir ao Imperador e as instituições concernentes ao seu poder. Do mesmo modo, se pode referir às instituições culturais que mantêm relações estruturais de subordinação ao Estado Imperial, tal como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

produz a obra de arte segundo as suas tomadas de posição. O *habitus* então é formado por aquilo que Bourdieu chama de “campo de possíveis estéticos”, ou seja, um universo de problemas, de referências estéticas, de marcas intelectuais, de conceitos em “ismo” (romantismo, arcadismo), em resumo, um sistema de coordenadas estéticas comuns a um grupo, que transcende os agentes singulares, funcionando com um sistema comum de coordenadas que faz com que autores estejam situados uns em relação aos outros. Ou melhor, são as possibilidades de criação estética que estão enraizadas na estrutura do pensamento e das idéias de determinado momento histórico e que afloram como um movimento artístico determinado, ou como uma invenção histórica como a do Indianismo Literário.

Desta forma, no presente caso do Indianismo Literário, notamos a intrínseca relação de subordinação entre o campo literário e o campo de poder. Uma vez que, segundo Bourdieu, nos anos iniciais de formação de um campo literário, esse geralmente encontra-se numa relação objetiva de dependência com relação ao campo de poder. Dessa forma, as necessidades e as exigências do campo de poder vão determinar a produção do campo literário. Na medida em que o campo literário ganha autonomia, o campo de poder perde influência e o mercado é quem passa a determinar a produção artística deste campo. Num momento de extrema independência do campo literário, esse passa a criar de acordo com as necessidades e exigências do próprio campo, surgindo então a “arte pela arte”.²⁵

Desse modo, sendo o Romantismo um movimento literário ainda incipiente no Brasil, com profundas ligações do campo literário romântico com o campo do poder, principalmente na relação entre os escritores e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim, se entende o Indianismo como um projeto oficial de Estado tendo o IHGB como palco principal.

Com efeito, segundo Pierre Bourdieu, o fato de certo grupo de autores partilharem os mesmos locais de encontros específicos, tais como cafés literários, revistas, associações culturais, salões, Institutos de produção erudita como o IHGB, ou de estar expostos às mesmas mensagens culturais, obras de referência comuns, questões obrigatórias, acontecimentos marcantes, são suficientes para determinar uma problemática comum. Ou seja, um campo de possíveis estéticos comum ao grupo, bem como um espaço de tomadas de posição onde cada escritor deve definir sua posição no campo literário e conseqüentemente com relação ao campo de poder.²⁶

Contudo, segundo Pierre Bourdieu, as relações estabelecidas entre as posições e as tomadas de posição, não podem ser vistas como uma relação mecânica, ou seja, cada

²⁵ BOURDIEU, 1996.

²⁶ Idem, 1996.

produtor, escritor, artista, sábio, constrói seu próprio projeto criador em função de sua percepção das possibilidades disponíveis, inscritas em seu *habitus* por uma determinada trajetória e também em função da posição que ocupam no campo literário, fazendo com que escolham ou recusem tal ou qual possibilidade estética.²⁷

Desse modo, o IHGB assume um papel preponderante, passando a ser o responsável principal pelo projeto de Invenção Histórica do Indianismo, seja estimulando e legitimando essa produção, seja atuando na configuração das possibilidades estéticas com as quais os escritores irão se defrontar no momento da criação artística.

Os produtores de bens culturais, entre eles os escritores, são homens comuns que apenas se diferenciam dos demais pela sua criatividade e ainda pela sua formação intelectual. Dessa maneira, os homens de letras assim são chamados não só por produzirem obras escritas, mas principalmente pelo fato de formarem seu espírito criador dentro do conhecimento e dos cânones estéticos de seu tempo.

Dessa forma, na configuração daquilo que Pierre Bourdieu chama de campo de possíveis, vários são os fatores concorrentes. A formação escolar dos escritores, onde se educaram, sob quais pontos de vista formaram seu espírito são importantes na configuração do *habitus* desses homens de letras.²⁸ Assim, assumem importância fundamental as obras lidas, os esquemas de pensamento aos quais se inserem ou se vêm inseridos, os modos de pensar herdados, os adquiridos e os construídos ao longo dessa trajetória de formação. E ainda no caso específicos dos escritores, as escolas estéticas do momento histórico de criação, as disputas por consagração desses movimentos, tudo isso ajuda na configuração do campo de possíveis e conseqüentemente do *habitus* desses escritores.

Desse modo, com relação aos escritores indianistas, o que vai ser importante é a maneira como o índio foi visto ao longo dos séculos desde a descoberta do Novo Mundo até o momento do Romantismo no Brasil.

Assim, a trajetória de idéias construídas pelo pensamento europeu a respeito do índio teve alguma influência na configuração do *habitus* desses escritores, na medida em que se mostram também como um campo de possíveis. Dessa forma, os escritos apologistas do índio,

²⁷ BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas sobre a Teoria da Ação**. São Paulo: Papyrus Editora, 1997. p. 64.

²⁸ É sabido da formação européia que receberam muitos de nossos escritores, entre eles Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. Assim, o modo europeu de ver o mundo e principalmente o Brasil vai se fazer sentir nos escritos desses homens de letras, pois segundo Bourdieu “enquanto ‘força formadora de *habitus*’ a escola propicia aos que se encontram direta ou indiretamente submetidos à sua influência, não tanto esquemas de pensamento particulares e particularizados, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação, aos quais pode-se dar o nome de *habitus* cultivado”. BOURDIEU, 1997, p. 211.

sobretudo o discurso de Rousseau sobre o homem em estado natural, onde surge a idéia do *Bon Sauvage*, se tornará então um conceito formador do Indianismo Literário.

No Brasil do século XIX, a configuração de um campo de possíveis estéticos sobre o índio, será verificada principalmente na produção de conhecimento sobre os povos indígenas do país. Seja de forma anedótica e pitoresca, seja na forma de um conhecimento protocientífico, ou até mesmo através de contatos diretos entre índios e brancos. Desse modo, os relatos de viagem de europeus como Debret e dos naturalistas Spix e Martius inserem-se no primeiro grupo. A produção etnográfica do IHGB, escrita por clérigos, fazendeiros e outros, fazem parte do segundo grupo. Assim, será essa produção de conhecimento uma das responsáveis pela configuração de um campo de possíveis estéticos sobre o indígena do Brasil.

Para reconstruir esse campo de possíveis estéticos, ou seja, as reais possibilidades de criação presentes no conhecimento acerca do índio, vai se analisar as representações escritas a seu respeito. Segundo Carlo Ginzburg, a representação constitui-se em conceito ambíguo, pois ao mesmo tempo em que faz às vezes da realidade representada, evoca a ausência. Da mesma maneira, tornando visível a realidade representada, sugere a presença.²⁹

Roger Chartier por sua vez, assim define as representações: “As classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”.³⁰ Segundo o autor, essas representações variam segundo as classes sociais e os meios intelectuais, sendo produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas próprias do grupo. E mais, as representações guardam sempre certa semelhança com a realidade representada, ou seja, refletem as práticas sociais ou culturais que representam. Nessa pesquisa vai-se utilizar o termo representação indianista para indicar o tipo de representação que faz apologia dos índios nos mais diversos aspectos e representação não indianista para indicar as representações que depreciam a imagem do mesmo. Sendo assim, essas representações vão atuar na configuração do campo de possíveis estéticos do indianismo.

Se a história é feita com os testemunhos do passado, serão eles que determinarão os caminhos e a estrutura dessa pesquisa. Assim, essa tem por objetivo reconstruir, dentro dos limites deste trabalho, o campo literário romântico indianista. De modo que essa pesquisa dedica-se a analisar as intrínsecas relações de subordinação estrutural entre os campos

²⁹ Representação: A palavra, a idéia, a coisa. In: GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: Nove Reflexões sobre a Distância. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

³⁰ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1988. p. 15.

literário e de poder através da análise do papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no processo de invenção histórica do Indianismo Literário.

Sendo assim, a pesquisa vai se dedicar num primeiro momento à busca de indícios de representação sobre o índio, no intuito de reconstruir o campo de possíveis estéticos com os quais os escritores indianistas irão se defrontar na formação de seu *habitus*. Num segundo momento, a pesquisa visa analisar o debate ocorrido dentro e fora do IHGB sobre a viabilidade de se escrever uma literatura tendo o índio como figura central. Espera-se com isso reconstruir o campo literário internamente, ou seja, as disposições estéticas comuns ao grupo, bem como as posições e as tomadas de posição dos autores, determinadas pelo seu *habitus*, e também externamente, ou seja, na relação deste campo com o campo de poder.

Com isso o primeiro capítulo, sob o título: “Os Viajantes e os indícios de uma representação indianista - 1808-1838” irá se dedicar à análise dos relatos de viagem escritos no início do século XIX por europeus e norte americanos. Entre eles estão os naturalistas Spix & Martius, que se caracterizam pela ambigüidade do discurso em relação ao índio. Ainda Jean Batiste Debret, que faz uma apologia dos índios e de seu modo de vida. Outro autor é João Mauricio Rugendas, que enaltece os povos indígenas antes do contato com a civilização portuguesa, além de outros como Daniel Kidder e Henry Koster. Esses relatos de viagem, além de configurar o campo de possíveis estéticos, serão responsáveis também pela configuração do narrador ficcional romântico. É assim que se notam nessas fontes representações que fazem apologia dos índios, ao mesmo tempo outras que depreciam a imagem do mesmo. Tanto as primeiras quanto as segundas configuram o campo de possíveis estéticos a respeito do índio.

O segundo capítulo, sob o título: “A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: outros indícios de uma representação indianista – 1838-1860” vai se dedicar a análise da gênese do Instituto Histórico nas suas relações com o campo de poder e com o campo literário. Assim vai-se mostrar a subordinação estrutural deste campo de produção erudita com relação ao Estado Imperial. E mais, vai-se analisar a produção de conhecimento sobre os índios publicados na revista do IHGB, em busca de representações que configuram também um campo de possíveis estéticos a respeito dos homens de feição parda. Essa forma de conhecimento protocientífica foi escrita por clérigos como Januário da Cunha Barbosa, que enaltece certas qualidades dos índios com o objetivo de justificar a catequese. No mesmo caminho estão os textos do Jesuíta João Daniel, que faz apologia dos índios também no sentido de justificar a conversão. Outros, como o historiador Varnhagen, depreciam os índios

evidenciando suas posições de ataque às civilizações primitivas. Assim, nesses artigos a mesma dicotomia de detratores e apologistas será verificada.

Por fim, o terceiro capítulo, sob o título: “O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a contenda Indianista – 1838-1860” visa reconstruir as posições dos escritores indianistas em relação ao IHGB e conseqüentemente ao campo de poder. Para tanto vamos verificar as relações mantidas entre escritores e o Instituto, bem como a posição e as tomadas de posição estéticas de cada um na disputada polêmica em torno da questão se o índio deveria ou não, ser tema literário. Desta forma temos os artigos do Imperador dom Pedro II, que assume posição de defesa da Literatura Indianista. Ao mesmo tempo temos Varnhagen, que se coloca contra a representação do índio na literatura nacional. E mais, os artigos de Alencar e Magalhães, mostram o grau de consciência dos autores em relação ao projeto indianista. Assim, a dicotomia entre detratores e apologistas entra em disputa explícita. Com isso espera-se reconstruir, dentro dos limites deste trabalho, o campo literário romântico nas suas relações com o campo de poder.

Espera-se então mostrar o surgimento de um movimento estético literário como algo historicamente inventado. Essa invenção vai surgindo naturalmente dentro do imaginário dos homens através do tempo até que com o Romantismo brasileiro, com suas relações com o Estado Imperial, torna-se um verdadeiro projeto oficial de Estado. O projeto indianista cria suas obras, consolida-se e entra pra história como parte do Movimento Romântico.

1. Os Viajantes e os indícios de uma representação indianista - 1808-1838.

Não resta dúvida em que há certa relação entre o Indianismo Romântico e o índio conforme foi visto pelos cronistas e poetas coloniais. Mas esta relação é propriamente relação de fonte, desde que nos escritores coloniais, Gonçalves Dias e José de Alencar foram colher as tradições, as sugestões, os conhecimentos gerais do índio, dados que concorreram para a visão poética que apresentaram do primitivo habitante do Brasil [...].

José Aderaldo Castello , 1953.³¹

O texto acima nos chama a atenção para o fato de que a composição literária, independente da inspiração ou não de seus autores, nutre-se sempre de fontes, sejam elas históricas, anedóticas ou mesmo jornalísticas. Ainda que essas fontes não sejam determinantes no processo criativo, elas assumem importância fundamental na medida em que contribuem na formação e consolidação de visões de mundo, de personagens e de modos de narrar.

Assim, essas fontes assumem o papel de configurar um campo de possíveis estéticos, ou seja, atuam na configuração de possibilidades reais de criação estética na medida em que estruturam uma forma específica de ver os objetos estéticos, no caso o indígena brasileiro. Com efeito, as representações indianistas ou não, escritas a respeito do índio, vão fazer parte das possibilidades de criação de que vão se servir os escritores indianistas na composição de suas obras, contribuindo para as tomadas de posição estéticas desses escritores.

Nesse capítulo, vai-se analisar algumas dessas fontes, notadamente os relatos de viagem escritos por europeus e norte americanos que visitaram o Brasil no século XIX, em busca de representações indianistas ou não, construídas acerca de nossos indígenas. Com isso, busca-se analisar a configuração de um campo de possíveis estéticos sobre o índio, com o objetivo de desvendar o processo de invenção histórica do Indianismo Literário.

Esses viajantes tinham intuítos diversos ao visitar o Novo Mundo, e todos aqueles que escreveram sobre suas viagens, defenderam seus pontos de vista sobre a realidade que

³¹ CASTELLO, José Aderaldo (org.) **A Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios**. São Paulo: FFLCH-USP, 1953.

observaram. Para o historiador da cultura, são essas fontes riquíssimas, porém de análise delicada e atenta, dada a sua especificidade.³²

Com efeito, esses relatos de viagem, segundo Flora Sussekind, além de configurar um campo de possíveis estéticos, foram indiretamente responsáveis pela constituição de um narrador ficcional na literatura brasileira, vindo uma proximidade entre o sujeito ficcional (escritor) e o narrador de viagens. Esta influência deu-se principalmente em relação à visão da natureza e das populações brasileiras. Nos relatos, vê-se descrição da natureza tropical, ainda uma seleção de heróis marcados por sinais de honradez e brasilidade. Assim, essa literatura não-ficcional de viagens constrói a figuração inicial do narrador de ficção na produção literária da primeira metade do século XIX.

Com isso, segundo a autora, a ficção de 30 e 40 e também da segunda metade do século XIX, nutre-se abundantemente das descrições de viajantes. O escritor, o seu narrador e seus personagens parecem marcados por uma sensação de não estar no Brasil, como se fossem estrangeiros no próprio país, postura semelhante a do viajante. Dessa maneira, representam em seus livros uma natureza e uma população que seriam exóticos ao observador estrangeiro, e também para os escritores “tupiniquins”, que assumem este olhar estrangeiro.³³

Desta forma, as representações presentes nos relatos de viagem evidenciam as contradições na forma de se ver o indígena, contradições presentes em quase toda a

³² “A renovada valorização dos relatos dos viajantes pela historiografia atual deve-se, também, ao fato dos mesmos servirem à utilização de uma categoria de análise muito utilizada na atualidade para a compreensão do que venha a ser a *realidade histórica*. Refiro-me à categoria *representação* que, por sua vez articula-se às de imaginário e simbólico. Os progressos alcançados pela ciência em relação ao processo cognitivo, levou as ciências humanas a reconhecer que o conhecimento do real *concreto* se faz através da construção de imagens *mentais*, produzidas através do intelecto ou dos sentidos. Estas imagens mentais se constituem em *representações* do real que, quando acionadas para a compreensão do real concreto, passam a integrar a própria realidade. Esta, pois, que é decodificada individualmente através de *representações* mentais, apresenta uma pluralidade de significados, os quais se externalizam, principalmente, através do discurso. Os depoimentos dos viajantes, com explicações e aparato crítico adequados, contribuem para uma melhor e mais enriquecida compreensão do passado. Temos que cuidar, porém, para não cairmos na armadilha de aceitarmos as suas descrições e informações como sendo a própria e única realidade. Elas se constituem de representações, *reinvenções de realidades*, produzidas a partir da visão de um sujeito. São imagens que se constituem em representações do real, elaboradas a partir de componentes ideológicos de pessoas dotadas de equipamentos culturais próprios e que trazem um patrimônio anterior que condiciona o modo de observar e entender o empírico.[...] Para utilizarmos as representações dos viajantes como fonte histórica, é necessário, portanto, decifrar o seu significado, articulando texto e contexto. Chartier (1990) tem trabalhado as representações como produto de vivências sociais, as quais geram o contexto em que as imagens são produzidas. Nesta linha de raciocínio, ele indica o caminho para decifrar a construção de um sentido num processo determinado: o cruzamento entre práticas sociais e historicamente diferenciadas com as representações feitas. Como bem acentua o autor, as clivagens culturais não se organizam só através do recorte social, ocorrendo também configurações derivadas dos fatores sexo, idade, tradição cultural, época etc”. REICHEL, Heloisa Jochims. **Os relatos de viajantes como fonte para o estudo da história**. Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS – RS- BRASIL. Disponível em: < <http://www.scielo.com> >. Acesso em: 10 março de 2006.

³³ SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: O narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

documentação a ele referente e que fazem parte do processo de invenção histórica do indianismo. O escritor indianista Gonçalves de Magalhães nos chama a atenção para a especificidade dos textos dos viajantes. Segundo o autor:

As notícias que sobre os indígenas da América, e com especialidade os do Brasil, nos deixaram os primeiros europeus que delles escreveram, são tão contraditórias, que não as podemos aceitar todas sem exame. De ordinário esses narradores de coisas novas, que se não recomendam pela sua sciencia e desinteresse, tendem mais a notar o ridículo e extravagantes que exageram, do que o bom e razoável que calam. O amor ao extraordinário os leva a hipérbolos e fábulas; acham homens monstros, sem lei nem rei, como acham gigantes e amazonas.³⁴

Desta maneira, dada esta especificidade, os relatos necessitam de análise atenta e minuciosa em busca das suas contribuições para a configuração de um campo de possíveis estéticos que serão determinantes no processo de invenção histórica da Literatura Indianista. Como mostrado por Daniela Casoni, as leituras feitas por um autor a respeito de determinado aspecto da realidade, contribuem na construção da visão do autor sobre esse aspecto.³⁵

A busca por indícios de representação nos relatos de viagem inicia-se no Brasil em 1808, ano da vinda da família Real Portuguesa. Esse momento, considerado de transição para a maioria do país,³⁶ é de extrema importância, tanto política e econômica, quanto cultural.

A abertura dos portos, decretada por dom João VI, favoreceu todos os setores da sociedade colonial, principalmente a economia, que ganha incremento e dinamiza-se. Do

³⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 1838- Trimestral. T 23, 1860. p. 05.

³⁵ Daniela Casoni investiga, dentro da História da Leitura, quais as leituras do leitor José de Alencar, para com isso buscar as obras lidas pelo autor para a composição do indígena no romance *O Guarani*. Segundo Daniela Casoni, três obras foram fundamentais para Alencar nesse processo, *Notícias do Brasil*, de Gabriel Soares de Souza, *Viagens pela província do Rio de Janeiro e Minas Geraes*, de Auguste de Saint-Hilarie e *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Com isso, foi possível perceber como o autor José de Alencar se apropria de suas leituras para construir seus personagens ficcionais. Assim, segundo a autora, esses textos foram determinantes na maneira com a qual Alencar construiu sua visão sobre os indígenas e conseqüentemente sobre seus personagens índios. Concluindo com a autora “em grande parte, os relatos de viagem foram os inspiradores desse trabalho de definição histórico-nacional e isso é patente, tanto em obras de cunho histórico e científico, como a História Geral do Brasil, de Varnhagen, quanto em narrativas romanescas”. MOSCATO, Daniela C. **Traços de Peri: Leituras do leitor José de Alencar para a composição do indígena em sua obra O Guarani – 1857**. Assis, Dissertação de Mestrado, Unesp, 2006. p.16-28. José de Alencar leu viajantes do período colonial como Gabriel Soares de Souza e Auguste de Saint-Hilarie, neste capítulo optamos pela análise somente de viajantes que aqui estiveram no século XIX. A idéia foi trabalhar com autores e textos escritos no calor dos acontecimentos, ou seja, no século XIX.

³⁶ Atenho-me aqui às palavras de Sérgio Buarque de Holanda, *HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A Herança Colonial – sua desagregação” in História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Monárquico, tomo II, vol. I DIFEL, São Paulo, 1970. p. 119-131*

ponto de vista econômico, Caio Prado Junior considera este o momento da nossa independência de fato.³⁷

Os desdobramentos políticos deste evento são conhecidos, e não cabe uma análise aqui. Do ponto de vista cultural, que mais nos interessa, a vinda de dom João VI marca mudanças significativas na vida cultural da Colônia. Além da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, que confere novos ares cosmopolitas à pacata capital da Colônia, dom João VI traz também a antiga Biblioteca dos Reis,³⁸ e onde estão livros, estão idéias.

Além disso, dom João VI traz também máquinas tipográficas, as primeiras da colônia portuguesa na América, e cria a partir daí, a Imprensa Régia. A Imprensa Régia passa a fazer circular o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial do Estado Português na Colônia. A par disso, inicia-se a publicação na Inglaterra, do periódico *Correio Brasiliense*, que tem como editor Hipólito da Costa. O jornal passa a circular em junho de 1808, sendo impresso na Inglaterra, circulando mensalmente pelo menos até 1822. Jornal doutrinário e de opinião, com postura ética e revolucionária, circulou não sem dificuldade na colônia.³⁹ Nesse momento histórico, em que não há academias ilustradas no país, onde a imprensa é ainda incipiente, a produção livresca diminuta, os relatos de viagem são uma das poucas construções de conhecimentos sobre o país e suas populações, sobretudo as indígenas.

Quanto às formas de representar o índio, nota-se também nessas fontes certa continuidade em relação à valorização do indígena. Desta maneira, nos relatos encontram-se tanto representações indianistas, que fazem apologia dos índios, quanto representações não indianistas, que assumem um caráter depreciativo na forma de representar os mesmos. Com isso, vemos que o campo de possibilidades estéticas em relação ao indígena não era homogêneo e uno, e sim prenhe de ambigüidades e contradições, dando margem aos escritores para diferentes tomadas de posição estéticas.

Henry Koster, viajante norte americano que esteve no Brasil entre os anos de 1810, 1811 e 1812, publica seu *Travels in Brazil* em 1817 nos Estados Unidos. Em sua permanência no Brasil, Koster visitou as províncias do Pernambuco e Ceará. Nesta última, o viajante observou duas tribos de índios aldeados, os Aronxas e Masasgana. As representações de Koster acerca

³⁷ Caio Prado Jr. em seu texto “A Revolução”, defende a tese de que a transferência da corte portuguesa para o Brasil constitui a realização de nossa independência, segundo ele “São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país”. PRADO JR., Caio. “A Revolução” In: **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 42-79.

³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

³⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 19-28.

dos índios assumem um caráter ambíguo, ora enaltece, ora deprecia os indígenas. Desse modo, essas representações configuram-se como um campo de possíveis estéticos onde as possibilidades evidenciam a dicotomia na forma de ver o índio.

Sobre esses índios aldeados, o viajante observa certas qualidades entre os índios, ao mesmo tempo em que alerta da pouca fidelidade desses índios com relação aos brancos, uma vez que estão vivendo fora de sua condição primitiva: “The indians are in general a quiet and inoffensive people; they have not much fidelity, but although they desert, they will not injure those whom they have served”.^{40 41}

Segundo Koster, a vida desses índios não é das melhores nos aldeamentos, dada a severa proteção e diligência por parte do diretor e ainda por conta da distância em que vivem de seus antigos modos de vida, perspicazmente percebida pelo viajante. Portanto, não é de estranhar que prefiram novamente a vida natural, vivida na floresta, do que essa sempre frustrada tentativa de civilizar-se e degradar-se: “[...] consequently it is not a surprising that they should do all in the power to leave their villages, and be free from immediate superior”.^{42 43}

Na continuação de seu relato sobre esses índios novamente Koster apresenta uma visão ambígua, primeiro enaltece, depois deprecia os indígenas. Assim nota-se que Koster não elabora uma opinião definitiva acerca dos indígenas que observa. Com isso o autor constrói uma representação indianista sob alguns aspectos observados, sobretudo em relação às qualidades guerreiras dos índios, ao mesmo tempo em que deprecia os índios com relação a outros aspectos, tais como a disponibilidade em servir aos brancos.

Segundo ele, os índios que observou lutam muito bem e possuem bastante coragem na guerra. Diz Koster num trecho significativo da ambigüidade de seu discurso: “Some of them however are resolute, and sufficiently courageous; but the general character is usually supposed to be cowardly, inconstant [...]”.^{44 45} Desse modo, notamos que as representações do viajante Henry Koster ajudam na configuração de um campo de possíveis estéticos com relação ao índio do Brasil, inclusive evidenciando a dicotomia no modo de vê-lo, dando margem a diferentes possibilidades estéticas.

⁴⁰ KOSTER, Henry. **Travels in Brazil**. USA: Southern Illinois University Press, 1966. p. 57.

⁴¹ “Os índios são em geral um povo quieto e inofensivo; eles não têm muita fidelidade, mas embora eles desertem, eles não formam injurias de quem um dia serviram.”(tradução nossa).

⁴² KOSTER, 1966, p. 55.

⁴³ “Conseqüentemente não é uma surpresa que eles façam tudo o que puderem para deixar as vilas, e ser livres do superior imediato”. (tradução nossa)

⁴⁴ Idem, 1966, p. 55.

⁴⁵ “Apesar disso alguns deles são resolutos, e suficientemente corajosos, mas o caráter geral é usualmente suposto de que são covardes, inconstantes”. (tradução nossa)

J. B von Spix e Carl F.P. von Martius foram viajantes alemães que estiveram no Brasil na primeira metade do século XIX, com o patrocínio do governo alemão. Viajaram pelo Brasil nos anos de 1817 a 1820, com o intuito de realizar estudos nos diversos campos do conhecimento da época. Eram naturalistas que se dedicavam à botânica, à zoologia, à geologia, à medicina, enfim, tinham formação ampla e interesse amplo nas observações no Brasil.

Da mesma forma que Henry Koster, que apresenta uma visão ambígua dos índios do Brasil, Spix e Martius possuem uma idéia pouco definida acerca dos índios. Em seus inúmeros relatos de seus contatos com as tribos brasileiras, poucas são às vezes em que os naturalistas assumem posição de defesa dos indígenas, ainda que isso aconteça.

Na maioria das vezes, os viajantes alemães constroem representações depreciativas sobre os índios, seus textos pouco têm de indianismo. Pelo menos no início da viagem, onde o contato e o conhecimento a respeito dos indígenas são menores, são mais freqüentes os relatos depreciativos. À medida que a viagem avança, e o contato e conhecimento dos índios também aumentam, percebemos uma mudança de opinião e uma mudança no tom dos relatos. São esses discursos significativos, pois como veremos, o indianismo não surge de um consenso, mas sim de um intenso debate entre aqueles que enaltecem e aqueles que depreciam os índios. Com isso, as representações dos naturalistas alemães configuram um campo de possíveis estéticos sobre o índio, ou seja, comportam reais possibilidades de criação estética.

Num exercício quase de reflexão filosófica, Spix e Martius falam sobre o temperamento e moral geral dos Coroados que observaram na província de Minas Gerais, colocando em evidência suas idéias gerais sobre os índios. O trecho é longo, mas bastante interessante e expressivo:

O temperamento do índio quase não se desenvolveu e pode ser qualificado de fleumático. Todas as potências da alma, mesmo a sensualidade mais nobre, parecem achar-se em estado de entorpecimento. Sem refletir sobre a criação universal, sobre as causas e a íntima relação das coisas, vivem com o pensamento preocupado apenas com sua conservação própria. Passado e futuro quase não se distinguem para eles, daí não cuidarem nunca do dia seguinte. Estranhos a todo sentimento de deferência, gratidão, amizade, humildade, ambição, e, em geral, a todas as emoções delicadas e nobres, que distinguem a sociedade humana; insensíveis, taciturnos, imersos no mais absoluto indiferentismo por tudo, os índios não fazem uso senão dos sentimentos aguçados pela natureza, da sua astúcia e por sua infalível memória, e só para a guerra ou a caçada, suas principais ocupações.⁴⁶

⁴⁶ SPIX & MARTIUS. **Viagem Pelo Brasil, 1817-1820**. Vol II. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos e IHGB, 1976. p. 203.

Estão aí as idéias principais sobre os índios, que irão guiar os naturalistas alemães nas suas observações. Segundo eles, os índios nada possuem de civilizados, pelo contrário, ignoram aquilo que forma e distingue a sociedade humana, estando bem distantes dela. Os autores constroem, portanto, uma representação depreciativa sobre a tribo.

Numa viagem ainda pela província de Minas Gerais, os naturalistas encontram-se na estrada com uma tribo dos Botocudos.⁴⁷ De início, fazem uma descrição fiel da constituição física desses homens, falando sobre sua estatura, cor da pele, cor dos cabelos e forma como estavam cortados. Depois, ao falar sobre os adornos peculiares a esta tribo de índios, Spix e Martius deixam aflorar todo seu preconceito e visão depreciativa com relação aos povos selvagens:

As suas feições embrutecidas estavam desfiguradas horrorosamente pelos Batoques de algumas polegadas de diâmetro, que eles metem no lábio inferior e nos lóbulos das orelhas. Tanto nos havia causado dó e tristeza a fisionomia desconsolada dos Coroados, Puris e Coropós, quanto agora era de horror nossa impressão, à vista destes homens, que, na sua aparência feia, quase não tem traço de humanidade. Indolência, embrutecimento e rudeza animal [...] voracidade, preguiça e grosseria [...].⁴⁸

Assim, Spix e Martius vêem os índios como homens feios, que causam horror e que quase não tem traços humanos, além de apresentarem inúmeros defeitos morais, como a preguiça, a indolência, a voracidade. Esse modo de ver os Botocudos comporta uma possibilidade estética, ou seja, essa maneira de representá-los será utilizada posteriormente pelos escritores indianistas, sobretudo Alencar.

⁴⁷ Também chamados de Aymorés, ou tapuia, os assim chamados Botocudos pelos portugueses, habitavam grandes faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata, na direção leste-oeste. A relação entre essa tribo e os colonizadores europeus fora belicosa desde o início. Os primeiros contatos belicosos ocorrem no séc XVI, na região de Ilhéus e Porto Seguro, sempre por conta da tentativa dos portugueses em escravizá-los. As hostilidades aumentam e no século seguinte, os ataques passam a ser recíprocos, com os botocudos atacando aldeias jesuítas, com o conflito perdurando por todo o século XVII. A administração colonial tenta o combate aos botocudos, enviando tropas, construindo fortes, incentivando a criação de milícias particulares, distribuição de soldados em vilas, todos esforços em vão. Em 1651, estabelece-se um conflito que irá durar até 1725, sendo o ano mais crítico o de 1658, ano da Confederação de índios guerreiros, conhecida como Confederação dos tamoios. Assim, os botocudos, caracterizavam-se por um esforço sistemático de evitar o contato pacífico com os colonos e a invasão de seus territórios, evitando por fim, a aculturação e a destruição de sua sociedade. Seu caráter extremamente bélico e sua resistência ao contato, lhes conferiram a fama de ferocidade e barbárie. Pertenciam ao tronco Macro-Jê, sendo caçadores e coletores seminômades, com uma organização social que se caracterizava pelo constante fracionamento do grupo, pela divisão social do trabalho e por um sistema religioso centrado na figura dos espíritos encantados dos mortos. Segundo Maria Hilda Paraíso, é duvidosa a acusação de antropofagia, usada sistematicamente pela administração colonial pra justificar a guerra contra eles, e fazendo parte de toda a representação negativa sobre esses índios. PARAÍSO, Maria Hilda. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro.(org) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p. 413-430.

⁴⁸ SPIX & MARTIUS, 1976, p. 48.

Num outro trecho de seu relato pode-se perceber que, ou os naturalistas não leram Rousseau, ou se leram, discordam completamente de suas premissas de que a civilização é que corrompe o homem. Para Spix e Martius, parece que se trata exatamente do contrário, é a falta de civilidade o motivo da corrupção dos selvagens.

Ao relatar sobre a tribo dos Macuanis, habitantes das fronteiras da província de Minas Gerais com a Bahia, que sendo inimigos dos Botocudos, se aliaram aos portugueses em busca de defesa contra os bravos índios Botocudos, Spix e Martius deixam claro essa idéia: “A convivência com os colonos brasileiros [...] já lhes deu alguma noção de civilização [...] aqueles com quem chegamos a falar, eram bem constituídos, já os traços da fisionomia eram animados pelos primeiros raios de civilização [...]”.⁴⁹ Assim, para os naturalistas, a civilização é capaz até de alterar os traços fisionômicos dos indígenas. De modo que, nesse caso, são os índios mais próximos à civilização é que escapam à maneira depreciativa com que os naturalistas representam as tribos mais distantes do contato com os brancos.

Sobre os índios Capoxós, Spix e Martius contam de um relato que ouviram de um brasileiro que com essa tribo conviveu algum tempo, a fim de guerrear contra os Botocudos. Segundo esse brasileiro, que reproduz e corrobora a opinião dos naturalistas:

[...] esses índios são por natureza desconfiados e traiçoeiros, tímidos por hábito, indolentes por preguiça, glutões por tédio, falsos pela consciência da própria fraqueza, vacilantes pela falta infantil de juízo. São, por isso, fáceis de manejar, quando se mitiga o rigor com suavidade, e se lhes poupa a obrigação de pensar.⁵⁰

Adiante nos relatos de sua viagem, os naturalistas alemães, ao se referirem aos índios Xavantes⁵¹ da Província de Goiás, mudam de opinião, e elaboram uma representação indianista da “poderosa e numerosa nação”. Primeiramente, descrevem suas habitações e a região onde vivem. Em seguida, discorrem sobre suas práticas de guerra, segundo eles,

⁴⁹ SPIX & MARTIUS, 1976, p. 53.

⁵⁰ Idem, 1976, p. 35.

⁵¹ Os índios Xavante, do tronco lingüístico Macro-Jê, habitavam o litoral em 1500, e chegaram à região amazônica em meados do século XX. Estiveram sempre mudando de território, em migrações contínuas. Tendo convivido com não índios, pelo menos a partir do século XVIII, negaram-se ao contato em fins do século XIX, afastando-se das regiões colonizadas de Goiás, e migrando na direção oeste. A sua história é marcada por conquista atrás de conquista, atravessando territórios de grupos que, se não eram, tornaram-se inimigos; desalojando uns, fugindo de outros, as guerras parecem ter se sucedido em escala significativa, corroborando o Ethos guerreiro que a caracteriza. Assim, possuíam uma agressividade natural advinda das imigrações e da defesa de seus territórios. Além disso, por conta dessa resistência ao contato, conservaram sua cultura intacta por bom tempo, até que em meados do século XX, sucumbiram ao contato com os brancos. SILVA, Aracy Lopes. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA, 2003, p. 357-380.

devastadoras. Com isso constroem representações indianistas sobre essa tribo, configurando então um campo de possíveis estéticos acerca dos índios Xavantes.

Assim, quanto às praticas de guerra e quanto à destreza manual e física, são esses índios representados de maneira enaltecida pelos naturalistas:

[...] São corajosos, atacam os inimigos francamente e durante o dia, ao passo que os Caiapós preferem dar seus assaltos à noite [...] Além disso, são hábeis nos trabalhos manuais e se a indolência inata não os impedisse, tornar-se-iam bons operários. Na natação e outros exercícios físicos, distinguem-se tanto quanto na atitude forte e nobre de seu comportamento e pela franqueza das fisionomias; por esta última, sobremaneira se recomendariam as mulheres.⁵²

É de se especular o porquê desta súbita mudança de opinião que verificamos neste trecho sobre os Xavantes. Como nos alerta Roger Chartier, as representações sempre estabelecem, de alguma forma, relações com a realidade representada. Assim, como visto na nota 21, são os Xavantes um povo extremamente belicoso, guerreiro e independente, e talvez essa característica tenha chamado a atenção e despertado a simpatia dos naturalistas Spix e Martius.

Desta forma os naturalistas mudaram o tom depreciativo de seus relatos, e passaram a construir representações indianistas sobre outras tribos que observaram. Sobre os índios habitantes da costa da Bahia, os naturalistas vêem com simpatia as tribos “tupiniquins”, que segundo eles mantiveram longos contatos com os Jesuítas e tornaram-se amigos dos portugueses. Analisemos as palavras dos viajantes:

Dessa numerosa nação, cuja índole pacífica, leal e dócil é elogiada, descendem os índios mansos, que habitam, ao longo da costa, as já mencionadas vilas e palhoças isoladas. [...] É um povo inofensivo, mas pouco dado ao trabalho, e sem pretensões, alimentando-se da pesca e da caça, assim como do diminuto cultivo de milho e mandioca. [...] A constituição física desses índios do litoral é robusta e sua fisionomia mais simpática do que a dos Sabujas e Cariris.⁵³

É interessante notar esta súbita mudança de perspectiva em relação aos naturais da terra. Se de início vemos opiniões duras, que depreciam os indígenas, seja em relação à sua constituição física, seja em relação ao seu caráter e moral, neste segundo momento da viagem

⁵² SPIX & MARTIUS, 1976, p. 99.

⁵³ Idem, 1976, p. 157.

dos naturalistas alemães notamos opiniões mais brandas e até mesmo enaltecidas com relação aos indígenas.

Essa mudança de ótica, ao que parece, advém de um contato maior com os índios, uma vez que essas representações indianistas são frutos de uma permanência maior no país. Essa permanência acarretou um conhecimento maior das realidades indígenas, conseqüentemente houve um abrandamento das duras opiniões iniciais. Todavia, as representações depreciativas continuam a conviver com representações indianistas, em momentos similares da viagem. Assim, pode-se aventar que o determinante na forma de representar o indígena, incide sobretudo na realidade da tribo observada. Desta maneira notamos que o campo de possíveis estéticos assim configurado estabelece intrínsecas relações com a realidade observada.

Ao relatar sobre os índios Carurus do Maranhão, Spix e Martius deixam claro essa idéia, pois se surpreendem, com a diferença que observaram entre os Carurus com relação a outras tribos: “O seu aspecto era de tal robustez e bem proporcionado, o porte e o andar tinham tanta segurança e agilidade, que nós notamos surpreendente diferença de todas as outras tribos que havíamos até aqui encontrado”.⁵⁴

Mais surpreendente, e que parece corroborar nossa opinião, de que um contato maior com os índios e com suas realidades modificou a opinião dos viajantes, é o que se observa em seus discursos com relação aos índios aldeados. Se no início, Spix e Martius associam a feiúra dos índios à falta de civilização, ao observarem esses aldeamentos, os naturalistas parecem se convencer de que Rousseau estava certo na sua tese de que civilização é que corrompe o homem.

Sobre índios aldeados, das margens do Rio Paraíba em São Paulo, Spix e Martius os vêem da pior maneira possível. Vejamos:

Não são restos de uma só nação, porém mistura de diversas que existiam nesta região, antes da conquista pelos portugueses. O seu semblante nada tem de agradável. O traço geral da raça, melancolia e reserva taciturna, que se traduz sobretudo pelo olhar soturno e pelo modo acanhado dos indígenas americanos, ainda mais se acentua aos primeiros passos, quando começam a refletir sob o constrangimento da civilização, que lhes é ainda totalmente estranha.⁵⁵

Sobre esses índios aldeados, constrangidos pela falta de civilização, os naturalistas só vêem o que aparece negativo, a melancolia e a reserva dos naturais, frente aquilo que lhes é ainda totalmente estranho. E ainda, nesses índios semicivilizados, “os males da civilização

⁵⁴ SPIX & MARTIUS, 1976, p. 234.

⁵⁵ Idem, 1976, p. 94.

ainda são maiores do que os efeitos benéficos”. Assim, notamos a sensibilidade dos naturalistas em notar que a civilização, mais mal do que bem estava fazendo aos indígenas.

Por fim, ao refletir sobre os aldeamentos de índios do Pará, os viajantes naturalistas lamentam o fracasso de todos os projetos de civilização de índios que observaram. Segundo eles, nem os sentimentos cristãos, nem a boa vontade dos estadistas, nem a proteção e poder da Igreja conseguiram tirar os índios do estado selvagem em que se encontram:

[...] como dantes, permanece essa raça rebaixada, sofredora, sem significação no conjunto dos outros, joguetes dos interesses e da cobiça de particulares, um peso morto para a comunidade, que de má vontade a suporta. Sim, da sua permanência no mais baixo grau de civilização e da circunstância de não se conservar em parte alguma entre outras raças humanas uma família de índios puros, durante varias gerações, a conclusão triste que se deve tirar é o índio, em vez de ser despertado e tomado pela civilização européia, ao contrário sofre dela como de veneno lento que acabará por dissolvê-lo e destruí-lo totalmente.⁵⁶

Com isso observamos que as representações indianistas ou não são determinadas pela realidade observada pelos cronistas. Desta maneira, essa realidade acaba por determinar qual o tipo de representação construída sobre determinada tribo. Nesse caso, essa tribo aldeada, distante de sua condição primitiva e original, estando degradada, foi representada de maneira depreciativa pelos cronistas.

Assim, refletindo com Roger Chartier, vemos que as representações, indianistas ou não, estabelecem sempre uma relação intrínseca com a realidade observada, independentemente das convicções dos observadores. Ainda que essas convicções guiem o olhar destes observadores, esses geralmente se deixam levar pelas contingências da realidade observada, como visto em relação aos naturalistas Spix e Martius. Essas representações construídas dessa forma configuram um campo de possíveis estéticos sobre o índio, ou seja, comportam uma real possibilidade de criação estética sobre os povos indígenas.

Jean Baptiste Debret, chega ao Brasil em 1816, como membro principal da Missão Artística Francesa,⁵⁷ que veio ao Brasil para fundar a “Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios”, depois com a Independência, “Imperial Escola de Belas Artes”.

⁵⁶ SPIX & MARTIUS, 1976, p. 212.

⁵⁷ A célebre Missão Artística Francesa, veio ao Brasil por iniciativa do Conde da Barca, inaugurando nova época na história da arte no Brasil. Trouxe pintores, escultores, paisagistas, arquitetos, gravadores e professores de mecânica. Deveriam os mestres franceses participar da criação de uma “Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios”. Em 1826 teria sua sede definitiva como “Imperial Escola de Belas-Artes”. Devido às limitações do ambiente brasileiro para as funções didáticas, dedicaram-se eles com entusiasmo a trabalhos para a Corte e para as festas da cidade do Rio de Janeiro e a atividades particulares. Sobre a Missão Artística ver: CAMPOFIORITO, Quirino. **A Missão Artística Francesa e seus discípulos 1816-1840**. Rio de Janeiro:

Debret chega ao país, num momento histórico importante do ponto de vista político. Em 1815, a antiga colônia de Portugal havia se transformado em Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Essa elevação a Reino coloca o Brasil em caminhos mais seguros na marcha pela Independência, que tem início em 1808 com a vinda da família Real.

Além dos aspectos políticos, a elevação do Brasil a Reino, acarreta uma preocupação maior com a cultura na ex-colônia, sobretudo a cultura erudita. Os artistas que acompanham Debret, e ele próprio terão importância decisiva neste desenvolvimento das belas artes no Brasil. Mas a forte ligação de Debret com as coisas do Estado, além de seu talento em pinturas históricas, vão fazer com que seus trabalhos estejam bastante ligados à esfera política. Debret então, torna-se importante pintor dos fatos históricos e políticos do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.⁵⁸

Em 1822, ano da Independência do Brasil, funda-se o Império que já nasce como utopia.⁵⁹ E neste Império tropical, *sui generis* por natureza, Debret terá extrema importância não só como pintor de costumes e paisagens, mais ainda também como pintor político e histórico dos principais eventos do recente Império.⁶⁰

Cabe lembrar a importância da Independência do Brasil para o indianismo. A partir de 1822, assiste-se a uma crescente valorização das coisas do país, em particular, aquilo que mostrasse nossa diferença, nosso exotismo, e que pudesse, portanto, servir de afirmação à nossa identidade, ainda em plena formação.

É o momento do nativismo, onde se procura a valorização dos elementos nacionais, tupiniquins. Sem sistematização e sem fazer parte de um projeto político — como se verá no segundo Império com a formação de uma identidade nacional, que fosse sobretudo cultural, onde o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro terá papel marcante⁶¹ — assiste-se a uma valorização, sobretudo dos indígenas do país, considerado o que temos de mais exótico e característico.

Assim, nesses anos iniciais do Império, torna-se comum, principalmente entre as classes abastadas, de políticos, proprietários de terra e grandes comerciantes, a adoção de nomes e

PINAKOTHEKE, 1983; TAUNAY, Afonso de E. **A Missão Artística de 1816**. Rio de Janeiro: Publicações da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1956.

⁵⁸ Debret pintou, além dos costumes brasileiros, das paisagens do Rio de Janeiro e São Paulo, inúmeros quadros histórico-políticos. Entre elas, “A grande revista da Praia Grande”, “Embarque das tropas para Motevidéu”, “Desembarque da Arquiduquesa Leopoldina no Rio de Janeiro”, “Aclamação de D. João VI”.

⁵⁹ LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil nos bastidores da Política, 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

⁶⁰ Sobre o Brasil Imperial, Debret pintou as seguintes telas históricas: “Aclamação de D. Pedro I”, “Sagração do Imperador”, Casamento de D. Pedro com a Princesa Amélia de Leuchtenberg”, entre outras.

⁶¹ SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Toop Books, 1996.

principalmente sobrenomes indígenas. Vemos então, a profusão de sobrenomes, tais como Paraguaçu, Tibiriçá, Caramuru, entre outros.⁶² Segundo o crítico Antonio Candido, a própria monarquia teria estimulado o nativismo, ao distribuir títulos à sua nobreza improvisada, que, querendo expressar orgulho nacional e reforçar a identidade do Império tropical, adotava em seus títulos nomes indígenas às vezes tomados de empréstimo da própria literatura, resultando enfim, em combinações pitorescas, tais como: Barão de Pindamonhangaba, Visconde de Abaeté, Conde de Araurana, entre outros.⁶³ Também comum, era o batizar de cidades, vilas e bairros, com nomes indígenas, os quais ainda sobrevivem em nossos dias, a que se poupam exemplos.

Outro exemplo diz respeito à publicação do periódico O Tamoyo,⁶⁴ que para ilustrar seu pertencimento e engajamento a favor do país e da independência, adota o nome de importante tribo indígena do Vale do Paraíba.

É portanto, neste momento histórico e neste clima de valorização das coisas do país, que Debret fará suas observações dos índios no Brasil. O período que o artista ficou no Brasil soma quinze anos, de 1816 a 1831. Com isso, verifica-se a importância de suas observações, pois além de ficar muito tempo no país, Debret esteve sempre próximo da esfera política, e dos empreendimentos culturais do Reino Unido, depois Império do Brasil.

Jean Baptiste editou sua obra, *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* — que encerra em suas páginas, além de desenhos e pinturas, textos acerca das observações do autor em relação às coisas do Brasil — ao retornar à França, em três volumes. O primeiro deles, e mais importante aqui, é o dedicado aos índios brasileiros.

Neste Debret apresenta suas observações e as idéias que formou a respeito dos indígenas brasileiros, além de desenhos e pinturas com temas indígenas. Na primeira parte faz observações genéricas sobre diversas tribos, sem especificar corretamente de qual grupo esta falando. Na segunda parte, onde comenta seus desenhos e pinturas, o autor faz descrições da tribo a que se refere o desenho ou pintura, também sem muita sistematização.

A intenção de Debret é, segundo ele, “oferecer uma descrição fiel do caráter e hábitos dos brasileiros em geral”. Mas o texto está longe disso, uma vez que numa prosa quase literária, Debret apresenta a visão de um europeu com pouquíssimos conhecimentos acerca da realidade indígena, com isso o artista vai apresentar um índio distante da realidade. Seu texto

⁶² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 49 ed. São Paulo: Global Editora, 2004. p. 540.

⁶³ CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2002. p. 89.

⁶⁴ O periódico O Tamoyo, foi publicado de 1822 a 1823, impresso pela Typografia Oficina Silva Porto. De periodicidade semanal, chegou a 35 exemplares. É criado com a intenção de contribuir com a causa da independência e da liberdade e com o fim de reprimir as opiniões e procedimentos que prejudiquem a liberdade.

então, é rico em representações, ao mesmo tempo em que é pouco objetivo e pouco significativo pra aqueles que buscam descrições fiéis sobre os indígenas, ainda que sua argumentação apresente clareza e mostras de uma observação aguda.⁶⁵ Desse modo, as representações sobre os índios de Debret configuram um campo de possíveis estéticos ao edificar reais possibilidades estéticas no modo de ver os primitivos habitantes do país.

A maior parte das observações do autor, recai sobre os aspectos guerreiros do indígena. Assim, Debret enaltece as qualidades do índio na guerra, vendo-o quase como a um herói das florestas tropicais. Outro aspecto importante, diz respeito à continuidade do discurso de Rousseau, que podem ser notados sem grande dificuldade no texto de Debret, ainda que apareçam de forma sutil, como no trecho a seguir:

Em resumo, tudo o que o espírito humano concebeu como idéias filosóficas elevadas, admiráveis ou mesmo estranhas, encontra-se, em princípio e em germe, no índio selvagem, com sua aplicação determinada pelos impulsos do instinto ou da inspiração. É, em uma palavra, o homem da natureza, com seus meios intelectuais primitivos, que eu quero mostrar em face do homem da civilização, armado com todos os recursos da ciência.⁶⁶

Para observar os homens da natureza, o naturalista deve penetrar as “imensas florestas virgens do Brasil”, para ver os primitivos, “felizes de viver numa temperatura suave” com abundância de gêneros. É com palavras nesse tom, que Debret inicia seu texto, e pode-se notar daí, que o autor constrói representações indianistas sobre os índios, configurando portanto um campo de possíveis estéticos, enaltecendo não somente eles, mas também a natureza que os cerca.

Segundo Debret, não há outro meio de se penetrar nas florestas a não ser com a ajuda de um índio, pois “Seu olfato, de incrível agudeza, revela-lhe mesmo a grande distância, a

⁶⁵ Segundo Myria Ellis, em informações corroboradas por Thekla Hartmann, os textos a respeito do índio escritos por Debret, são fruto de “[...] fortuitos contatos com índios ou com o material iconográfico do Museu Imperial do Rio de Janeiro, a inspiração e os elementos que buscou em Wied Neuwied (“Viagem ao Brasil”, 1820-1821) e em Spix e Martius (tipos indígenas do “Atlas” da obra “Viagem pelo Brasil”, 1823, 1828, 1831), em Wilhelm Gottlieb Tilesius von Tilenau (artista, médico e naturalista, cujos desenhos ilustram o relato de viagem de A.J. Krusenstern e de Langsdorff — 1803) não citados e freqüentemente mal interpretados, pelo desconhecimento da realidade indígena, muito longe estiveram de poder oferecer às suas inspirações etnográficas o que a persistente familiaridade com a vida urbana fluminense lhe permitiu reproduzir com tanta arte e autenticidade”. Ellis, Myrian. Introdução. In: DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil**. Vol I. São Paulo: Martins Fontes, 1975. p. 10. Ainda sobre este ponto, escreve Taunay: “O texto é sempre interessante, embora contenha diversos deslizes sérios e, freqüentemente, falsas apreciações acerca dos fatos e acontecimentos. Quer parecer-nos que Debret escrevendo em época já afastada dos sucessos que relatara, recorreu muitas vezes — e unicamente — à memória”. Apud Hartmann, Thekla. **A contribuição da iconografia para o conhecimento de índios brasileiros do século XIX**. São Paulo: Coleção Museu Paulista – etnografia, 1975.

⁶⁶ DEBRET, 1975, p.13.

presença de um companheiro, sua vista exercitada, sempre vigilante, descobre e segue a pista de um animal [...]”.⁶⁷

Após apresentar essas qualidades dos selvagens, Debret reflete sobre a diferença que o separa, ele homem da civilização, daquele que observa nas matas do Brasil. Diz o autor, num trecho em que a despeito de certas qualidades, é às feras que esses índios se comparam:

[...] o naturalista observador sente-se penetrado, repentinamente [...] por um sentimento de tristeza ante o aspecto de sua imagem reproduzida num ser selvagem, cuja sutileza e perfeição dos sentidos, tornados temíveis sob formas apáticas mas ferozes, trazem-lhe ao pensamento um paralelo involuntário com a fera [...].⁶⁸

A seguir, Debret fala a respeito dos índios Botocudos, e tal como outros observadores e cronistas representa de forma depreciativa os ferozes e terríveis índios, associando inclusive a ferocidade à sua feiúra, assim como os naturalistas alemães Spix e Martius. Diz Debret: “[...] fácil se faz conceber que o mais cruel dos selvagens brasileiros, o feroz botocudo, seja também aquele cuja fisionomia humana, tornada voluntariamente quase irreconhecível, se mostra sem contestação a mais horrorosa e mais terrível; [...]”.⁶⁹

Num dos momentos mais significativos da falta de conhecimento etnográfico do autor, Debret especula sobre a origem do sistema aristocrático entre os índios, segundo ele fruto das distinções estabelecidas pela guerra e pela veneração aos antepassados guerreiros, uma vez que certos indivíduos garantiam seu domínio sobre os outros por conta de sua bravura e coragem na guerra, e por acreditarem serem representantes dos mais corajosos antepassados. Segundo Debret está aí a origem dos ódios hereditários, que são motivos de inúmeras guerras nas florestas brasileiras.⁷⁰

Adiante, o autor muda o tom, ao dizer que os índios foram agraciados com a idéia maior de todas as virtudes, a idéia de Deus. Diz Debret:

Na emoção de um secreto reconhecimento, seu coração, ante o aspecto da abundância protetora de uma vegetação infatigável, revelou-lhe, num instinto sublime, a existência de um ente sobrenatural, criador e ordenador

⁶⁷ DEBRET, 1975, p. 09.

⁶⁸ Idem, 1975, p. 10.

⁶⁹ Idem, 1975, p. 11.

⁷⁰ “Atribuir a um espírito aristocrático as lutas verificadas entre as tribos, parece pelo menos absurda. A hipótese era, na época, tanto mais gratuita quanto nenhuma pesquisa séria se fizera ainda no domínio da antropologia cultural. Desconhecia-se por completo a organização social dos índios, coisa que só veio a ser estudada em fins do século XIX, principalmente por Karl von den Steinen. Mas a idéia era absoluta para quem ainda se ressentia da influência das doutrinas em voga durante a revolução francesa”. Nota de Sergio Milliet. In: DEBRET, 1975, p.12.

de todas as coisas, cuja cólera se manifesta pelo ruído do trovão e ao qual o índio empresta proporções gigantescas, chamando-o Tupã (o Grande, o Forte).⁷¹

Em detrimento de suas idéias errôneas sobre os índios, Debret foi um grande interessado nos costumes indígenas. Sobre uma tribo de índios Botocudos que observou, o artista fala longamente sobre a organização social, sobretudo em relação às crianças e jovens, para finalmente falar do homem adulto. Segundo Debret, os índios botocudos adultos reservam sua força e coragem exclusivamente para a caça e para a guerra, todos os outros trabalhos são realizados pelas mulheres. Acompanhem as palavras do pintor francês:

Homem feito, desenvolvem-se suas faculdades intelectuais e ele se deixa dominar por uma sensualidade brutal que não lhe altera porém, na essência, seu julgamento seguro e uma presença de espírito infinitamente sutil. Todos os seus sentidos são de uma perfeição que espantam. Naturalmente preguiçoso, mantém-se inativo na sua cabana até que a fome ou a vingança o façam sair. De sangue frio, age o menos possível, fazendo executar por sua mulher e seus filhos a maior parte dos trabalhos; seu amor próprio impõe-lhe o dever único de reservar sua força e coragem para a caça e para a guerra.⁷²

Desta forma Debret representa o índio, embora naturalmente preguiçoso, o mesmo é para ele quase um fidalgo, quase um nobre cavaleiro medieval, preocupado apenas com as virtudes da guerra e com suas glórias. Desta forma, o índio guerreiro é visto de maneira enaltecida, constituindo sobre esses uma representação indianista, sobretudo em relação aos ardis guerreiros dos indígenas.

Assim, para Debret, o índio é exclusivamente um ser movido pela guerra e pelo instinto de conservação, que o leva a enfrentar os animais selvagens dos quais se alimenta. Por isso, seus esforços limitam-se a unir a força e a coragem à astúcia, indispensável na sua existência sempre ameaçada. Para a guerra, essa verdadeira paixão dos selvagens, não há necessidade de grandes motivos pra rebentar, qualquer simples contenda pode transformar-se numa guerra sangrenta e sem fim.

O índio pra Debret é essencialmente um guerreiro, e toda sua vida a isso se dedica. Vejamos uma representação desses homens da guerra:

O guerreiro selvagem tem poucas distrações, pois procura sempre conservar a alma num estado de exaltação belicosa. Sem cessar, preocupados com

⁷¹ DEBRET, 1975, p. 12.

⁷² Idem, 1975, p. 18.

ardis guerreiros, constituem estes o assunto de suas conversações quotidianas e, durante as refeições que anima, contribuem para antegozar a felicidade de devorar o inimigo. Tomado inteiramente por essa preocupação, o guerreiro imagina, em seu furor, que o pedaço de carne que tem na boca já é uma parcela de sua vítima. Seu coração vive cheio de raiva e de vingança e seus lábios proferem unicamente gritos de guerra e desafio. E ele só se permite uma distração, um divertimento, depois de uma caçada feliz ou de uma vitória retumbante.⁷³

Qual o cavaleiro medieval, que apresenta tamanha diligência e preocupação com as coisas da guerra, se não o herói das estórias de cavalaria, tão caros às idealizações românticas. Os “aristocratas” índios que Debret observa, estão muito além em coragem e dedicação nas artes bélicas do que qualquer herói romântico. Assim, não há dúvida em afirmar que a visão dos índios que Debret concebe está significativamente marcada pelo romantismo.

Sobre a linguagem indígena, Debret elabora uma série de especulações lingüísticas, e assim procura entender seus vocábulos e a origem destes. Para ele, essa língua denota um espírito observador e de sensações muito delicadas, formando uma linguagem quase poética.

Por fim, Jean Baptiste Debret, corrobora as idéias de Rousseau, onde a civilização aparece como a corruptora do homem. Para o índio, o contato com o mundo civilizado será o motivo de sua ruína.

Seu apego a estas fá-lo apreciar seus hábitos selvagens e temer a civilização que o corrói. Com efeito, tirado das florestas que lhe serviram de berço, amoldado à sociedade européia, ele se dobra e se resigna, mas somente por algum tempo, sempre saudoso do lugar de seu nascimento; e não demora em fugir, descontente com o destino que lhe quiseram dar e que ele não considera um progresso.⁷⁴

Assim, pode-se dizer que as representações dos índios construídas por Debret assumem um caráter marcadamente indianista, sobretudo em suas observações a respeito dos ardis guerreiros dos índios, e ainda, ao defender a permanência dos índios em seu estado selvagem, longe dos contatos com a civilização portuguesa na América. Desse modo essas representações configuram um campo de possíveis estéticos sobre o índio, ou seja, abrem reais possibilidades de criação estética.

João Maurício Rugendas,⁷⁵ pintor alemão que esteve no Brasil com a Expedição Langsdorff, é outro viajante que nos ajuda na busca por indícios da representação indianista.

⁷³ DEBRET, 1975, p. 24.

⁷⁴ Idem, 1975, p. 27.

⁷⁵ Rugendas nasceu em 1802 na Alemanha, filho de uma família de artistas, torna-se pintor e vem ao Brasil na Expedição Langsdorff, a fim de ser o pintor oficial da expedição russa. Escreve um diário de viagem, publicado

Escreveu seu diário de viagem, *Viagem Pitoresca através do Brasil*, recheado de informações históricas, desenhos e pinturas, nos anos de sua permanência no Brasil, de 1820 a 1835. O viajante, portanto, permanece no Brasil num período concomitante ao de Debret, indo embora do país quatro anos depois do artista francês.

Além de outras observações, Rugendas desenvolve reflexões sobre os indígenas brasileiros, numa perspectiva claramente próxima do filósofo genebrino, Jean Jacques Rousseau. Assim, seus relatos acerca do indígena brasileiro, estarão carregados da perspectiva de que a civilização é que corrompe o homem, e que o selvagem, o homem em estado de natureza é naturalmente bom. Ainda que sutilmente, essas idéias aparecem e serão dominantes no discurso de Rugendas. De maneira que novamente percebemos certa continuidade de idéias, notando então como a idéia do bom selvagem é apropriada e reproduzida por diferentes autores que observaram os índios brasileiros no século XIX. Sendo assim, essas representações indianistas configuram um campo de possíveis estéticos sobre os povos indígenas, construindo uma real possibilidade de criação estética dentro do campo de possíveis ao se representar o índio dessa forma.

Em primeiro lugar, Rugendas dá notícia histórica das muitas guerras dos portugueses contra os povos Aymorés, ou Botocudos, que como temos visto, sempre foram ferrenhos inimigos dos portugueses e de sua incipiente civilização nos trópicos. Segundo Rugendas, somente a guerra de extermínio é que tem mantido os Aymorés dentro de certos limites, ainda que não se tenha atingido qualquer paz durável com eles.⁷⁶

Na continuação de seu discurso acerca dos indígenas, Rugendas irá se basear nos primeiros cronistas dos índios do Brasil, tais como Jean de Lery e Hans Staden para desenvolver uma argumentação acerca dos índios em torno do princípio de que, “na época da conquista, os habitantes do Brasil estavam num estágio de civilização mais elevado do que aquele em que os vemos hoje. A razão principal dessa decadência esta, sem dúvida, nas suas relações com os portugueses”.⁷⁷ Assim, para o autor, os homens em estado de natureza, naturalmente puros e virtuosos, decaíram ao contato com povos de civilização mais elevada, tais como os portugueses.

Mas, segundo Rugendas, os índios do Brasil, não são homens em estado de natureza, ele não vê nos índios o homem hipotético que concebeu Rousseau. Citando genericamente antigos viajantes, que “consideram os povos do Brasil como ainda em estado natural ou como

em Paris em 1835, onde conta de sua viagem e desenvolve idéias sobre o país e seus habitantes. Falece na Alemanha em 1858.

⁷⁶ RUGENDAS, José Maurício. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1972. p. 51.

⁷⁷ RUGENDAS, 1972, p. 55.

tendo apenas chegado ao primeiro degrau da civilização. Outros, ao contrário, referem-se aos funestos efeitos da civilização européia sobre esses selvagens e sustentam que eles são incapazes de assimilá-la”.⁷⁸

Desta maneira, para Rugendas, os índios não são homens em estado natural, mas homens que retrocederam ao estado de selvageria, porque foram rechaçados do ponto a que haviam chegado. Além do contato funesto com os civilizados portugueses, as causas desta decadência está nas “guerras sangrentas e vinganças cruéis mantiveram, durante séculos, em um estado de embrutecimento que não pode ser o da natureza, o qual supõe a existência de uma liberdade de desenvolvimento físico e intelectual”.⁷⁹

Mas, posteriormente, é este o termo que irá usar Maurício Rugendas, para se referir aos índios. Vejamos um trecho, onde o viajante especula sobre os efeitos do contato dos selvagens com os portugueses:

O viajante, satisfeita sua primeira curiosidade, vê-se obrigado a confessar que os homens em estado de natureza esta longe de agradar à vista quanto ao pensamento. A impressão dolorosa que se tem aumenta ainda quando se imagina que, sem a chegada dos portugueses, os naturais, já teriam feito progressos marcantes na civilização, teriam sem dúvida marchado noutra direção, mas é a que convinha melhor à sua natureza [...] não se pode negar que até agora o contato com os europeus só teve efeitos desastrosos.⁸⁰

Assim, o índio que ele observa na década de vinte do século XIX, não é por ele representado de forma enaltecida, indianista. A representação indianista estará direcionada a esses índios que ele imagina antes do contato com os europeus. Para Rugendas, os índios que ele observa são índios degradados, distantes do estado natural. Por outro lado, o índio anterior ao contato, é o homem natural, apto a progredir na marcha da civilização. Com isso, vê-se que o índio antes do contato, é aquele que sofre uma representação indianista por parte do autor. Dessa forma, essa representação indianista acerca das tribos antes do contato com os portugueses, configuram um campo de possíveis estéticos, ou seja, tornam-se uma real possibilidade de criação estética.

Com isso, nota-se uma certa ambigüidade quanto ao termo civilização em Rugendas. Num certo sentido, ela é causadora da decadência dos povos indígenas, por outro lado, Rugendas lamenta que os índios não tenham desenvolvido sua própria civilização. De maneira

⁷⁸ RUGENDAS, 1972, p. 56.

⁷⁹ Idem, 1972, p. 53.

⁸⁰ Idem, 1972, p. 83.

que, para Rugendas, a civilização européia é funesta aos índios, mas os desenvolvimentos da civilização indígena só teriam efeitos benéficos.

Adiante, Rugendas avalia certos traços morais dos indígenas brasileiros. A respeito da indolência, que segundo ele, constitui o caráter principal dos índios, era ela bem menor antes do contato. Essa indolência e a insensibilidade diante de tudo são tão grandes nos índios que ele observa, que nem o observador mais imparcial e filantrópico é levado a duvidar da possibilidade de melhorar a condição de vida desses índios.

A seguir, a julgar pelas leituras dos cronistas que Rugendas realizou, e a julgar pelas palavras que ele reproduz, pode-se afirmar com convicção a ligação de seu pensamento sobre os índios, com as idéias de Jean Jacques Rousseau, no *Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os homens*. Ainda que por vezes, Rugendas tenha reproduzido o discurso de maneira errônea e por vezes contraditória, neste trecho ele parece reproduzir as palavras de Rousseau quanto à noção de direitos e deveres, evidenciando a continuidade do discurso indianista que se vem notando até aqui. Diz Rugendas:

Seria injusto, entretanto, considerar os índios como depravados, eles não têm nenhuma idéia dos direitos e dos deveres. À exceção de certas aptidões formadas sob a influência de suas necessidades, sua vida pouco difere da dos animais selvagens, com os quais partilham o domínio das florestas primitivas. [...] Todas as suas faculdades físicas e morais são empregadas na satisfação de desejos e apetites naturais; o que se eleva acima disto é lhe inteiramente estranho.⁸¹

Se não conhecem direitos e deveres, e se não tem desejos, além daqueles naturais, se desconhecem o vício e as paixões, todos males sociais; se, portanto, desconhecem o mau, aos selvagens só caberia a bondade natural. Sendo assim, essas representações indianistas configuram uma real possibilidade de criação estética.

Outro viajante que esteve no Brasil e escreveu sobre os índios foi Daniel Kidder. Norte americano e pastor Metodista, Kidder veio ao Brasil para divulgar sua fé e para distribuir Bíblias. Esteve no Brasil entre os anos de 1837 e 1840, publicando seu diário de viagem em 1845. A visão que desenvolve sobre os índios não poder ser chamada de enaltecida ou depreciativa, mas de oscilante entre uma e outra. Assim, por vezes o autor representa os índios de forma indianista, mas no geral é depreciativa a visão do pastor metodista. Desse modo, suas representações sobre os índios brasileiros configuram um campo de possíveis

⁸¹ RUGENDAS, 1972, p. 83.

estéticos, onde a dicotomia no modo de vê-los reflete-se em diferentes possibilidades de criação estética.

Sobre os índios Tamoyos, que Kidder observou no caminho do Rio de Janeiro a São Paulo, o pastor admirou-se com suas armas e a habilidade do índio em manuseá-las. Segundo ele:

Bem poderiam eles chamar poderosas as armas dos Tamoyos, pois que uma flecha por eles expedida, prendia o escudo ao braço que o sustentava, e, não raramente, atravessava ainda o corpo do guerreiro com tamanha força que ia penetrar fundo no tronco de alguma árvore, e lá ficava vibrando fortemente.⁸²

Aí está, uma representação indianista dos índios Tamoyos, fruto sem dúvida de alguma demonstração de habilidade por parte desta tribo, e que parece ter impressionado fortemente o viajante norte americano. Essa representação configura uma real possibilidade de criação estética sobre a tribo dos Tamoyos.

Mais adiante, ainda sobre os Tamoyos, Kidder dá idéia de como era cultivado e preparado o alimento básico entre os índios, a mandioca. Segundo Kidder, o processo de plantio era sumário e rude, bem próximo da capacidade intelectual dos índios.

Ainda sobre a mandioca, usada também para a fabricação de bebidas alcoólicas, Kidder admira-se da capacidade dos índios em fabricá-las, “por um processo engenhoso que tiveram a inteligência de descobrir; jamais, porém, terão repugnância de repudiá-lo”.⁸³ Segundo Kidder, ainda que seja engenhosa a fabricação da bebida, ela será a causadora da ruína dos índios. Expressando bem as opiniões de um pastor metodista, Kidder condena o uso da bebida, não só entre os índios, mas entre todos os homens: “E assim os homens de todas as épocas e latitudes sempre deram provas de depravação, convertendo as dádivas da Providência generosa em causas de sua própria ruína”.⁸⁴

Sobre os índios observados na província do Ceará, será bastante depreciativa a opinião do viajante: “Hordas de nativos habitam o Ceará em estado semi-bárbaro, são, no geral, indolentes e corruptos, alimentando-se principalmente de frutos silvestres ou de culturas ligeiras. De vez em quando roubam”.⁸⁵

⁸² KIDDER, Daniel. **Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil**. Trad. Moacir M. Vasconcelos. Brasília, Senado Federal, 2001. p. 11.

⁸³ KIDDER, 2001, p. 199.

⁸⁴ Idem, 2001, p. 199.

⁸⁵ Idem, 2001, p. 141.

Essa representação, provavelmente diz respeito a índios que sofreram intensos contatos com os colonos, e por isso, chegaram a ponto de roubarem. Esta opinião é corroborada pelo próprio Kidder, uma vez que ele diz que antigamente, estavam os índios mais organizados e que se podia até mesmo contratá-los para os trabalhos agrícolas. No ano em que Kidder faz essa observação, isso já não era possível, diz o pastor norte americano “Esse regime, porém, a muito deixou de existir e os infelizes aborígenes não tem, agora, utilidade alguma, nem para si próprios e nem para outrem”.⁸⁶ Assim como para Rugendas, o índio antes do contato com os brancos é representado de forma enaltecida, do contrario, os índios que observa é visto de forma bastante depreciativa, uma vez que estão distantes de sua condição original.

Apesar dessas observações sobre os índios com que teve algum contato assumirem um caráter depreciativo, Kidder termina seu discurso sobre os índios, expressando uma opinião favorável sobre os índios brasileiros. “Nenhuma outra nação do novo mundo jamais foi tão densamente povoada por tribos indígenas quanto o Brasil [...] Alguns desses povos eram valentes na guerra e, tanto na língua quanto nos costumes, lhe eram inteiramente peculiares”.⁸⁷ Dessa maneira, as representações indianistas ou não, atuam no sentido de configurar um campo de possíveis estéticos, ou seja, constroem reais possibilidades de criação estética sobre os índios que representam.

Percebeu-se aqui que, as representações, indianistas ou não, a respeito do indígena brasileiro foram construídas por cronistas diversos com vivências e opiniões diferenciadas. Contudo, afora as divergências entre uns e outros, advindas da tomada de posição de cada um e também das condições e da realidade dos diferentes contatos e observações, nota-se claramente que o índio aldeado, com intensos contatos com a civilização portuguesa, foram representados de forma depreciativa pelos diferentes autores. Do contrario, aqueles índios que viviam ainda isolados, conservando suas formas primitivas de vida, é sobre esses índios que incidem boa parte das representações indianistas elaboradas pelos viajantes.

Por fim, é de se notar que o indianismo, enquanto invenção histórica não surge de um consenso, mas que todo o processo histórico de sua constituição fora marcado por opiniões divergentes e conflitantes acerca dos índios, como se viu e ainda se verá na continuação deste trabalho. E isto se mostra evidente, quanto às formas que as representações assumem, ora enaltecidas, ora depreciativas. Assim, vemos que o campo de possíveis estéticos configurado neste processo de invenção histórica era heterogêneo e contraditório, abrindo espaço no campo para diferentes tomadas de posição por parte dos escritores.

⁸⁶ KIDDER, 2001, p. 141.

⁸⁷ Idem, 2001, p. 245.

Passa-se agora à análise do papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no processo de invenção histórica do Indianismo Literário. Para tanto se vai analisar a gênese do Instituto Histórico nas suas relações com o campo de poder. E mais, vai-se analisar a produção de conhecimento sobre os povos indígenas, onde são construídas representações indianistas ou não a seu respeito, que por sua vez, configuram um campo de possíveis estéticos sobre os mesmos.

2. A revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: outros indícios de uma representação indianista – 1838-1860.

Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior gráo de felicidade publica, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre a historia e geographia do paiz, devem ministrar grandes auxílios á publica administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros.

Marechal José da Cunha Mattos e Cônego Januário da Cunha Barbosa
Revista do IHGB, agosto de 1838.

O texto acima lança as bases para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Nele pode-se perceber alguns dos objetivos do Instituto, bem como a maneira de alcançá-los. Assim, para o IHGB, as letras e as luzes devem não só contribuir para o esclarecimento e adorno da sociedade: devem também contribuir para a firmeza de seus alicerces, prestando auxílios à administração do Estado, contribuindo enfim para a felicidade pública.

Configurando-se como um campo de produção erudita que congrega em sua estrutura diversos campos de produção cultural, entre eles, o campo dos estudos históricos, geográficos, etnológicos e literários, o IHGB teve grande importância no desenvolvimento destes campos de conhecimento no Brasil.

Neste capítulo tentaremos mostrar um pouco da gênese e dinâmica do Instituto, para percebermos a intrínseca relação de subordinação estrutural entre os campos literário e de poder, bem como a contribuição dada pelos seus estudos para a consolidação da invenção histórica do indianismo através das representações indianistas em torno do indígena brasileiro presentes nas páginas de sua revista. Ou seja, vai-se tentar perceber como as relações entre os campos e a produção de conhecimento em torno do índio vai atuar na configuração de um campo de possíveis estéticos a respeito deles.

Criado em 1838 sob os moldes do Insitut Historique Francês, inaugurado em 1834, o IHGB fora concebido como uma instituição cultural, seguindo o modelo das academias européias típicas do período Iluminista. Sendo um campo de produção cultural subordinado e extremamente dependente do campo de poder, as exigências deste campo irão determinar a produção daquele. Com isso, preocupada em traçar a gênese da nacionalidade brasileira, o nacional torna-se princípio soberano enquanto critério que iria guiar a produção acadêmica do Instituto⁸⁸. Assim, consolidar a nação política e criar a nação cultural eram os papéis principais do Instituto Histórico.

O projeto de criação do IHGB surge no interior da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional (SAIN), que fora criada em 1827, também nos moldes das academias européias iluministas. A SAIN propunha a incentivar o progresso e o desenvolvimento brasileiros. Assim, tanto o IHGB quanto a SAIN, estavam vinculados a projetos de Estado, de natureza global, que visam integrar as diferentes regiões do Brasil, de forma a viabilizar efetivamente a existência de uma totalidade Brasil.⁸⁹ Com isso, a idéia era criar a nação, não só a nação política, mas também a nação cultural, era preciso escrever a história da jovem nação, mapear seus espaços geográficos, conhecer suas populações primitivas, enfim, era preciso inventar a nação.⁹⁰

Num primeiro momento de sua história, que vai de sua inauguração até a década de 50 do século XIX, o IHGB impõe como suas diretrizes a coleta e a publicação de documentos relevantes à história do Brasil, bem como o incentivo ao ensino público, de estudos de natureza histórica. Incentivava-se ainda o conhecimento geográfico do território, afim de incorporá-los aos espaços conhecidos da nação. Há também grande incidência de estudos relativos aos povos indígenas. Para tamanho esforço estão presentes nos primeiros estatutos as pretensões de se manter relações diretas com institutos similares, no exterior (principalmente o Instituto Histórico francês, que atuava enquanto instituição legitimadora do conhecimento produzido) e posteriormente nas demais províncias do Império, com a criação de institutos históricos provinciais.

⁸⁸ GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma Historia Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 07.

⁸⁹ GUIMARÃES, 1988, p. 08.

⁹⁰ Segundo Benedict Anderson: “nação [...] é uma comunidade política imaginada e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a *imagem de sua comunhão*”. Assim, queria se criar essa comunidade política imaginada e para tanto, era preciso criar imagens de comunhão para o surgimento de um sentimento nacional de pertencimento, naturalmente as escolhas efetuadas pelo IHGB incidiram sobre o índio. ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989. p. 14.

Assim, assiste-se no IHGB a formação de um discurso acadêmico (historiográfico, geográfico ou etnográfico) diretamente relacionado ao Estado Imperial, onde o nacional e o nacionalismo, ou aquilo que se pretendia enquanto nacional tinha papel central, notando-se assim a relação existente entre o campo do poder e campo de produção cultural. Esta tendência acentua-se a partir de 1849-50, quando o Imperador dom Pedro II passa a freqüentar assiduamente as reuniões do Instituto. Neste momento, o próprio IHGB consolida-se com um maior apoio do Estado Imperial. Sua sede é transferida para o Paço da Cidade, sede do governo Imperial, marcando uma nova vida para a entidade.⁹¹

Ao mesmo tempo em que se consolida enquanto instituição, há um amadurecimento das diretrizes intelectuais do Instituto Histórico. A coleta de documentos perde importância, e o IHGB passa a priorizar a produção de trabalhos inéditos nos campos da história, da geografia e da etnografia. O próprio Imperador passa a sortear os temas para dissertação, com isso a produção nativa é incentivada, sobretudo com relação aos temas dos trabalhos, todos voltados a questões nacionais, seja política ou culturalmente. Assim, o IHGB terá importância decisiva dentro do campo de produção cultural (científico, artístico e literário), mas não só isso, será também fundamental para o campo do poder e seus projetos de Estado.

Quanto à história, buscou-se num primeiro momento a vinculação da história nacional com o passado colonial português. A questão que se colocava, segundo Ricardo Salles era a de produzir "uma história fundada nas tradições, que demonstrasse a identidade entre o novo estado e as raízes nacionais. Portanto, tratava-se de fundar uma tradição".⁹²

Ora, como criar uma tradição num país que em 1838 tinha apenas 16 anos de idade como estado soberano? A historiografia do IHGB voltou-se então para o período colonial, e com Francisco Adolfo Varnhagen, considerado o primeiro historiador brasileiro, escreve-se uma história oficial que cria uma identidade nacional enquanto uma continuidade da herança colonial portuguesa. Contudo, esta vinculação com um passado colonial e a idéia de uma herança portuguesa, ia contra a idéia de uma identidade "verdadeiramente" nacional. Era preciso fundar uma tradição, que ao mesmo tempo em que nos unisse à Europa, demonstrasse nossa diferença. A historiografia, por seu vínculo com o passado colonial, mostrava-se inviável ao projeto de invenção cultural. Vislumbrou-se então a perspectiva da cultura nacional, principalmente através da literatura, em especial a Literatura Indianista.

Os povos indígenas e os estudos a eles relacionados tiveram grande importância dentro do Instituto Histórico. Prova disso é o grande número de artigos publicados na revista do

⁹¹ GUIMARÃES, 1988, p. 10.

⁹² SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. op. cit, 1996, p. 31.

IHGB onde o indígena é o tema central.⁹³ Esses artigos abordavam os diferentes povos, seus usos e costumes, sua língua, assim como das diversas experiências de catequese empreendida, exemplos de aldeamentos, exemplos do uso do indígena como força de trabalho, além de relatos sobre o contato de tribos isoladas com brancos.

Eram textos sem objetividade científica, escritos de acordo com a visão de mundo de seu autor, a serviço da defesa de pontos de vista ideológicos que guiam a construção do texto, mas que ainda assim são reveladores das realidades indígenas, uma vez que as representações guardam sempre uma proximidade com a realidade representada. Dessa maneira, esses textos atuam na configuração de um campo de possíveis estéticos sobre o indígena brasileiro.

Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, a importância desses estudos de caráter etnográfico e arqueológico, pode ser explicada pela própria concepção de história presente no IHGB. Presos a uma concepção de história linear, ligada a noção de progresso, a questão das origens ganha importância fundamental a esses historiadores. Conhecer os povos indígenas significava incorporá-los à civilização brasileira. Além disso, mostrar a inferioridade desses povos legitimava a dominação do Estado Imperial sobre eles.⁹⁴

Ainda neste processo, a questão da incorporação dos povos indígenas à civilização brasileira tem relevância sem precedentes neste período. A questão da mão-de-obra e a Política Indigenista a ser adotada são amplamente discutidas, ainda que sem muitos resultados práticos com relação a uma legislação referente à questão.⁹⁵ Num país de população diminuta, com a força de trabalho constituída principalmente por escravos africanos, incorporar os índios à civilização, fazendo deles uma força de trabalho nativa é questão de suma importância. Assim, na década de 50 do século XIX, ano em que aumentam as pressões

⁹³ A Revista do IHGB fora publicada trimestralmente até o ano de 1864, compondo anualmente um volume com numeração e páginas seguidas. Após esse ano a publicação passa ser semestral. Nela estão publicados documentos, fontes históricas e geográficas, artigos de natureza diversa, além de outras informações relativas aos trabalhos do Instituto. Os estudos indígenas tinham grande importância dentro da revista, chegando a perfazer 70 % dos artigos publicados na revista, sobretudo no período que compreende as décadas de 50 e 60 do século XIX. Schwarcz, Lília Moritz. **O espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁹⁴ GUIMARÃES, 1988, p. 11.

⁹⁵ A legislação Indigenista do século XIX apresenta uma certa irregularidade, pelo menos até 1845. Até este momento ela era uma política flutuante, dependente de uma política de terras, ou seja, aplicava-se medidas referentes a territórios desconsiderando-se a presença ou não de indígenas. O avanço das áreas de fronteira eram barrados pela presença de tribos indígenas que precisavam de alguma forma ser tirados do caminho. As práticas comuns eram as reduções, nos moldes jesuíticos, os aldeamentos religiosos ou não, ou o apresamento para a escravidão, comuns em todo o período Colonial, perdurando em menor escala no século XIX. CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos Índios no Brasil**. op. cit. p. 131-155. A partir da década de 50 do século XIX, a Política Indigenista passa a ocupar lugar de destaque dentro dos estudos relativos aos índios presentes na revista do IHGB, mas mesmo essa maior preocupação não teve como resultado um corpo de leis homogêneo, ou um conjunto de práticas mais sistemáticas relacionadas à questão.

internacionais sobre o regime escravocrata brasileiro, vem-se aumentar significativamente os estudos relacionados aos povos indígenas.

Mas há outro fator de extrema importância neste caminho empreendido pelo IHGB em direção ao conhecimento das populações indígenas do Brasil, a cultura nacional. País recém independente, carente de expressões culturais nacionais que afirmassem nossa independência não só política, mas também cultural, coube ao IHGB o papel de descobridor das originalidades locais, aquilo que nos fosse específico, que nos diferenciasse da cultura européia.

O Brasil, neste período, era país extremamente pobre em instituições culturais. O IHGB era praticamente a única instituição produtora e difusora de bens culturais na Corte e nas demais províncias do Império. Daí a importância de seus estudos para a descoberta e consolidação de projetos culturais, tais como o Indianismo Literário⁹⁶. Com efeito, nota-se aqui uma imbricação dos campos cultural (literário) e de poder, uma vez que o indianismo é uma preocupação e um projeto partilhado e levado a cabo tanto por um campo como por outro, dentro deste espaço de produção cultural vinculado ao Estado Imperial que é o Instituto Histórico. Contudo, tem-se de estar atento ao fato da dependência estrutural do campo literário ao campo de poder, sendo este determinante sobre aquele.

Segundo Lílian Moritz Schwarcz, quando o IHGB passa da tutela da SAIN, para a tutela direta do Estado Imperial, quando o Imperador torna-se membro ativo do Instituto Histórico, este passa naturalmente a fazer parte de um projeto político de construir uma memória e reconhecer uma cultura local. Com isso queria-se criar uma identidade, ou seja, um sentimento de pertencimento a esta jovem nação.⁹⁷ Assim, neste momento começa a tomar corpo um projeto de invenção histórica, a invenção do Indianismo Literário. Segundo Mário da Silva Brito: “era preciso urgentemente, para os *nouveaux riches* da nacionalidade, descobrir uma tradição galharda, heróica, um mito nacional. Estava tudo no índio”.⁹⁸

O IHGB teve papel decisivo dentro deste processo histórico onde o indígena é coroado como símbolo da nacionalidade brasileira. Em processos concomitantes, o Instituto Histórico produz um vasto conhecimento acerca dos povos indígenas, empreende uma acirrada discussão em torno da questão do índio como símbolo da nacionalidade, ao mesmo tempo em

⁹⁶ SCHARTZ, Lílian M. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. _____ **O espetáculo das Raças**. op. cit., 1993. _____ **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis**. op. cit., 2002.

⁹⁷ SCHARTZ, 1999, p. 126.

⁹⁸ SILVA BRITO, Mário da. apud CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 8 ed. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 155.

que, atrelado ao campo literário em formação, estimula e legitima uma produção literária onde o indígena aparece como tema central.

Nesta parte do presente capítulo, iremos mostrar como o conhecimento produzido pelo IHGB acerca dos povos indígenas atuou na configuração de um campo de possibilidades estéticas acerca destes. Analisando a produção de conhecimento relativo aos índios, mostraremos os indícios de representação indianista ou não presente nesses estudos. Representações que configuram, junto aos relatos de viagem, um campo de possíveis estéticos, ou seja, configuram reais possibilidades de criação estética, que por sua vez serão determinantes na invenção histórica do Indianismo.

No mesmo processo, a disputa ideológica ocorrida dentro do IHGB em torno da viabilidade de se escrever uma literatura onde o índio aparece com o símbolo da nacionalidade, coloca o IHGB em primeiro plano para se entender o surgimento deste movimento literário. Colocando este debate em evidência, iremos perceber claramente a ligação entre os campos do poder e o campo literário em formação.

Compreendendo esse processo, iremos notar que o indianismo, mesmo surgindo involuntariamente dentro do pensamento europeu e dentro dos preceitos estéticos do Romantismo, ainda assim não se pode dizer que ele surge espontaneamente da imaginação dos escritores que a ele se dedicaram, e sim que, estando esses escritores presos a um campo literário em formação, campo extremamente dependente em relação ao campo do poder, as possibilidades estéticas estavam dadas por essa relação entre os campos. Uma vez que as representações indianistas em torno dos indígenas, presentes nos relatos de viajantes ou contidas nas páginas da revista do IHGB e que configuram um campo de possíveis estéticos, serão muito próximas das que irão aparecer na literatura construída pelos escritores.

Com isso notamos que, quanto mais dependentes são os escritores do campo de poder, maior será a influência deste campo na configuração dos possíveis estéticos e conseqüentemente do *habitus* desses escritores, fazendo com que esses determinantes atuem no momento da criação literária. No caso do Indianismo Literário esta dependência será explícita não somente em relação às possibilidades estéticas e as tomadas de posição dos escritores, mas também à própria invenção histórica do indianismo que ocorre dentro do campo de poder, aí representado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

E um dos fundadores do IHGB, o Cônego Januário da Cunha Barbosa chama-nos a atenção para esta ligação entre o IHGB e a literatura, quando diz que os conhecimentos produzidos pelo Instituto irão contribuir na empresa daqueles que se dedicam a glória

literária. Vejamos as palavras do cônego, proferidas no discurso de inauguração do Instituto Histórico:

A prosecução do meu discurso me faz chegar a um ponto que, designando bem claramente a grande utilidade que se pode colher dos estudos históricos e geographicos, marca por isso mesmo, uma época gloriosa em nossa pátria, da qual se descobre a honrosa estrada que podem melhor seguir aquelles dos nossos patrícios em cujos peitos palpitam corações animados pelo amor da glória litterária. Elles, de certo, farão o melhor uso dos seus estudos sobre a história da pátria, expurgada de tantos erros, enriquecendo os espíritos de conhecimentos interessantíssimos, que lhes sirvam nos empregos a que forem chamados pelos votos de seus concidadãos [...].⁹⁹

Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, esses textos que discutem a questão indígena dentro do IHGB, operam sempre com um par de categorias: “civilização e estado social” para caracterizar o mundo dos brancos e “natureza e barbárie” para caracterizar o mundo dos indígenas. Assim, esses textos deixam entrever uma coincidência de visões em relação a aspectos centrais:

1) Unanimidade quanto à necessidade de integração dos grupos indígenas, particularmente no momento em que a questão nacional é prioritária, e na medida em que o problema racial coloca sérias questões a um projeto que se pretenda minimamente integrador. 2) Defesa do comércio e da educação como meios a serem priorizados no contato com as populações indígenas. 3) Destinação de um papel central ao Estado que, embora não alijando as ordens religiosas desta empresa, deveria preservar seu espaço de controle sobre o desenvolvimento do trabalho.¹⁰⁰

De maneira que estes estudos etnográficos tinham preocupações e objetivos específicos, articulando-se, entre outras, dentro das premissas acima. Contudo, essa especificidade não conferia a esses trabalhos um caráter sistemático, próprio de discursos científicos. Sendo assim, esses estudos etnográficos devem ser lidos tendo em conta seu pertencimento à categoria de discursos pré-científicos.¹⁰¹

⁹⁹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 1838- Trimestral. N 01, 1839. p. 16.

¹⁰⁰ GUIMARÃES, 1988, p. 22.

¹⁰¹ A etnologia no Brasil pode ser dividida em três períodos. O primeiro situa-se no período de dominação portuguesa e caracteriza-se por informes sobre grupos indígenas da costa, de caráter pré-científico, marcado pelo conhecimento empírico. O segundo período pode ser situado na chegada de dom João VI até o início do século XX, é o período dos naturalistas viajantes, cujos estudos possuem tons de ciência, embora sem teoria ou método. É neste grupo de estudos que podem ser enquadrados os estudos etnográficos produzidos no IHGB. O terceiro período de desenvolvimento da Etnologia no Brasil se dá na década de 30, onde surgem pesquisadores de boa formação, principalmente em torno da Universidade de São Paulo. Assim, segundo Egon Schader, os estudos etnológicos do século XIX, onde se enquadram as fontes deste capítulo, serão “como não podia deixar de ser,

Esses artigos foram escritos por padres, fazendeiros, sertanistas, um ou outro naturalista, ou seja, por qualquer pessoa minimamente letrada que de alguma forma tiveram contato direto ou indireto com as tribos das quais escrevem.¹⁰² Portanto, são textos pouco objetivos, que contem visões parciais e ideologicamente construídas, ainda que baseadas em alguma realidade observada.

Ainda, as representações indianistas ou não aparecem de forma esporádica, fortuita, não se constituindo no tema ou na intenção do autor, sendo então indícios de representação. Mas para o historiador interessado nas representações, esses textos configuram-se como material riquíssimo, uma vez que encerram em suas páginas inúmeras representações indianistas, ou seja, apologistas dos índios em inúmeros aspectos, e também representações não indianistas, que assumem um caráter depreciativo na maneira de ver o índio. Essa dicotomia aparece naturalmente na documentação, evidenciando a tensão existente, os conflitos e interesses em torno da questão indígena. Desta forma, estes textos atuam na configuração de um campo de possibilidades estéticas, por sua vez formador de um *habitus*, que será determinante nas tomadas de posição dos escritores indianistas no momento de criação de suas obras literárias.

Passa-se agora à busca de indícios de representações presentes nos artigos publicados pela revista do IHGB. Nesta análise foram privilegiados os artigos escritos durante o século XIX, baseados em observações feitas no mesmo século. Os artigos remontam à inauguração do Instituto Histórico até a década de 60 do século XIX, sendo esses limites extrapolados em um ou outro artigo.

Em manuscrito oferecido ao IHGB no ano de 1839, e publicado no mesmo ano sob o título *História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaycuru* José Manuel do Rosário conta sobre os usos e costumes desses índios, sua leis e alianças, seus ritos, dando ainda notícia da relação desta tribo com os espanhóis e portugueses. Ainda que evidencie seu caráter bravo e as dificuldades que tinham os colonos no contato com essa tribo de índios, no geral são boas

quase tudo o que nos primeiros séculos se escreveu sobre o gentio tem caráter pré-científico. A ausência de qualquer teoria ou método para o estudo das culturas não permitia que se fosse além de um empirismo bastante primitivo”. SCHADER, Egon. A Etnologia no Brasil. In: FERRI, Mario Guimarães & MOTOYAMA, Shozo. **História das Ciências no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1980. p. 244.

¹⁰² Instituição de caráter marcadamente elitista, o IHGB tinha critérios de admissão em que a produção acadêmica é negligenciada em detrimento da posição social ocupada pelo possível membro. Com isso, os membros não necessariamente precisavam apresentar trabalhos acadêmicos para a sua admissão, desde que tivessem capital social ou político. Portanto, escreviam sobre índios autores sem qualquer formação etnográfica ou etnológica, mesmo porque eram ciências incipientes no Brasil. Schwarcz, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças**, op. cit. 1993.

as impressões do cronista, de modo que suas representações configuram um campo de possíveis estéticos sobre esses índios.¹⁰³

Sobre a divisão social da tribo, José Manuel nos conta ser ela dividida em três partes, sendo a maior parte dela constituída por cativos que apanham na guerra, mas que embora este fato, os Guaikurus “os tratam com muito amor, sem os obrigarem a fazer trabalho algum”.

Sobre os guerreiros da tribo, os temíveis cavaleiros, o cronista assim os representa:

São os cavalleiros de uma cor mais escura que a de cobre, e de estatura alta, tanto que entre eles há homens de seis pés e meio de altura, bem feitos, envoltos em carnes, capazes de resistir à fome e sede, e endurecidos ao trabalho de maneira ineffavel [...] nos gestos de todos inspira robustez e um estado perfeito de saúde.¹⁰⁴

Para Jose Manuel estes índios são homens de qualidades físicas exemplares, robustos e fortes. Naturalmente, o caráter geral desta tribo contribuiu para a formação desta representação indianista.

Adiante, o cronista nos dá uma má impressão da vida dos índios, ainda que os mesmos se mostrem satisfeitos com tal existência. Embora “miserável” vivem esses índios “satisfeitos, sem apetercerem a eles as delícias de Cápuá, nem os tesouros de Cresó”.

Por fim, sobre a vida comum que levam os índios, o cronista João Manuel nos deixa uma representação indianista sobre esses índios:

Este povo selvagem ama-se affectuosamente, e vive entre si em uma doce harmonia, sustentada desta amizade terna que faz a formosura da vida [...] os Guaycurus são tão soberbos que todos os gentios conflitantes tratam com desprezo, e estes de alguma sorte os respeita [...].¹⁰⁵

¹⁰³ Os índios Guaikurus eram tribo do tronco lingüístico Jê, sendo caçadores e coletores que viviam na região onde hoje está o Estado do Mato Grosso do Sul, notadamente na região do Pantanal. Os Guaikurus sempre manifestaram tendências para a dominação de outras tribos de caçadores e coletores e lavradores. Essa tendência se acentuaria com a adoção do cavalo usado na caça e na guerra. Introduzido pelos espanhóis na região no século XVI, os Guaikurus aprenderam a servir-se deles e com isso conseguiram impor seu domínio e conseguir a vassalagem de diversas tribos. Atuando numa vasta região, roubando e fazendo cativos, os Guaikurus chegaram a constituir o principal obstáculo que os colonizadores tiveram de enfrentar no centro da América do Sul. Inúmeras expedições militares de espanhóis e portugueses tentaram subjugar-los, e até a segunda metade do século XIX eram fortes, impunham medo e eram respeitados. No fim do século XIX, perderam sua força guerreira, com a perda dos antigos vassalos e com a diminuição gradativa de sua população. RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis, Vozes, 1982. p. 79-91.

¹⁰⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 01, 1839. p. 25.

¹⁰⁵ Idem, N 01, 1839. p. 36-38.

Embora vivendo harmoniosamente entre si, os cavaleiros Guaikurus conservam o orgulho e a soberba com relação aos outros povos índios seus inimigos, como observou o cronista João Manuel.

Assim, nota-se que as impressões do autor do texto estão carregadas de representações indianistas sobre esta tribo. Naturalmente, essas impressões surgiram do contato do autor com a referida tribo, que como nos ensina Roger Chartier, as representações guardam sempre uma afinidade com a realidade representada. Assim, ainda que os Guaikurus sejam um problema ao Estado Imperial, devido principalmente às dificuldades de trazê-los à civilização, o cronista não deixa de construir sobre eles uma representação indianista dada a especificidade cultural da tribo. Com isso, essas representações atuam no sentido de configurar um campo de possíveis estéticos sobre esses índios.

Em 1840 é proposto um programa de reflexões dentro do IHGB, ao qual responde com um artigo um dos fundadores do Instituto Histórico, o Cônego Januário da Cunha Barbosa. O programa: “Qual seria hoje a melhor systema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o systema dos Jesuítas, fundada principalmente na propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperam melhores resultados do que os atuais”, é revelador na medida em que mostra que trazer os índios à civilização passou a fazer parte de uma preocupação sistemática por parte das autoridades Imperiais, representados neste caso pelo Instituto Histórico.

Ao mesmo tempo, o artigo do Cônego Januário da Cunha Barbosa escrito em resposta à questão, evidencia em suas páginas uma continuidade de idéias na maneira de enxergar o indígena, ou seja, assiste-se uma apropriação das idéias de Jean-Jacques Rousseau onde o indígena é visto como um homem recém saído do estado de natureza. Assim vemos o pensamento de Rousseau atuar na formação dessas representações em torno do índio:

[...] nações índias, encontradas nas terras compreendidas entre o Amazonas e o Prata, se devem considerar como composta de homens recém sahidos das mãos da natureza; acostumados a sustentar-se dos fructos que encontram em suas divagações, da caça e da pesca, onde mais abundantes se lhe oferecem, sem domicilio certo, sem pátria, sem leis, sem vestígios de qualquer civilização [...] seus raciocínios são tão curtos quanto suas necessidades; seus hábitos de vida errantes e selvagens têm formado neles como uma nova natureza, difficil de vencer-se.¹⁰⁶

¹⁰⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 05, 1840. p. 05.

No entanto, para o Cônego Januário esse estado de natureza é nefasto ao indígena, e cabe aos homens de Estado tirá-lo desta condição por ele considerada infeliz. Assim, embora sem qualquer vestígio de civilização e com uma natureza difícil de vencer, é necessário trazer esses homens ao convívio social, para assim corrompê-lo, como diria o filósofo Jean Jacques Rousseau.

Apesar do estado bárbaro de nossos índios, para o Cônego Januário da Cunha Barbosa eles têm prestado grandes serviços ao Estado, seja no auxílio aos brancos, seja no cumprimento de seus deveres por eles impostos e cumpridos de boa fé pelos índios em sinal de amizade. Para o Cônego, nossa história está recheada de belos exemplos desta amizade:

[...] e apesar mesmo de sua habitual barbaridade nós lhe devemos grandes serviços pela sua poderosa coadjuvação em muitos lances de aperto: ter-se-hão sempre nas páginas da História Brasileira, com respeito e admiração, os nomes de Tybiriçá, pelo que fizeram em nosso favor nos campos de Pyratininga; de um Araragibóia, nos matos do Espírito Santo, e nas praias de Nytheroy; de um Camarão nas planícies de Pernambuco, e de outros muitos índios de fidelidade, brio e valor, igual à de nossos heróis, a cujo lado combatem.¹⁰⁷

Para o cônego Januário da Cunha Barbosa, nossos indígenas, apesar de bárbaros e recém saídos do estado de natureza, prestaram grandes auxílios à história da pátria e por isso devem ser motivos de respeito e admiração. Com isso notamos que mesmo vindo os indígenas em condição inferior, são eles homens de valor, que merecem uma atenção do Estado, que merecem enfim ser incorporados à civilização brasileira. Portanto, embora pouco explícito, o Cônego constrói uma representação indianista acerca desses índios, servindo essa representação como argumento a favor da incorporação destes à civilização e também servindo à configuração de um campo de possíveis estéticos sobre os mesmos.

Ainda no ano de 1840, publica-se na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro artigo do jesuíta João Daniel, intitulado *Thesouro descoberto no Maximo Rio Amazonas*. O artigo é bastante longo e trata de assuntos dos mais variados, a fauna e flora, as riquezas naturais, os rios, descrições geográficas e o que nos interessa: relatos sobre os índios da região amazônica. Este trecho do texto é intitulado “Notícia geral dos índios seus naturaes, e de algumas nações em particular; da sua fé, vida, costumes e das causas mais notáveis de sua rusticidade”.

¹⁰⁷ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 05, 1840. p. 13.

As notícias que dá dos índios da região amazônica são genéricas, não se referindo a nenhuma tribo específica, ainda que a intenção apareça no título do artigo. Além disso, o jesuíta João Daniel constrói sobre suas observações hipóteses peculiares, onde compara o indígena aos europeus seus conhecidos de antemão. Com isso, o autor faz uma representação enaltecida de nossos indígenas uma vez que para ele nossos índios nada têm de inferior com relação aos povos europeus, até se assemelham a eles.

Vejam os um trecho significativo desta postura analítica do jesuíta João Daniel:

[...] os habitadores e naturaes índios do grande amazonas, são gente bem desperta e proporcionada como os mais da Europa, menos nas cores, em que muito se distinguem; e nem pareça supérflua esta advertência de que são gente; porque não obstante a sua boa disposição e physionomia, houve Europeos que disso duvidaram [...] a disposição da membratura é mui proporcionada, as feições bastantemente finas e pálidas [...].¹⁰⁸

Assim, sendo parecidos aos europeus, a não ser nas cores, o autor chega a ironizar aqueles que uma vez duvidaram do estatuto humano dos indígenas brasileiros. Com isso, comparando-os aos europeus e vendo-os como iguais, o autor constrói uma representação indianista de nossos índios que configuram um campo de possíveis estéticos a respeito deles, ou seja, dão origem a uma real possibilidade de criação estética.

Adiante em seu relato, o jesuíta João Daniel admira-se da pouca afeição dos índios da região amazônica com relação às preciosidades mundanas, para ele sinal de virtude se comparado ao mundo civilizado europeu:

[...] se fosse à América acharia não um, mas milhões e milhões de índios tão despidos de toda afeição e ambição das preciosidades mundanas, que ainda das que Deus lhes repartiu nas suas terras não se utilizão, não fazem apreço nem caso algum, antes a desprezão.¹⁰⁹

Desta maneira, sendo esses homens despidos da afeição e ambição das coisas mundanas, eles só poderiam ser virtuosos ao jesuíta João Daniel.

Assim, nota-se que o Jesuíta procura motivos que justificariam o processo de aldeamento empreendido pela companhia de Jesus. Com isso, o autor constrói representações que fazem apologia desses índios, afim de com isso convencer as autoridades imperiais da necessidade e do benefício de tal empresa. Ao falar sobre a disposição física dos índios, o autor segue no mesmo tom:

¹⁰⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 07, 1840. p. 321.

¹⁰⁹ Idem, N 07, 1840. p. 341.

[...] as feições e os delineamentos do rosto é bastante miúdo, especialmente em quando meninos são lindos; e só na maior idade algum degenera os homens. E tem observado alguns curiosos que quanto mais lindos são em pequenos tanto mais feios se fazem em grandes; ou seja pelos trabalhos, ou pelos ardores do sol, ou por tudo junto; e pelo contrário, os que em pequenos parecem mais feios, em adultos são os mais bem parecidos [...] Achão-se porém ainda no comum das índias algumas tão gentis, e bizarros varões, como mulheres, e tão lindos e bem parecidos que podem competir ainda com as mais formosas senhoras da Europa. E alguma fêmeas há, que além De suas feições finíssimas, tem os olhos verdes, e outras azues, com uma esperteza e viveza tão engraçados que pode hombraear com as mais escolhidas brancas.¹¹⁰

Com isso, vemos com clareza a forma com que enxerga os índios, o jesuíta João Daniel. Para ele esses índios nada têm de inferior aos europeus, e as mulheres índias são para ele tão graciosas e lindas quanto qualquer branca. Enaltecendo os índios desta maneira, o autor faz uma representação indianista destes, que configura uma real possibilidade de criação estética.

No ano de 1841 é publicada na revista do IHGB a segunda parte do artigo do jesuíta João Daniel *Thesouro descoberto no Maximo Rio Amazonas*. Nesta segunda parte, o autor continua seu discurso de apologia dos povos indígenas do Brasil, ou seja, faz representações indianistas das tribos que observou.

Nesta parte, o jesuíta João Daniel procura convencer seus leitores da necessidade de trazer os índios à vida civilizada. Para tanto, o autor passa a falar de certas qualidades dos índios que os tornam aptos a vida civilizada, uma vez que segundo ele, podem aprender quaisquer ofícios e assim tornar-se úteis à sociedade, diz o autor: “Já é tempo de dizermos alguma coisa da grande habilidade e aptidão dos índios da América para todas as artes e officios da Republica, em que vencem ou igualam os mais destros europeus”.¹¹¹

Portanto, neste percurso o autor passa a levantar os motivos que justificariam a empresa de civilizar esses índios, uma vez que se tornariam membros úteis à sociedade.

Continuado sua argumentação, o autor diz os motivos do pouco desenvolvimento dos índios, segundo ele os mesmos:

Não tem officios de que não necessitam, segundo sua vida brutal e da rudeza em que vivem; [...] onde porém realçam mais é nas missões e nas casas dos brancos, em que aprendem todos os officios que lhe mandam

¹¹⁰ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 07, 1840. p. 332.

¹¹¹ Idem, N 09, 1841. p. 40.

ensinar com tanta facilidade, destreza e perfeição como os melhores mestres, de sorte que podem competir com os mais insignes no officio.¹¹²

Aliando suas observações com a intenção implícita do autor em convencer seus leitores da grande utilidade que terão os índios se trazidos à sociedade, o jesuíta João Daniel faz uma defesa das qualidades laboriosas dos índios que observou.

Continuando sua defesa das qualidades dos indígenas, dando conta de sua aptidão para o trabalho, o jesuíta continua sua representação indianista:

[...] aonde procede haver entre elles adequados imaginários, insignes pintores, esculptores, ferreiros, e officiaes de todos os officios; e tem tal phantasia, que para imitarem qualquer artefato basta mostrar-lhe o original ou cópia, e a imitam com tal magistério que depois faz esquecer qual seja o original.¹¹³

No entanto, apesar de excelentes trabalhadores e destros nos diversos ofícios que aprendem com facilidade espantosa, os índios tem um defeito que lhes impede o desenvolvimento: a preguiça. Segundo o jesuíta João Daniel, esta preguiça advém do tipo de vida que levam os índios, vida em que se preocupam apenas em sustentar o estomago, não fazendo senão aquilo que lhes manda. Assim a solução é viverem os índios na sociedade branca civilizada. Vejamos as palavras do autor:

Por esta sua natural preguiça, de modo ordinário só mostram suas raras habilidades nas casas e serviços dos brancos [...] por que todo o seu ponto é estarem ociosos nas suas roças, ou divertirem-se nas suas canoas pelos rios, e na caça pelos matos; e se nunca os mandarem trabalhar nos seus respectivos officios, nunca ordinariamente trabalham;¹¹⁴

Assim, para o jesuíta os índios têm todas as condições de viver em sociedade desde que aprendam ofícios úteis e desde que abandonem seu estilo de vida que os faz naturalmente preguiçosos. Com isso, o autor constrói uma representação indianista para defender seu ponto de vista de que serviriam à vida civilizada, e pelo contrário, os representa pejorativamente, quando fala do seu modo de vida peculiar, modo de vida este contrário aos interesses do autor jesuíta. Desse modo, as representações indianistas construídas pelo autor configuram uma possibilidade de criação estética, compondo o campo de possíveis estéticos sobre o índio.

¹¹² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 09, 1841. p. 40.

¹¹³ Idem, N 09, 1841. p. 40.

¹¹⁴ Idem, N 09, 1841. p. 40.

Ainda no ano de 1841, os estudos etnográficos ganham um espaço maior dentro dos trabalhos do Instituto Histórico. É criada sob a iniciativa do historiador Francisco Adolfo Varnhagen, uma seção dedicada exclusivamente aos estudos de etnografia indígena. Os objetivos da seção eram:

[...] se ocupará dos nomes das nações (com a synonymia quando a houver) suas línguas e dialectos, localidades, emigrações, crenças, archeologia, usos e costumes, os meios de as civilizar, e tudo o mais tocante aos indígenas do Brasil e seus circunvizinhos, compreendendo igualmente as noções geognosticas, e conjecturas geologicas que possam esclarecer a obscura história d'este território antes de seu chamado descobrimento.¹¹⁵

Vemos aí uma tentativa de tornar mais sistemático os estudos etnográficos no IHGB. O programa pode-se comparar a uma atitude metodológica de análise dada a precariedade dos estudos realizados até então. Mas, evidentemente, essa maior preocupação e essa maior sistematicidade não tiram esses estudos da categoria de estudos pré-científicos, mas são reveladores da importância da questão indígena dentro do IHGB.

No mesmo ano de 1841, o historiador Francisco Adolfo Varnhagen publica artigo na revista do IHGB, *Sobre a necessidade de estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil*. Neste o autor assevera a necessidade do estudo das línguas indígenas não só afim de catequizá-los, mas também pela necessidade de conhecer melhor uma língua que estava, segundo ele, se incorporando à língua portuguesa ao longo do período colonial, o que também justificava a necessidade de seu estudo.

Segundo Varnhagen, para a realização deste estudo é necessário “atrahir os selvagens offerecendo-lhes vantagens materiaes, como melhor modo de provar a homens tão rudes que se quer o bem d’elles”.¹¹⁶ Vemos então que, apesar de defender a necessidade deste tipo de estudo, o historiador Varnhagen vê os índios como homens rudes, que necessitam da tutela do Estado. Adiante o autor evidencia com mais clareza sua visão: “hoje é recebido que os auctothonnes d’este território pertenciam a uma geração, que já ia e vae decadente, e portanto tambem sua língua[...]”.¹¹⁷ Naturalmente, este julgamento é fruto da visão do autor, que realmente via os índios como homens em estágio decadente de vida.

No entanto, apesar de serem línguas de povos decadentes, o autor defende longamente a necessidade de seu estudo, seja porque se incorporaram à língua portuguesa, seja porque facilitariam o aldeamento dos índios, ou porque aumentariam os conhecimentos etnográficos.

¹¹⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 09, 1841. p. 62.

¹¹⁶ Idem, N 09, 1841. p. 53.

¹¹⁷ Idem, N 09, 1841. p. 55.

Contudo, mesmo sem o querer, o historiador Varnhagen representa as línguas dos indígenas enaltecendo suas qualidades para o canto ou a poesia, vejamos:

[...] não quero fazer apologia das línguas indígenas para produzir mais argumentos em favor do seu estudo: há quem d'ellas possuísse mais conhecimentos do que eu fácil seria mostrar que se têm algumas d'ellas muitos sons nasaes e gutturaes, se outras expressões vagas nascida da pobreza das ideias de povos ignorantes e que desconhecem o uso da escripta (e como dissemos ora vão em decadência, do mesmo modo que seus idiomas), por outro lado também alguns d'estes, doces e sonoros, como quasi todos os habitantes dos trópicos, são pela sua melodia próprios para o canto. [...] Possuem abundancia de periphrazes que os fazem aviventados e coloridos, e inquestionável é que as onomatopéias em que abundam devem fazer a língua propria para a poesia.¹¹⁸

Desta maneira, o autor não faz uma representação indianista dos índios, mas faz uma representação indianista de sua língua, defendendo suas qualidades para o canto e a poesia. Os argumentos do autor são fruto de suas reflexões e dos conhecimentos que detinha das línguas indígenas, estando relacionadas às realidades observadas e também pela posição assumida por Varnhagen na contenda indianista.¹¹⁹

Por fim, o historiador Varnhagen conclui sobre as vantagens do estudo das línguas indígenas, e apesar de mais tarde se colocar contra a literatura indianista, verá no estudo dessas línguas um auxílio à literatura e conseqüentemente à nacionalidade, abrindo um campo de possíveis estéticos sobre essas línguas e renunciando o papel do IHGB no processo de constituição da literatura indianista:

[...]; e as línguas indígenas permitirão às ordens religiosas desempenhar sua missão, e servirão de grande auxílio ao litterato que se ocupar em investigações litterárias para bem da pátria, alimentando o espírito de nacionalidade, que na judiciosa opinião do americano Ellen Channing é a litteratura nacional a primeira base para se firmar a independência e integridade das nações.¹²⁰

Apesar da criação da seção de etnografia, os artigos que se referem aos índios continuam a provir de observadores de toda ordem. Em 1842 é publicado na revista artigo do coronel José Joaquim Machado de Oliveira, sobre *A celebração da paixão de Jesus Cristo entre os Guaranyes*. Segundo o próprio autor, o texto trata de um episódio do Diário das

¹¹⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 09, 1841. p. 56.

¹¹⁹ Francisco Adolfo Varnhagen se colocará terminantemente contra o índio como símbolo da nacionalidade e da literatura indianista, quando essa discussão torna-se mais sistemática dentro do IHGB, e que será tema do próximo capítulo.

¹²⁰ Idem, N 09, 1841. p. 59.

Companhias do Sul, provavelmente algum diário dos trabalhos da Companhia de Jesus no sul do Brasil.

Segundo o Coronel Machado de Oliveira, o contato entre os indígenas e os brancos fez com que os indígenas entrassem numa condição degradante. Para ele (e aí podemos sentir a presença de Rousseau na formação das representações deste autor) o contato que esses índios tiveram com a civilização foi o motivo principal de sua ruína:

[...] E é desta condição degradante, que fica muito abaixo da que lhe competia sua origem livre, e a sua índole dócil e pacífica, que provam o antagonismo natural e indefinido do Índio contra o branco, e essa dissimulação e o ar de infidelidade que se descobre em seu procedimento, quando se acha ao serviço de outros que não sejam os de sua raça, aos quaes trata com as mais puras e leaes afeições, e lhes procura todos os meios de formar o seu bem-estar.¹²¹

Com isso, para Machado de Oliveira, o índio antes do contato ou vivendo simplesmente entre os seus, é dócil e pacífico. Do contrário, vivendo em contato com os brancos, torna-se dissimulado e infiel. Assim, o índio em estado original é representado pelo autor de forma indianista, ao mesmo tempo em que aquele que é observado vivendo junto dos brancos não sofre a mesma categorização. Com isso, suas representações sobre o índio em estado natural configuram um campo de possíveis estéticos sobre os povos da natureza.

Continuando seu relato, novamente o autor defende as mesmas idéias, porém desta vez de forma mais explícita:

[...] a tribu dos guarany, tão dócil, de um animo tão flexível, tão rica de susceptilidades sociaes, tocou o ponto do começo de seu aniquilamento da extinção dos filhos de Loyola. De sua transição do regimen theocrático, austero, porém de absurda pratica d'esses audaciosos doutrinários, para a dura servidão portugueza, teve o principio a espantosa cadea de males que o destino lhe lançou, e que a tem aumentado a cultura degradação e miséria.¹²²

Com isso vemos que para o autor, o índio bom e pacífico é aquele que já não existe mais, o contrário, portanto, daqueles que observa. Assim, o contato primeiro com os Jesuítas e depois com os colonos portugueses foi o responsável pela degradação observada entre esses índios.

¹²¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 15, 1842. p. 335.

¹²² Idem, N 15, 1842. p. 335.

No ano de 1843 é publicado na revista do IHGB, artigo do Coronel Antônio Ladislau Monteiro Baveira, sob o título *Observações ou notas ilustrativas*. Neste, o coronel Antônio procura corrigir os erros de análise contidos no artigo do Jesuíta João Daniel, *Tesouro Descoberto no Maximo Rio amazonas*, já citado anteriormente.

Segundo o coronel Antônio, o jesuíta João Daniel incorreu em diversos erros de análise, primeiro porque escrevia de memória, e segundo porque possuía, segundo o coronel Antônio, uma visão benevolente sobre os índios, visão essa que o impedia de ver a verdade sobre esses povos. Desta maneira, se a visão do Jesuíta é demasiado benevolente e distante da realidade, os argumentos do coronel Antônio construídos em oposição àqueles serão necessariamente depreciativos, não se constituindo em representações indianistas, sendo o contrário disto. Se a intenção do jesuíta era convencer as autoridades de que estariam os índios prontos para a vida civilizada, a intenção do coronel Antônio é o contrário, ele quer convencer seus leitores de que os índios não tinham condição alguma para a vida civilizada.

Com efeito, deve-se atentar para este fato, uma vez que segundo o autor, suas observações advêm de longos contatos e conhecimentos que tem sobre os índios, assim suas representações além de se relacionarem com a realidade observada, estão diretamente relacionadas à posição assumida pelo autor ao escrever seu texto. Desta maneira, suas representações nem sempre guardam semelhanças com a realidade, uma vez que foram construídas com um propósito específico de combater as idéias e as representações indianistas construídas pelo Jesuíta João Daniel.

A importância dessas representações está no fato de mostrar a tensão existente dentro do IHGB na maneira de representar o índio, e que configuram também um campo de possíveis estéticos sobre o índio, ou seja, abrem uma real possibilidade de criação estética. Esta tensão no modo de representar estará no centro das discussões em torno da literatura indianista, tema do próximo capítulo.

Vejamos as palavras do coronel Antônio, que corroboram o raciocínio acima. Sobre a religião dos índios, assim o autor se pronuncia:

Quanto è religião nenhuma cultivam. Parece que os sylvícolas não têm nem entendem nenhuma crença, e que é commum a todos elles a ignorância, o bobo engenho, e a capacidade absoluta de conceber um ente espiritual: elles não sabem contemplar o espetáculo encantador da natureza, e por isso não podem celebrar os benefícios da providencia [...].¹²³

¹²³ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 19, 1843. p. 257.

Ora, era muito bem conhecida a religião dos indígenas, sobre isso existem muitos artigos dentro da revista que abordam a religiosidade indígena, dentro de suas especificidades. Assim, não há dúvida de que as representações não indianistas do coronel Antônio são ideologicamente construídas com a intenção de desestimular os projetos de incorporação dos índios à civilização.

Sobre a inteligência dos índios, o autor continua no mesmo tom seus argumentos:

[...] a intelligencia n'estes homens é mui circumscripta, e chega a não dar sinal algum de si em certas castas, como por exemplo o dos albinos do istmo de Darien. É ao clima, isto é, ao excesso dos calores, de um clima ardente, que se pode attribuir tanta estupidez: em summa, o órgão intellectual em todos os índios é pouco desenvolvido, menos nos Cambebas, que são mais racionaes.¹²⁴

Assim como na citação anterior, o coronel Antônio deprecia os índios, e para tanto constrói argumentos para justificar sua visão, que no caso dele não se baseiam em nenhuma realidade observada, mas que eram comuns nas discussões da época sobre o tema. Se para o jesuíta João Daniel os índios tinham inteligência suficiente para aprender qualquer ofício, para o coronel Antônio esses índios não passam de seres estúpidos.

Na continuação de seu texto, o coronel Antônio continua a rever os pontos por ele considerados errôneos dentro do artigo do jesuíta João Daniel. Num trecho longo, mas significativo, o autor deixa entrever a idéia geral que tem sobre os índios, evidenciando sua intenção de representar os índios de maneira depreciativa:

[...] o índio, desde o seu nascimento até a sua morte, tem uma existência toda fragueira, nua, inculta e cheia de bruteza, na qual seus órgãos, seu temperamento, e todo o seu systema animal, conformados ao clima, se desenvolvem e fortificam ao ar, as chuvas e dentro na água, em que é assíduo impunemente: n'ella não há branduras nem delicadezas, tanto no recente do Tujupan, como nas selvas. A fome e a vingança são os dois principaes estímulos da sua limitada atividade: a vingança é a origem das hostilidades, é um sentimento que mais se parece com o furor do instincto dos animaes, que com uma paixão elle a exercita até mesmo com as cousas inanimadas. Debaixo d'este espírito, essencialmente beligeros pela sua posição, são educados para as armas: inspira-lhes coragem e constância, porque esta é necessária para quando cair nas mãos de seus adversários: e exige-se entre elles que antes se mostrem mais capazes de sofrer, do que de acometter: tal é a origem de sua heroicidade: ella difere da dos outros homens, nas que a reflexão é que dirige o valor. Tudo isto de mãos dadas com a crueldade e com a desconfiança, eis o character universal dos povos sylvícolas, de que a civilização não tem adoçado os costumes, e

¹²⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 19, 1843. p. 258.

principalmente quando são irritados por actos de violencia dos outros povos, ou consideram expostos sua segurança.¹²⁵

Aí está o retrato universal dos povos indígenas segundo a visão do Coronel Antônio Ladislau. Para ele então, os índios comparam-se aos animais, com uma existência rude e brutal. Se possuem alguma heroicidade na guerra, é o ódio que os guia, e ainda assim devem ser considerados cruéis e desconfiados.

Contudo, o próprio coronel Antônio nos dá uma pista para entender a construção de sua representação em torno dos índios. Numa alusão explícita aos filósofos que conceberam o indianismo enquanto conceito, Montaigne e Rousseau, o autor deixa claro que não seguiu suas idéias, censurando aqueles que o fizeram:

[...] Maupertius, Rousseau, Montaigne e outros philosophos modernos hão tido seguidores d'este seu modo d considerar os brancos sylvícolas, e de que estes homens brutos e ferozes valem mais do que os homens civilizados e instructos: porém lá esta o conde de Maistre, que lhes dá mate, chamando lhes imaginações ardentes do nosso século, vãos e criminosos declamadores contra o ordem social, e demonstrando-lhes que confundem o homem silvestre com o homem primordial [...].¹²⁶

Com isso, vemos que o autor tinha conhecimento dos conceitos formadores das representações indianistas, opondo-se a eles de forma explícita. O autor evidencia ainda a presença deste pensamento nas discussões da época, ao dizer que estes conceitos têm seguidores, como se tem procurado mostrar. Ainda que as representações do coronel Antônio Ladislau assumam um caráter depreciativo no modo de ver os índios, ainda assim elas abrem uma possibilidade de criação estética.

Em 1844 publica-se na revista do IHGB, artigo do Cônego José da Silva Guimarães, a respeito dos *Usos e costumes e linguagem dos Appiacás, e descobrimento de suas minas na província de Mato Grosso*. Esta tribo, quando das observações do Cônego já mantinham contatos regulares com os colonos brancos. Assim, o relato do Cônego incide sobre algumas visitas que ele fez à tribo e também de algumas visitas dos índios a Cuiabá, observadas por ele. Sobre sua visita à tribo, diz o Cônego: “Encontra-se bastante hospitalidade em suas aldeas; porem o furto de ferramentas é inevitável”.¹²⁷

Sobre a visita de índios a Cuiabá, o Cônego teve boa impressão a respeito desta tribo em detrimento de outras que teve a oportunidade de observar:

¹²⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 19, 1843. p. 271.

¹²⁶ Idem, N 19, 1843. p. 273.

¹²⁷ Idem, N 27, 1844. p. 314.

Esses hospedes dançavam no quartel general, e com a mesma dança obsequiavam a varias pessoas notáveis de Cuiabá, sempre com mui boas maneiras, e com differença das outras nações selvagens. Gostaram de nosso modo de vestir, e aquelle que uma vez se vestiu nunca mais appareceu nu, cobrindo-se, ainda que fosse com roupas velhas.¹²⁸

Ao discorrer sobre a estrutura física dos índios da tribo dos Appiacás, o autor os compara aos brancos, construindo assim uma representação indianista, que por sua vez configura um campo de possíveis estéticos sobre o índio: “[...] Eram todos de boa estatura, e bem figurados: os seus cabelos finos, sem differença de um homem branco; fazem suspeitar que são de uma raça de índios misturados com brancos [...]”.¹²⁹

Adiante o Cônego dá notícia da nação dos Tapanhona. Fala sobre alguns usos e costumes, como o de furar as orelhas, e em seguida fala de sua estrutura física, fazendo também uma representação indianista dessa tribo de índios, que também configura um campo de possíveis estéticos: “[...] São altos, corpulentos, intrépidos e portentosos guerreiros; usam de arco e frecha e furam as orelhas, [...]”.¹³⁰

No ano de 1845 a revista do IHGB publica novamente um artigo do Coronel José Joaquim Machado de Oliveira, desta vez *Sobre as aldeas de índios da província de São Paulo, desde seu começo até a actualidade*. Segundo o autor, a fonte que utilizou para a escrita do referido artigo refere-se a uma participação oficial que dirigiu João da Silva Machado, o Barão de Antonina, ao governo da província, acerca dos alojamentos de índios no município de Itapeva. Assim o artigo é fruto das reflexões do Coronel José Joaquim sobre “[...] a grande utilidade de completar a civilização d’esta gente, que tão útil pode ser ao paiz”.¹³¹

Segundo o autor, os contatos das tribos indígenas com os brancos tem sido de grande valia para os índios, pois este contato está fazendo deles homens mais polidos, colocando-os no limite entre a civilização e a barbárie. Vejamos as palavras do Coronel José Joaquim sobre esses índios e o contato que mantêm com os brancos:

Seu character dócil e pacifico os têm feito amados de todos os moradores vizinhos, que, com os poucos presentes que suas circunstâncias lhe permitem dar, têm captivado a affeição de tão boa gente: de sorte que hoje não é raro verem-se os indígenas d’esta tribu virem à villa trocar por

¹²⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 27, 1844. p. 315.

¹²⁹ Idem, N 27, 1844. p. 315.

¹³⁰ Idem, N 27, 1844. p. 315.

¹³¹ Idem, N 28, 1845. p. 250.

ferramentas e vestuário alguma cera e mel, que com bastante custo ajuntam no sertão.¹³²

Desta maneira, o Coronel elabora uma representação indianista acerca desta tribo indígena e o faz para defender seu ponto de vista de que merecem esses índios ser incorporados à nação, uma vez que são “tão boa gente”. Com isso, essa representação atua no sentido de configurar um campo de possíveis estéticos sobre esses índios.

No entanto, na continuação de sua argumentação o Coronel José Joaquim, que dois anos antes, em artigo já citado, defende que o índio em estado natural estaria mais feliz do que após o contato, aparentemente muda de idéia ao dizer que os índios seriam eternamente gratos se os tirássemos da condição em que nasceram:

[...] tendo-se em consideração os naturaes dictames da philantropia e humanidade, que nos concitam a melhorar a sorte d’estes desgraçados, que tornados homens civillizados, nos pagarão com usura os sacrificios que fizemos para tirá-los do estado de barbaria em que nasceram.¹³³

Desta forma, o coronel Antônio Machado de Oliveira constrói seus argumentos para estimular e justificar a incorporação das tribos indígenas à sociedade civilizada.

Em 1845 é publicada na revista do IHGB o *Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes*. O artigo fora escrito por Ricardo Franco de Almeida Serra, que teve convívio de cinco anos com os índios desta tribo no aldeamento em questão.

Segundo ele, o convívio com os portugueses devia ter provocado nesses índios o gosto pela civilização, e com isso os índios mais facilmente aprenderiam ofícios que os tornariam úteis à sociedade. Mas, segundo o autor, isto dificilmente aconteceria devido ao caráter desses índios, pois nos anos de convivência com a tribo o autor julga:

[...] ter reconhecido n’elles unicamente uma natural inconstância e affectada condescendência, prestando-lhes lisonjeiros a quanto se lhes insinua, mas só na oculta e firme resolução de nada cumprirem que seja contrario a seus inveterados usos e presentes interesses; sendo o seu character uma refinada dissimulação e certa desconfiança, ainda dos mesmos benefícios, que recebem, os quais muitas vezes julgam ingratos menos graça do que dívida, consequência dos seus estranhos princípios.¹³⁴

¹³² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 28, 1845. p. 250.

¹³³ Idem, N 28, 1845. p. 252.

¹³⁴ Idem, N 26, 1845. p. 204.

Com efeito, o autor procura fazer uma representação depreciativa desses índios, mas a julgar pelas suas palavras são esses índios de uma extrema liberdade de pensamento e ação, não se sujeitando à dominação portuguesa, mostrando-se independentes e soberbos nas atitudes (ver nota 16). Naturalmente, como ensina Chartier, esta maneira de proceder dos índios contribuiu para a formação desta representação não indianista construída pelo autor, no entanto e apesar disso, sua representação está no limite entre o indianismo e o não indianismo, uma vez que enaltece esta tribo sem o querer, ao relatar a maneira de agir desses índios quando vivendo em aldeamentos. Desse modo, as representações do autor sobre esses índios configuram um campo de possíveis estéticos sobre o índio, ou seja, abrem reais possibilidades de criação estética, seja de modo depreciativo, seja de modo apologista, dada a ambigüidade que essas representações assumem.

Na continuação de seu parecer, Ricardo Franco continua no mesmo caminho:

O seu systema político, e aferro aos seus herdados costumes e abusos, a sua vida errante e libidinosa, as suas poucas leys arbitrarías, ou simples e mutuas convenções, mas regras fixas com que se regulam entre si tranqüilamente por uma tendência natural e herdada tradição; o horror que tem para o trabalho, que só consideram só próprio de escravos e incompatível com sua innata soberba, suppondo-se pela primeira e dominante nação de índios, contando todos os outros por suas cativeiras, não se julgando inferiores aos mesmos espanhoes e portugueses, gabando-se diariamente de que, apesar de sermos muito bravos, nos souberam amansar: esta ridicula altivez e negação ao trabalho, lhes faz desprezar as fadigas da agricultura que com effeito não necessitam para viverem longos anos, robustos e fortes, achando no rio Paraguay, e nos seus amplísimos campos a sua sempre provida dispensa.¹³⁵

Com isso, levantando as dificuldades que o caráter desses índios colocava à empresa de trazê-los à civilização, procurando motivos que justificariam a dificuldade encontrada neste projeto, o autor acaba por fazer uma representação indianista desta tribo, ainda que sua intenção fosse exatamente o contrário. Com efeito, esta tribo possuía grande caráter e altivez, e essas características não escaparam ao observador, mesmo que para ele essas mesmas características fossem entraves ao seu projeto de amansar esses índios. Portanto, na sua tentativa de depreciar essa tribo, o autor acaba por construir, ainda que sutilmente, uma representação indianista que configura, por sua vez, uma possibilidade real de criação estética.

Em 1846 é publicado artigo de Joseph Freyre Monterroyo Mascarenhas, sobre a conquista da tribo dos índios Orizes Procazes, sob o título *Os Orizes Conquistados*. Nesse

¹³⁵ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 26, 1845. p. 209.

artigo o autor conta sobre a conquista desta tribo em fins do século XVIII, dando conta ainda de seus usos e costumes, ritos e crenças.

Segundo o autor, esta tribo conservou-se durante longo tempo independente dos portugueses, fugindo sempre a um contato mais próximo. Segundo ele, isso se dava, pois era essa tribo muito feroz e de difícil trato:

[...] os indômitos Orizes Procazes, povos da nação Tapuya, primitivos povoadores, e vagabundos habitantes do Estado da Bahia, idólatras nos ritos, bárbaros nos costumes, extraordinariamente forçosos, destrissimos no expedir as settas, e por natureza intrépidos guerreiros. A sua estatura é agigantada, a sua cor vermelha, as caras horríveis, os cabelos negros e corredios.¹³⁶

Neste trecho, ainda que o autor não construa uma representação indianista sobre a tribo, ele reconhece certas qualidades nesses índios, qualidades que o devem ter impressionado quando os conheceu de perto, uma vez que as representações sempre guardam semelhanças com a realidade representada. Mesmo assim, essa representação configura uma possibilidade estética, enriquecendo o campo de possíveis estéticos com os quais os escritores formaram seu *habitus* e criaram suas obras.

Com efeito, a visão de Joseph Freyre é mais marcada por uma visão depreciativa sobre esses índios. Sendo esta tribo um estorvo às autoridades, estorvo que precisava e foi vencido, o autor procura justificar esta conquista construindo uma representação depreciativa acerca da tribo. Vejamos esta postura quando o autor procura dar uma idéia geral sobre os costumes da tribo:

[...] a sua língua tem idioma particular cheia de vozes gutturaes. O seu traje em um e outro sexo, é só o que lhe deu a natureza. Na sua habitação não se distinguem das feras, por que nem como os tártaros trazem sobre carros suas cabanas. Em rebanhos como animaes, vagam por entre as matas; ou a caçar outras, que n'elles se criam, ou a colher os fructos que ali produz espontaneamente a natureza. Cultivam somente a mandioca, pão universal das nações brasílicas; e quando a inclemência das estações lhes esteriliza este mantimento, com raízes de outras plantas que já conheciam, supprem esta falta. Cevam-se na carne humana como na de qualquer rez. A maior paixão de seu animo é o ódio; porque parando com o desejo de vingança além dos limites da morte, despedaçam e devoram os mesmos inimigos que matam.¹³⁷

¹³⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, N 04, SERIE 2, 1846. p. 548.

¹³⁷ Idem, N 04, SERIE 2, 1846. p. 497.

Assim, comparando-os a feras e animais, evidenciando seus costumes antropófagos, o autor justifica bem a violenta conquista empreendida e da qual nos dá notícia.

No ano de 1849 a revista do IHGB publica artigo do coronel Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva. Sob o título de *Dissertação Histórica, Ethnographica e Política*, o artigo é bastante longo, e procura dar conta de inúmeros aspectos concernentes à província da Bahia, envolvendo então questões históricas, geográficas, políticas e etnográficas.

O coronel Ignácio Accioli nos dá notícia em seu artigo, da tribo dos Aymorés ou Botocudos, tribo da qual incidiam boa parte das representações não indianistas acerca dos índios. Como já mostrado no primeiro capítulo, estas representações se davam pelo caráter bélico desta tribo e ainda, pelos seus costumes antropófagos. No entanto, para o Coronel Ignácio, este é um problema que não o impede de construir uma representação indianista sobre esses índios:

Contudo, porém, convém dizer-se para esta ocasião, que além de ser ainda assas problemática a anthropophagia dos actuaes Aymorés ou Botocudos, uma vez tratados com benignidade e franqueza, tornam-se verdadeiramente amigos e bons para tudo, por serem dotados de bastante inteligência, generosos e de character firme, no que excedem aos índios de outras muitas tribus. Não são todavia estas as únicas qualidades que tornam notável semelhante tribu.¹³⁸

A visão do Coronel Ignácio mostra-se benevolente com relação a tribos dos Botocudos. Sendo assim, sua representação acerca desta tribo de índios configura um campo de possíveis estéticos a respeito deles, enriquecendo as possibilidades de criação a respeito desta tribo.

Num caso raro dentro da documentação consultada, o autor continua a fazer a defesa dos outrora temíveis Botocudos. Vejamos:

São estes Tapuias grandes flecheiros assim para a caça, como para os seus contrários, e são muito ligeiros e grandes corredores, e grandes homens de pelejarem em corpo e a descoberto, mas pouco amigos de abalroar cercas; e quando dão em seus contrários, se elles recolhem em alguma cerca, não se detem muito em cercar, antes se recolhem logo para suas casas, as quaes têm em aldeã ordenadas, como costumam os Tupinambás.¹³⁹

Com isso, vemos as representações feitas pelo autor, que ao defender a necessidade de incorporar esses índios à civilização, constrói sobre estes uma representação indianista para convencer as autoridades não só da necessidade, mas também da grande utilidade que teriam

¹³⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1849. p. 203.

¹³⁹ Idem, 1849. p. 204.

essa tribo. Como dito, essas representações contribuem na configuração de campo de possíveis estéticos sobre a tribo.

No ano de 1850 é publicada na revista do IHGB, a continuação do parecer sobre os índios Guaikurus e guanás, discutido acima. Nesta continuação, o autor Ricardo Franco De Almeida Serra segue dando conta do comportamento desses índios na sua relação com os portugueses, e naturalmente constrói uma representação depreciativa sobre esses índios, uma vez que esta tribo foi de difícil dominação. Mesmo quando aldeados, não se mostravam completamente submissos. Sobre o caráter dos Guaikurus, o autor assim se pronuncia:

O caracter dos Uiacurus o julgo bem decifrado nos differentes artigos que ficam expedidos. O seu systema é uma reconcentrada desconfiança, incerteza, perfídia, interesse, etc, que lhe suscita os estragos que até hoje praticam quanto podem sobre os mais índios do Paraguay e Paraná.¹⁴⁰

Desta maneira, são essas características de caráter que levam os Guaikurus a cometerem todos os estragos que praticam.

Adiante, Ricardo Franco procura avaliar as atitudes da tribo e com isso entender um pouco da relação desta com os portugueses e com as demais tribos indígenas. Fazendo isso, o autor constrói uma representação depreciativa sobre esses índios, ao mesmo tempo em que mostra as diferenças que fazem desta uma tribo peculiar, sobretudo pela sua soberba já comentada. Vejamos o trecho, longo mais significativo:

A vaidosa e ridícula soberba com que se consideram uma nação de heroes e fidalgos; o desprezo pela agricultura; o roubo sobre as mais nações, que olham como seus captivos, e buscam avidamente pelo interesse de augmentar com elles seu numero e conservação; a desconfiança, filha dos mesmos abusos, corrupção moral e atrozes princípios porque sempre cautelosos se governam; a dissimulação, o embuste, a inconstância; os seus conhecidos e estranhos costumes; tudo junto forma o fundo o caracter e as virtudes d'estes homens; que quanto mais conhecem a policia portugueza, mas a estranham, e se affastam d'ella; olhando a obediência como uma forçada violencia; e como uma afronta da liberdade do homem as cadeias publicas e os castigos; tirando por ultima consequencia que da nossa maldade nasce o castigo, nasce a prisão, o que entre elles é desnecessário, por serem seus costumes mais innocentes, mais conformes com a natureza, e mais cheios de humanidade, sem coacção, sem repugnância, e por uma natural tendência dos seus usos, do que é a tranquillidade e prova a independência com que viveram.¹⁴¹

¹⁴⁰ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1850. p. 375.

¹⁴¹ Idem, 1850. p. 378.

Assim, vemos que a opinião do autor é um tanto ambígua, pois na medida em que mostra o caráter destes índios, ele mostra também as virtudes deles. Com isso, a soberba e a maneira com que se consideram superiores aos outros índios é sinal de suas virtudes. Além disso, os índios Guaikurus desprezam os costumes portugueses, e consideram a maldade um sinal do caráter dos homens brancos. Com efeito, no fim do trecho citado, o autor considera inocentes os costumes indígenas, cheios de humanidade e conformes com a natureza, provas da tranquilidade e independência com que viveram. Desta maneira, se Ricardo Franco tenta construir uma representação depreciativa, ele acaba por fazer o contrário ao mostrar as peculiaridades desta tribo. Desse modo, o autor constrói uma representação que configura um campo de possíveis estéticos sobre esses índios.

No ano de 1861 é publicado na revista do IHGB, artigo do já citado Machado de Oliveira. O artigo intitulado *Os Cayapós* com o elucidativo subtítulo “Sua origem; descobrimentos, acommettimentos pelos Mamelucos; represálias; meios empregados com violencia e com arma em punho para subtrahil-os às mattas, esses meios substituídos pelos de brandura; seus benéficos resultados; aldeamento; conclusão”. Com se vê, o texto procura dar conta de toda a história das relações entre a tribo dos Cayapós com as autoridades do Império encarregados de incorporá-los à civilização branca.

O artigo procura contar das relações entre portugueses e índios durante o período colonial, sobretudo no território da então capitania de São Vicente. Machado de Oliveira dando conta deste processo, diz que os índios foram vítimas de infâmias, sendo chamados de canibais e tendo com isso justificado o processo de conquista. Contra isso, o autor assim constrói sua representação acerca da tribo dos Cayapós:

Naquela desgraçada época de barbarismo e ferocidade certo que seriam rebaixados à infâmia de assassinos canibae, por mais que a sua índole pacífica, sua vida concentrada e circumscripta à própria manutenção, e o seu não provocamento à luta lhes devesse suggerir diversa qualificação.¹⁴²

Desta maneira, os índios Cayapós têm na verdade uma índole dócil e pacífica, a sua má fama advém dos tempos de barbárie e ferocidade, ou seja, dos tempos em que travaram intensa luta em defesa de sua cultura e identidade frente a invasão dos conquistadores. Desta forma o autor constrói representações indianistas sobre essa tribo, representações que atuam no sentido de configurar uma possibilidade de criação estética a respeito deles, contribuindo enfim para a formação do campo de possíveis estéticos sobre o índio.

¹⁴² REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1861. p. 499.

Para Machado de Oliveira, os índios se não provocados, são dóceis, inofensivos, vivendo na brandura e na prudência dos seus costumes. Adiante em seu artigo, o autor reconstrói parcialmente a vida desta tribo antes ao contato com os brancos, e o fazendo, constrói uma representação indianista sobre a mesma:

Os Cayapós, tribo bravia, valorosa e intrépida, conhecida também pelo nome de Coroados, dominavam os sertões de Camapuan, mas nas suas caçadas e correrias alargavam-se até Curitiba. Vagavam nus, empunhando o arco e a seta e manejando com destreza o tanguape, espécie de massa; contavam os meses por luas; faziam com grande vozeria suas festas, e jogos, em que exercitavam as suas forças; tinham ajuntamento nocturnos e com dansas [...] eram altos, bem apessoados, e passavam entre os indianos por bellos.¹⁴³

Aí esta, portanto, uma representação construída sobre uma tribo que àquela altura já estava vivendo em aldeamentos, estando distante do tipo de vida narrado pelo autor. Assim, vê-se que as representações indianistas podiam servir para mascarar um processo traumático de conquista, enaltecendo tribos que já estavam distantes de sua condição original.

Por fim notamos que os artigos, discutindo inúmeros temas dentro da questão indígena, escritos sem a intenção de criar representações indianistas ou não, o fizeram de forma concreta e efetiva. Conseqüentemente, essas representações atuaram no processo de invenção histórica do Indianismo Literário uma vez que atuam na configuração de um campo de possíveis estéticos que formarão o *habitus* de certos escritores sendo, portanto, determinantes na produção literária.

Na continuação dessa pesquisa, vai se analisar a relação estrutural de subordinação entre os campos literário e de poder, através da análise da posição dos escritores indianistas com relação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vai-se ainda analisar o intenso debate ocorrido dentro e fora do IHGB para mostrar as tomadas de posição dos escritores sobre a viabilidade de se escrever uma literatura tendo o índio como figura central.

¹⁴³ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, 1861. p. 525.

3. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a contenda Indianista – 1838-1860.

[...] este artigo, que escrevemos não para defender o Sr. Ig, pois ele não precisa do nosso fraco apoio, mas simplesmente para ajuda-lo a rebatar os pretenções da enfatuada confraria litterária, que tem arrogado a si o direito de dar e tirar reputações.

Sr. Omega (Pinheiro Guimarães) 1856.¹⁴⁴

O texto acima, escrito dentro da polêmica em torno do poema indianista de Gonçalves de Magalhães, evidencia o papel assumido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não só na contenda em torno da *Confederação dos Tamoios*, mas também e principalmente em todo o processo de invenção histórica do Indianismo Literário.

Segundo Pinheiro Guimarães, o Instituto Histórico assumiu papel de legítima confraria literária, uma vez que congregava entre seus membros importantes escritores como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, e outros de menor importância no Indianismo, como Manuel de Araújo Porto Alegre, Domingos Sales Torres Homem entre outros, congregando ainda boa parte da elite letrada do período, como médicos, engenheiros, políticos e funcionários do Estado Imperial.¹⁴⁵

Além disso, segundo Pinheiro Guimarães, o IHGB arrogou a si o direito de dar e tirar reputações literárias, ou seja, o Instituto legitimava e apoiava aqueles escritos literários que estivessem de acordo com suas pretensões dentro do projeto de invenção histórica do indianismo levada a cabo pelos seus membros.

Para compreender a relação do Instituto Histórico com a criação literária do período romântico, três fatores são fundamentais. Em primeiro lugar, o IHGB era praticamente a única instituição cultural da Corte, palco da invenção histórica do Indianismo Literário. Assim, o Instituto possuía uma hegemonia na produção erudita e cultural, uma vez que boa parte dos produtores de bens culturais, entre eles os literatos, eram membros ativos do Instituto, como o

¹⁴⁴ Artigo de Pinheiro Guimarães, assinado com o pseudônimo Omega, publicado no Diário do Rio de Janeiro em 1856, a respeito da polêmica sobre a Confederação dos Tamoios, que será analisada mais tarde. Ig é o pseudônimo assumido por José de Alencar na polêmica. In: CASTELLO, José Aderaldo (org.) **A Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios**. op. cit. p. 89.

¹⁴⁵ Informações corroboradas pelos autores contemporâneos que se dedicaram ao estudo do IHGB. SCHATZ, Lílian M. **As Barbas do Imperador**. op. cit. _____ **O espetáculo das Raças**. op. cit.. SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**. op. cit.

caso de Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias. Com isso, o Instituto torna-se o centro de irradiação de um projeto Imperial de formação de uma autonomia cultural, centrada principalmente na questão da nacionalidade literária.

Em segundo lugar, temos de levar em conta a intrínseca relação do IHGB com o campo de poder. Sendo uma instituição cultural subordinada ao Estado Imperial, sua produção erudita vai estar sujeita às exigências do campo de poder. Assim, temos um campo literário em formação atuante dentro do IHGB, evidenciando a relação entre os campos de poder e o literário, bem como a subordinação estrutural deste campo em relação aquele. Desta forma, percebemos a vinculação deste grupo de escritores a esse projeto de Estado, que produziam de acordo com as exigências deste projeto de invenção histórica. Em terceiro lugar, mostrado no capítulo anterior, está o papel que o IHGB possui enquanto configurador de um campo de possíveis estéticos através de seus estudos sobre o índio.

Neste capítulo vai-se analisar artigos escritos por membros e não membros do Instituto a respeito da questão indígena, sobretudo em relação à viabilidade de se escrever uma literatura onde o índio é o tema central. Esses artigos mostram o grau de consciência que tinham os produtores de bens culturais acerca do projeto de invenção histórica do Indianismo Literário, mostrando as posições no campo literário e de poder, bem como as tomadas de posição estética dos intelectuais envolvidos, ao mesmo tempo em que evidenciam o nível de subordinação estrutural entre os campos literário e de poder.

Assim, temos autores que se colocam contra, como o caso do historiador Varnhagen, ao mesmo tempo, outros são decisivamente a favor, como o Imperador dom Pedro II, atuante participante da contenda indianista. Outros, como José de Alencar, que mesmo não fazendo parte da confraria literária que era o IHGB, participou da contenda atacando o poema de Gonçalves de Magalhães. Contudo o fez atacando a forma do poema e não seu conteúdo, do qual concordava e que veio partilhar em suas obras indianistas.

Assim, notamos que o grupo romântico hegemônico era aquele formado pelos membros diretos do Instituto Histórico. Outros grupos, como o da chamada “geração boêmia” formada por escritores e intelectuais mais afastados do grupo do IHGB, eram aqueles que questionavam e criticavam a forma oficial que a literatura romântica vinha tomando através de sua inserção no campo de poder através do Instituto Histórico.

A revista *Nitheroy*, revista brasileira de Ciências, Letras e Artes, publicada em Paris em 1836, por Gonçalves de Magalhães e Manuel Araújo Porto Alegre, entre outros, com o

epíteto “tudo pelo Brasil e para o Brasil” fora considerada um dos marcos inaugurais do Romantismo brasileiro.¹⁴⁶ O periódico, do qual se publicou apenas dois números, propunha-se discutir questões relativas ao país e seus desenvolvimentos nos diversos campos culturais, como as ciências e as artes.

Gonçalves de Magalhães publicou ensaio no primeiro número da revista sob o título: *Ensaio sobre a História da Litteratura do Brasil*. Neste ensaio Magalhães evidencia o papel da literatura na configuração da nacionalidade de qualquer povo, segundo ele:

A litteratura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais philosophico no pensamento, e de mais bello na Natureza, é o quadro animado de suas virtudes, e de suas paixões, o despertar de sua gloria, e o reflexo progressivo de sua intelligencia.¹⁴⁷

Assim, o autor lamenta o tão parco desenvolvimento que a literatura pátria tinha conseguido até ali, clamando para que os escritores brasileiros se esforçassem nesse desenvolvimento. Neste momento histórico de formação do campo literário romântico no Brasil, é patente o afã de nossa literatura em mostrar-se nacional e nacionalista, sobretudo nos temas e nas formas pictóricas de representação da natureza e também das populações primitivas do país. Esse afã tornar-se-á verdadeiro projeto de Estado a partir de 1849 quando o Imperador dom Pedro II passa a freqüentar assiduamente o IHGB, tomando a frente do projeto de invenção histórica do Indianismo Literário.

Sobre esses pontos, Gonçalves de Magalhães desenvolve sua argumentação sobre o desenvolvimento das letras pátrias e pergunta: “Pode o Brasil inspirar a imaginação de seus poetas? E os seus indígenas cultivaram porventura a poesia?”.

Com respeito à primeira questão, Magalhães cita os viajantes que descreveram o país, levando seus relatos e suas impressões sobre o Brasil para toda a Europa. Segundo o autor, esses viajantes enaltecem o país e suas belezas em seus relatos. Assim, à primeira questão proposta o autor responde dizendo que grandes autores da literatura tiveram como inspiração o céu de sua pátria, a beleza de sua natureza e conclui: “com tão felizes disposições da natureza o Brasil necessariamente inspirar devera seus primeiros habitantes”.

¹⁴⁶ BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo, Cia das Letras, 1991. CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 2 v. (1836-1880) 8 edição. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1997.

¹⁴⁷ REVISTA NITHEROY, Paris, 1836. N 01, 1836. p. 135.

Com isso, Magalhães chega no ponto em que mais nos interessa em seu artigo. O autor acredita e defende a idéia de que nossos habitantes primitivos tinham grande propensão para a poesia e para a música. Segundo ele, com uma natureza tão bela e pródiga “os brasileiros músicos e poetas nascer deviam”. Assim, o autor enaltece os indígenas, construindo sobre eles uma representação indianista. Na continuação do ensaio, Magalhães questiona se duvidam de que eram os índios músicos e cultivadores da poesia:

Quem o duvida? Eles o foram, elles ainda o são. Por alguns escriptos antigos sabemos que varias tribus índias pelo talento da música, e da poesia se avantajavam. Entre todas, os Tamoyos, que mais perto da costa habitavam, eram tambem os mais talentosos; em suas festas, e por ocasião de combates, inspirados pelas scenas que os torneavam, guerreiros hynos improvisavam, com que acendiam a coragem nas almas dos combatentes, ou cantavam em coros alternados de musica e dansa hymnos herdados dos seus maiores.¹⁴⁸

Enaltecendo os indígenas, Magalhães ainda que pouco explícito sobre suas idéias a respeito da literatura, ou sobre o programa que os escritores deveriam seguir em suas produções, nos dá pistas para a compreensão do programa literário a que deveriam se dedicar os escritores tupiniquins. O autor torna evidente ainda sua posição frente ao projeto de invenção histórica do Indianismo Literário.

Em primeiro lugar, o país e sua natureza pródiga deveria servir de inspiração a nossos escritores, assim como Virgílio e Horácio buscaram inspiração na sua península, e Homero na sua Grécia, o Brasil grande inspiração causaria aos nossos poetas e escritores.

Em segundo lugar, ainda que não fale explicitamente, os nossos índios teriam um lugar importante dentro do desenvolvimento das letras do país. Sendo eles mesmos músicos e poetas, já teriam garantido seu lugar de importância em nossas artes. Com isso Magalhães coloca a origem da criação artística do país num tempo passado remoto e ideal, atribuindo aos índios essa originalidade. Ainda, tendo todas essas qualidades, naturalmente que deveriam ser eles motivo de inspiração para a criação artística e literária. E ainda, mereceriam ser incorporados à população, seja de forma prática ou simbólica como faria a literatura.

Desta forma, construindo uma representação indianista sobre os índios, Magalhães abre um caminho dentro das possibilidades de criação artística, ou seja, o autor abre um campo de possíveis estéticos para nossos escritores tendo o índio no centro. E mais, Magalhães torna evidente sua posição frente ao projeto de invenção histórica do Indianismo Literário.

¹⁴⁸ REVISTA NITHEROY, N 01, 1836. p. 155.

Em 1844 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro propõe um programa para dissertação com o tema: “Como se deve escrever a história do Brasil?”. A idéia era a de que algum estudioso apresentasse o melhor programa metodológico para a escrita da história do país.

Em 1847 é premiada a dissertação vencedora: *Como se deve escrever a história do Brasil*. O vencedor, o naturalista alemão Carl F.P. von Martius, que já havia escrito importante livro de viagens sobre o país, e que mesmo na Europa continuava interessado no Brasil e nos seus assuntos, era sócio correspondente do IHGB.

O seu programa metodológico para a escrita da história do país propunha o estudo conjunto dos três elementos humanos que concorreram para a formação do povo brasileiro, o índio, o negro e o branco. Portanto, a originalidade de seu programa está na incorporação nos estudos históricos referentes ao Brasil, o estudo das duas raças comumente negligenciadas, o índio e o negro.

Neste sentido, o índio é visto como parte integrante e essencial nessa forma de se escrever a história do país. Para Martius, a mistura das três raças constituintes do povo brasileiro, irá formar um novo povo, formando uma nação nova e maravilhosamente organizada, uma vez que mesclando as diferentes raças, teríamos a formação de um povo homogêneo e unido. Com isso, para a escrita da história do país, o estudo da origem e formação dos três diferentes povos seria essencial. Diz o autor:

Portanto devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na História Antiga, e que devam servir-se mutuamente de meio e de fim.¹⁴⁹

Assim, fica explicitado o programa metodológico do naturalista Martius, que possui uma originalidade singular nesse momento histórico ao propor esse método para o estudo da história do país. Dessa forma, esse programa metodológico teve alguma influência nas tomadas de posição estética dos escritores.

Sobre os povos indígenas, que Martius havia tido contato em suas andanças pelo Brasil, construindo sobre estes representações indianistas que configuram um campo de

¹⁴⁹ MARTIUS, Carl F. Von. **O Estado do Direito entre os Autóctones do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1982. p. 89.

possíveis estéticos, sobretudo do índio anterior ao contato com os brancos, o autor defende entusiasmaticamente o estudo de suas origens, para ele o historiador:

[...] igualmente deveria encarregar-se da tarefa de investigar minuciosamente a vida e a história do desenvolvimento dos aborígenes americanos e istendendo suas investigações além do tempo da conquista, prescutinará a história dos habitantes primitivos do Brasil, história que por ora não dividida em épocas distintas, nem oferecendo monumentos visíveis, ainda esta envolta em obscuridade, mas que por essa mesma razão excita sumamente nossa curiosidade.¹⁵⁰

O objetivo de Martius com essas proposições acerca do estudo da história indígena é corroborar a tese de João Maurício Rugendas¹⁵¹ e por ele adotada, segundo o qual os índios eram restos de uma grande nação prospera e desenvolvida que havia decaído ao longo da história, levando os indígenas ao estado degradante em que se encontravam no século XIX.

Com isso, para o autor, os índios não estavam em estado primitivo, e sim em estado decadente, degenerado de vida. Para ele, os cronistas que escreveram sobre os índios estavam iludidos por uma forma incorreta de considerar os mesmos, segundo o autor:

[...] consideravam-se os aborígenes do Brasil como uma amostra do desenvolvimento possível do homem privado de qualquer revelação divina, e dirigido na vereda de suas necessidades e inclinações físicas unicamente por sua razão instintiva. Enfeitado com as cores de uma filantropia e Filosofia enganadora, consideravam este estado como primitivo do homem; procuravam explica-lo, e dele derivaram os mais singulares princípios para o Direito Publico, Religião e a História.¹⁵²

O autor refere-se ai à filosofia do genebrino Jean Jacques Rousseau, que queria ver no indígena brasileiro o homem primitivo, próximo à natureza. Para Martius, essa forma de ver o índio impedia que se entendesse a real condição desses povos. Para ele:

Investigações mais aprofundadas porém provaram ao homem desprevenido que aqui não se trata do estado primitivo do homem, e que pelo contrário o

¹⁵⁰ MARTIUS, 1982, p. 91.

¹⁵¹ No seu livro de viagens escrito acerca do Brasil, tendo contato com diferentes tribos indígenas, Rugendas elabora essa teoria para explicar a diferença que notava entre tribos isoladas e tribos aldeadas, estando as segundas geralmente em estado degradante, e as primeiras geralmente com condições melhores de vida. Ver primeiro 01.

¹⁵² Idem, 1982, p. 91.

triste e penível quadro, que nos oferece o actual indígena brasileiro, não é senão o resíduo de uma muito antiga, posto que perdida história.¹⁵³

Desta forma, para defender seu programa metodológico e seu ponto de vista acerca do estado de civilização dos indígenas, Martius escreve além da dissertação sobre a história, uma pequena dissertação com o título: *O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil*. Neste texto, Martius elabora mais sistematicamente a teoria de Rugendas, segundo a qual os índios observados vivendo nas matas brasileiras eram restos de uma grande e única florescente civilização indígena que havia degenerado e decaído até o estágio atual em que o autor os encontrou.

Vejamos as palavras do naturalista Martius:

[...] esse triste estado do selvagem, sem dúvida, não é o do primitivo em que se acha a humanidade americana, é uma degeneração e um abaixamento. Muito além e separado por uma obscuridade de milênios, está um passado mais nobre e que escassíssimos restos ainda permitem adivinhar.¹⁵⁴

Portanto, para Martius o indígena embora sendo um ser degenerado e decadente em sua civilização, ainda sim ele é considerado o herdeiro de uma grande civilização perdida. Com isso, o autor acaba por construir uma representação indianista acerca dos índios. Contudo, não é o estado atual do índio que recebe este tratamento, e sim aquele índio daquele passado de glórias imaginado pelo autor.

Assim, além de construir essa representação enaltecida dos indígenas brasileiros, Martius ao propor em seu método de investigação histórica, a incorporação dos indígenas como parte integrante da nação, propondo ainda que se faça estudos históricos sistemáticos a seu respeito, faz com que os povos indígenas ganhem importância não só dentro dos estudos históricos, mas também dentro da idéia de nação que se queria construir. Naturalmente, suas idéias vão contribuir nas tomadas de posição estéticas dos escritores indianistas, contribuindo enfim para a ascensão do indígena como herói da nacionalidade.

O historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que se enveredou por diversos campos de conhecimento, entre eles o literário, escreve em 1847 o “Ensaio Histórico sobre as Letras no Brasil”, publicando-o em 1850 dentro de seu compêndio literário o *Florilégio da Poesia Brasileira*.

¹⁵³ MARTIUS, 1982, p. 92.

¹⁵⁴ Idem, 1982, p. 66.

Neste ensaio, Varnhagen procura investigar a história literária do país desde o período colonial, elecando autores, correntes e obras. Neste caminho, o autor expõe algumas idéias sobre a literatura indianista produzida ainda no século XVIII, com as obras de Basílio da Gama e de José de Santa Rita Durão, respectivamente o *Uruguay* e o *Caramuru*. Ainda, o autor especula sobre a relação dos índios com a poesia e a oratória. Desse modo, nesse ensaio fica evidente a posição do historiador frente ao projeto de invenção histórica do Indianismo Literário, influenciando com isso as tomadas de posição estéticas contrárias a esse projeto.

Varnhagen tinha uma concepção histórica ligada ao nosso passado colonial. Para ele a civilização brasileira era uma continuidade, uma herdeira da civilização portuguesa nos trópicos.¹⁵⁵ Assim, sua visão historiográfica estava carregada de eurocentrismo, o que acarretava certo preconceito com relação aos exotismos brasileiros, sobretudo no concernente aos indígenas. Para o autor, os índios eram seres decadentes, e para eles a solução era o aldeamento e a catequização como forma de destruir sua cultura e incorporá-los a civilização brasileira.

Com isso, ainda que reconheça nos povos indígenas certas qualidades, o autor sempre os representa de forma depreciativa. Lamentando a carência de poetas no país, uma vez que para cá não vinham no período colonial, e que ainda era necessário que o país se civilizasse para que grandes poetas aqui nascessem, o autor reconhece a propensão dos índios para a poesia. Vejamos:

[...] os indígenas tinham um gênero de poesia, que lhes servia para o canto: os seus poetas, presados até pelos inimigos, eram os mesmos músicos ou cantores, que em geral tinham boas vozes, mas eram demasiadamente monótonos: improvisavam motes com voltas, acabando estas no consoante dos mesmos motes. O improvisador ou improvisadora garganteava a cantiga, e os mais respondiam ao fim do mote e bailando ao mesmo tempo, e no mesmo lugar em roda, ao som de tamborins e maracás. O assumpto das cantigas era em geral as façanhas dos seus antepassados; e arremedavam pássaros, cobras e outros animais, trovando tudo em comparações. Eram também grandes oradores, e tanto apreciavam esta qualidade, que aos melhores aclamavam muitas vezes por chefes.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Segundo Nilo Odália, Varnhagen procura ressaltar o papel do Estado na formação da nação e do homem branco brasileiro. Desta maneira “São momentos necessários de um projeto político de Nação, que se deseja ver implantado no presente e no futuro, e solidamente alicerçado e alimentado na seixa que o pode legitimar: o passado colonial. Seu mergulho na nossa história colonial é um gesto de criação e proteção, visando fazer dela surgir uma nação branca e européia, coerente com a paisagem tropical civilizada pelo homem branco europeu”. In: ODÁLIA, Nilo. (org) **Varnhagen**. Col. Grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1979. p. 14.

¹⁵⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Florilégio da Poesia Brasileira**; ou, Collecção das mais notáveis composições do poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos delles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brazil. V.1 e 2, Lisboa: Imp. Nacional, 1850. p. 20.

Com efeito, Varnhagen reconhece a presença da poesia entre os índios, mesmo dizendo que tinham boas vozes e que eram admirados até pelos inimigos, o autor reluta em reconhecer essa forma de poesia como um gênero peculiar aos índios. Com isso, Varnhagen chama de monótonos seus cantos, não dando a ela enfim, o valor que merecia se considerada sua especificidade. Contudo, eram os índios grandes oradores segundo ele. Assim, vemos que apesar de que com algumas ressalvas, o autor constrói sobre esse aspecto uma representação indianista, enaltecendo os índios.

Mas é na argumentação sobre a busca de originalidade da literatura brasileira, que Varnhagen expõe mais explicitamente sua posição acerca da Literatura Indianista. Segundo ele: “Deus o fade bem, para que os poetas, em vez de imitarem o que lêem se inspirem da poesia que brota com tanta profusão do seio do próprio país, e sejam antes de tudo originais, americanos”.¹⁵⁷ Assim Varnhagen propõe que seja original nossa literatura, mas, no entanto, faz ressalvas acerca desta originalidade. Para ele o poeta:

[...] que, para buscar originalidade, despresse todos os elementos da civilização, todos os preceitos da religião, que nos transmitiram nossos pais. Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito, e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para os devorar?¹⁵⁸

Desta forma, para Varnhagen, a literatura brasileira não poderia buscar sua originalidade narrando os feitos e o modo de vida de tribos indígenas, que para ele não passavam de canibais que dificultavam a empresa colonial.

Para o historiador, a poesia brasileira deve nutrir-se na natureza nova e virgem, apoiando-se no descritivo desta natureza para produzir uma grande literatura. Deve ainda, louvar a Deus e promover a civilização: “deu-nos Deus a inspiração poética para o louvamos, para o magnificarmos pela religião, para promover a civilização e exaltar o animo a ações generosas”.¹⁵⁹

Sobre *O Caramuru*, de José de Santa Rita Durão, um dos primeiros poemas de temática indianista publicado no final do século XVIII, Varnhagen elogia a elegância e a beleza do poema. Acredita que o poema chegará um dia a ser popular no país, mas a respeito da temática e do herói do poema Varnhagen assim se pronuncia: “(...) nelle o poeta só por seu

¹⁵⁷ VARNHAGEN, 1850, p. 15.

¹⁵⁸ Idem, 1850, p. 15-16.

¹⁵⁹ Idem, 1850, p. 15-16.

gênio conseguiu fazer heroe um individuo que estava longe de o poder ser”.¹⁶⁰ Está clara, portanto, a posição do historiador frente ao projeto de invenção do Indianismo Literário.

Em 1854 Francisco Adolfo de Varnhagen publica sua obra mais importante, a *História Geral do Brasil*. Nesta obra, que abrange todo o período colonial até a independência do país, Varnhagen procura escrever um compêndio da história do Brasil no período colonial. Ao historiar o passado colonial, Varnhagen insere esse passado na história da própria nação, uma vez que o historiador não via descontinuidade entre o passado colonial e a história independente do país, sendo que para ele o Brasil independente nada mais era do que a continuação da civilização portuguesa nos trópicos.

Varnhagen adotou em parte o programa metodológico proposto por Martius. Com isso o autor dedicou três capítulos de sua obra a investigar a história indígena. Porém, Varnhagen o fez não para contribuir para a inserção do elemento indígena como parte da nação, mas sim pra mostrar o quão distante estavam os índios de poder fazer parte deste corpo nacional. Desta forma, nesses capítulos percebe-se com clareza a visão do historiador acerca dos índios e do lugar a eles reservado na sociedade brasileira, bem como no projeto de invenção do Indianismo Literário.

Desta maneira, o autor duvida em primeiro lugar do sentimento de patriotismo que porventura teriam os índios. Para Varnhagen:

“[...] nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar a até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria.”¹⁶¹

Sendo os índios nômades e errantes, não possuidores de elevados sentimentos de patriotismo e amor pela pátria, naturalmente que não serviriam para fazer parte do corpo da nação.

Na continuação de seu texto, Varnhagen aparentemente concorda com Martius e com Rugendas, quando os viajantes procuram acreditar que os índios brasileiros eram os remanescentes de uma grande e única nação. Diz ele: “Essas gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é do Brasil, eram pela maior parte

¹⁶⁰ VARNHAGEN, 1850, p. 16.

¹⁶¹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **História Geral do Brasil**: antes de sua separação e independência de Portugal. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975. p. 24.

verdadeiras emanções de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum e falavam dialectos da mesma língua [...]”.¹⁶²No entanto, Varnhagen não partilha a opinião de que eram uma grande e florescente nação, uma vez que eram para ele “gentes vagabundas”.

Sobre a composição física dos indígenas, Varnhagen acredita que são bem feitos, reforçados e destros nos trabalhos que aprendiam com certa facilidade. No entanto, apesar disso, os dotes de espírito dos índios estavam longe de ser virtuosos. Diz o autor:

Se eram, porém, tão favorecidos nos dotes do corpo e nos sentidos, outro tanto não sucedia com os do espírito. Eram falsos e infiéis; inconstantes e ingratos e bastante desconfiados. Além de que desconheciam a virtude da paixão [...]. Nem tinham idéias de sã moral; isto é, da que nasce dos sentimentos de pudor e da sensibilidade, da moral que respeita o decoro e a boa-fé; e eram dotados de uma quase estúpida brutalidade, e difíceis de abalar-se de seu gênio fleumático.¹⁶³

Com semelhantes opiniões acerca do carácter dos povos indígenas do Brasil, naturalmente que Varnhagen não concordava com a incorporação dos índios na população nacional, muito menos serviriam os índios como inspiração para uma literatura que queria pintar-se com as cores do país e tornar herói o elemento humano primitivo da nação.

Para concluir suas idéias acerca dos indígenas, Francisco Adolfo de Varnhagen concorda que sua pintura dos índios feita em sua obra é bem pouco lisonjeira. Em palavras explícitas, Varnhagen condena os poetas e os filósofos que querem ver no primitivo a maior felicidade dos homens. Segundo o autor: “À vista do esboço que traçamos, sem nada carregar as cores, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem; [...]”.¹⁶⁴

Sobre os poetas ironizados por Varnhagen estavam aqueles que dividiam com ele as sessões e os trabalhos dentro do Instituto Histórico, como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães, a quem chamava de patriotas caboclos. Já o filósofo é o maior responsável pelos conceitos formadores do Indianismo, Jean-Jacques Rousseau. Sobre este, Varnhagen ironiza também sua filosofia. Diz Varnhagen: “O próprio filósofo de Genebra, apesar de suas

¹⁶² VARNHAGEN, 1975, p. 24.

¹⁶³ Idem, 1975, p. 51.

¹⁶⁴ Idem, 1975, p. 52.

paradoxais simpatias pelo estado selvagem, não duvidou reconhecer as vantagens de substituímos a justiça e o direito e a razão ao instinto, ao apetite e ao capricho [...]”.¹⁶⁵

Assim Varnhagen, vendo os índios desta forma, surpreende-se que poetas o queiram como tema de sua literatura e que filósofos o queiram como homem ideal. Com isso, não há dúvida da posição do historiador Varnhagen frente à literatura que então se discutia dentro do IHGB a viabilidade de ser escrita.

Em 1856 Gonçalves de Magalhães publica o poema épico indianista *A Confederação dos Tamoios*. Nesta obra, dedicada ao Imperador, Magalhães conta de forma poética a história de índios que se juntaram numa confederação de tribos, sob a liderança dos Tamoios, para lutar contra os colonos portugueses no século XVII. A publicação praticamente inaugura o indianismo romântico, uma vez que é a primeira obra inteiramente dedicada ao tema escrita no século XIX. A repercussão de sua publicação dá início entre os escritores, críticos e entre membros e não membros do IHGB, à famosa polêmica em torno da *Confederação dos Tamoios*.

A polêmica teve como protagonistas principais dois grupos. O primeiro era aquele formado pelos defensores do poema, membros do IHGB e protegidos do Imperador, entre eles, Manuel Araújo Porto Alegre e o próprio dom Pedro II, financiador da publicação, defensor das letras pátrias e estudioso interessado nos assuntos indígenas. No decorrer da polêmica, dom Pedro II chega a pedir ao poeta português Alexandre Herculano que participasse da defesa de Magalhães, convite recusado pelo poeta. Do outro lado estavam José de Alencar e Pinheiro Guimarães. Outros ainda se manifestaram, tendo contudo, importância secundária, entre eles o Frei Francisco de Monte-Alverne, entre outros.

A polêmica em torno do poema de Magalhães mostra o grau de consciência dos diferentes agentes de produção cultural acerca do projeto de invenção histórica do Indianismo Literário. Desta forma, a discussão sobre a literatura nacional e a representação do índio nesta se dá de forma explícita, ou seja, discutia-se abertamente a viabilidade de coroar o índio como símbolo da nação.

A contenda mostra ainda, a relação estrutural de subordinação entre os campos de produção erudita e o campo de poder. Sendo assim, vemos a participação ativa do IHGB na polêmica, uma vez que seus membros dela participaram, evidenciando a influência do poder político sobre as questões culturais. Desta maneira entendemos a participação de dom Pedro II

¹⁶⁵ VARNHAGEN, 1975, p. 53.

na polêmica, que era abertamente apoiador dessa forma de literatura onde o índio é tema central.

Neste sentido, a polêmica mostra ainda, o quão hegemônico era o projeto de invenção histórica do Indianismo Literário surgido dentro do IHGB. Por conta disso, entendemos a posição de José de Alencar na polêmica. O escritor é o grande crítico de Magalhães, mas suas críticas se dão em relação à forma do poema, e nunca a seu tema, o qual Alencar partilharia um ano após a polêmica com a publicação do romance indianista *O Guarani*.

Assim, Alencar mesmo não sendo membro do IHGB, mesmo criticando a confraria literária da qual não fazia parte, mesmo assim sua produção indianista é participante do projeto de invenção histórica do Indianismo Literário. Isto se explica pela subordinação do campo erudito (literário) ao campo de poder, uma vez que este era o responsável pela formação e consolidação de um campo de possíveis estéticos em relação ao índio. Sendo assim, José de Alencar, que buscava consagração literária, só poderia conquistá-la participando do projeto de invenção histórica do Indianismo Literário. Ao mesmo tempo, deve-se lembrar que Alencar partilhava do mesmo *habitus* que os outros escritores indianistas, ou seja, estava inserido no mesmo movimento estético (Romantismo), partilhava das mesmas formas de pensamento, enfim confrontava-se com o mesmo campo de possíveis estéticos.

Desta maneira, a discussão da polêmica se dá principalmente em questões de crítica literária, método literário e valor do poema como obra de arte. Com isso, as questões da forma do poema são preponderantes às questões de conteúdo. No entanto, aqui se vai analisar as questões de conteúdo do poema de Magalhães e do projeto de invenção histórica do Indianismo Literário, ou seja, pode o índio ser tema da literatura nacional?

A polêmica teve como palco principal a imprensa do período e deu-se principalmente através da publicação de artigos críticos dos diferentes participantes. Assim, a cada publicação de artigo de Alencar, vinha a resposta de algum defensor do poema. Para facilitar a compreensão do leitor, vamos apresentar os artigos de cada um deles separadamente.

José de Alencar, quando da polêmica ainda era desconhecido e não havia publicado nenhuma obra. Por conta disso, escreveu seus artigos sob o pseudônimo Ig, abreviação de Iguaçú, heroína do poema de Magalhães. Alencar era redator do Diário do Rio de Janeiro, e em suas páginas publicou seus artigos críticos, todos em forma de carta.

Em junho de 1856 José de Alencar ou Ig, publica seu primeiro artigo. Utilizando-se de vários recursos retóricos¹⁶⁶ Ig procura todo o tempo mostrar a pobreza poética do poema de Magalhães e, para tanto, serve-se de grandes exemplos da literatura universal e inúmeros suportes teóricos para comprovar seus pontos de vista. Contudo, Alencar concorda com a idéia geral do poema:

O pensamento do poema, tirado dos primeiros tempos coloniais do Brasil, é geralmente conhecido; era um bello assumpto que, realçado pela grandeza de uma raça infeliz, e pelas scenas da natureza esplendida de nossa terra, dava thema para uma divina epopéia, se fosse escripta por Dante.¹⁶⁷

Portanto, segundo Alencar, o passado colonial do país daria sim uma bela epopéia se fosse escrita por um grande poeta, coisa que Magalhães estava longe de ser. Dessa forma, fica clara a intenção de Alencar de obscurecer a obra de Magalhães e evidenciar sua futura produção ficcional, uma vez que um ano depois José de Alencar publica seu romance histórico indianista *O Guarani*, que se passa no período colonial e abusa no uso das cenas da nossa natureza e da nossa história. Assim notamos a posição de Alencar no campo literário e conseqüentemente no campo de poder e ainda sua tomada de posição estética com relação ao indígena.

Sobre a vida dos índios retratada na *Confederação dos Tamoios*, Alencar não vê nenhuma beleza, segundo ele: “uma página de um viajante qualquer a respeito da vida nômade dos Árabes do Deserto é mais cheia dessa poesia da liberdade selvagem do que a parte do poema a que me refiro”.¹⁶⁸

Para Alencar isso se dava porque Gonçalves de Magalhães não aproveitou o que pra ele seria a idéia mais bela da pintura da vida dos índios, ou seja: “[...] o esboço histórico d’essas raças extinctas, a origem d’esses povos desconhecidos, as tradições primitivas dos indígenas, davão por si só matéria a um grande poema, que talvez um dia algum apresente sem ruído, sem aparato, como modesto fruto das suas vigílias”.¹⁶⁹

Dessa forma notamos que o autor corroborava alguns pressupostos do naturalista Martius, que defendia o estudo do passado de nossos índios como meio de conhecê-los

¹⁶⁶ Campato Junior mostra como os artigos de Alencar, escritos sob a forma de cartas, utilizava inúmeros recursos retóricos para o convencimento do publico leitor acerca de suas idéias sobre literatura e teoria literária. CAMPATO JR, João Adalberto. **Retórica e Literatura: O Alencar polemista nas cartas sobre a Confederação dos Tamoios**. São Paulo: Scortecci Editores, 2003.

¹⁶⁷ CASTELLO, 1953, p. 04.

¹⁶⁸ Idem, 1953, p. 06.

¹⁶⁹ Idem, 1953, p. 06.

melhor e dar a eles a valoração que mereciam. Para José de Alencar, esse passado serviria de tema a um grande poema, e que ele mesmo apresentaria um ano depois, sem o ruído e sem o aparato do IHGB com o qual contava Magalhães.

Na quarta carta, publicada no Diário do Rio de Janeiro em julho de 1856, José de Alencar chama a atenção para a crítica que se fazia ao Indianismo Literário, sobretudo sobre autores que inchavam os textos com termos indígenas para dar a eles certa “cor local”. Segundo o autor:

De ha algum tempo se tem manifestado uma certa tendência de reacção contra essa poesia inçada de termos indígenas, essa escola que pensa que a nacionalidade da litteratura esta em algumas palavras; a reacção é justa, eu também a partilho, porque entendo que essa escola faz grande mal ao desenvolvimento do nosso bom gosto litterário e artístico.¹⁷⁰

Mas Alencar não discorda da literatura indianista em si, e sim dessa produção superficial que para fazer-se nacional utiliza termos indígenas sem explorar o tema devidamente.

Para Alencar é legítima essa crítica, uma vez que o autor tinha planos de escrever uma obra indianista que explorasse a fundo a temática indígena, como fez no *Guarani* e em outras obras indianistas. Portanto, Alencar discorda daqueles que exageram na crítica e passam a atacar os índios, dizendo que não serviriam como tema literário, procurando lançar o ridículo e a zombaria sobre a verdadeira poesia nacional. Para José de Alencar:

Esses que assim procedem tem uma idéa que não posso admitir; dizem que as raças primitivas são raças decahidas, que não tinham poesia nem tradições; que as línguas que fallavão eram bárbaras e faltas de imagens, que os termos indígenas são mal sonantes e pouco poéticos; e concluem daí que devemos ver a natureza do Brasil com os olhos do europeu, exprimir-a com phrase do homem civilisado, e sentil-a como o individuo que vive no doce comfortable.¹⁷¹

Assim, Alencar não corrobora as noções que advogam contra o índio, chamando-os de bárbaros e primitivos. Com certeza, podemos dizer que as palavras de Alencar se dirigem ao maior crítico dos índios que era também o maior apologista da civilização, o historiador Varnhagen, um dos poucos membros do IHGB a se colocar contra a produção indianista. Com

¹⁷⁰ CASTELLO, 1953, p. 27.

¹⁷¹ Idem, 1953, p. 27.

isso notamos a posição de Alencar no campo literário e no campo político, ao mesmo tempo em que se torna evidente sua tomada de posição estética.

Entre julho e agosto de 1856, Manuel Araújo Porto Alegre escreve uma série de artigos em resposta às cartas de Alencar. Sem saber a identidade de Ig, Porto Alegre os publica no *Correio da Tarde* sob o pseudônimo “O amigo do poeta”. Sendo membro do IHGB e amigo pessoal de Magalhães, Porto Alegre procura a todo custo defender a qualidade literária da *Confederação dos Tamoios*. Assim, os artigos do referido autor, segundo José Aderaldo Castelo “tem o valor histórico de documentar o espírito de geração ou do grupo a que se filiou o escritor, espírito dominado, entre outras coisas, pelo arrebatamento nacionalista e pela preocupação de exaltar as figuras que o integravam”.¹⁷² O grupo ou geração a que se refere Castelo é aquele que tinha no IHGB seu local privilegiado de convivência e ação, sob a tutela direta do Estado Imperial, ou seja, eram membros do campo literário subordinado estruturalmente ao campo de poder.

Entretanto, as palavras de Porto Alegre revelam ainda, segundo José Aderaldo Castelo:

[...] o polemista despeitado e mesmo medíocre, preocupado, no princípio, em igualar-se em erudição e conhecimentos artísticos com o seu contendor, para logo cair no desequilíbrio e na impaciência de quem se sente antecipadamente vencido, mas quer revelar superioridade. Dominado, porém, pelo amor próprio que se julgava ofendido, e pela vaidade, descamba enfim para a linguagem agressiva, desafiadora e até mesmo ofensiva.¹⁷³

Assim, os textos de Porto Alegre pouco valor têm na nossa discussão sobre o índio como tema literário, a não ser pelo fato de mostrar a intensidade e o tom que assumiu a polêmica. Mostrando, portanto, a posição do autor frente a invenção histórica do Indianismo Literário.

O próprio Alencar se manifesta acerca dos artigos de Porto Alegre com certo pesar, pois segundo ele, a polêmica que deveria atuar na evolução das letras do país, acaba por revelar o atraso intelectual dele. Vejamos as palavras de José de Alencar sobre o caráter que tomou a polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios*:

Soffri uma decepção, a imprensa calou-se, os litteratos limitarão-se a dizer sua opinião nos diversos círculos; e apenas depois de muitos dias appareceu em um jornal uma espécie de diatribe, que devo esquecer meu amigo, por

¹⁷² CASTELLO, 1953, p. X.

¹⁷³ Idem, 1953, p. X.

honra de nosso país e de nossa classe. Doía-me ver que a nossa civilização estava ainda tão atrasada; pois, em vez de aceitar-se uma discussão litterária franca e leal, se procurava uma luta mesquinha e baixa; envergonhava-me ver que de uma questão de arte se pretendia fazer uma manejo de intriga.¹⁷⁴

Se a polêmica tomou tal rumo, na última carta de Ig, já em agosto de 1856, José de Alencar conclui de forma categórica a questão. Segundo ele: “É preciso acabar com esta questão, e dar por uma vez como ponto decidido que a côr local, como a entendem os mestres da arte, não existe na *Confederação dos Tamoyos*”.¹⁷⁵

Outro participante da polêmica foi Pinheiro Guimarães. Sob o pseudônimo Omega, Pinheiro Guimarães publicou seu artigo no Diário do Rio de Janeiro em julho de 1856. O autor coloca-se em defesa de Alencar, porém, coloca-se contra a representação do índio na literatura que se queria nacional. Assim, como mostrado na epígrafe deste, Pinheiro Guimarães tinha como objetivo desmascarar a confraria literária que era o IHGB, bem como seu projeto de invenção histórica do Indianismo Literário. Com isso a posição do autor é contrária à representação do índio na literatura.

Segundo Pinheiro Guimarães, Magalhães escreveu de acordo com seu sentimento patriótico, assim como Camões. Mas se os heróis de Camões são os barões assinalados, ele se pergunta: “Quem são os heroes do Sr. Magalhães? São os Tamoyos, isto é, uma tribu de selvagens, que apenas tem de commum com os Brasileiros o terem outrora habitado uma parte do solo que estes agora occupão”.¹⁷⁶

Com isso, vemos que Omega não simpatiza com as tribos indígenas do país, e mais, sendo inimigos uns dos outros (portugueses e índios) desde o início do período colonial, os portugueses e agora seus filhos brasileiros não poderiam fazer uma literatura enaltecida dos feitos dos Tamoios contra os portugueses. Portanto, para Omega: “[...] quer-se dizer que o Sr. Magalhães, Brasileiro, fez um poema patriótico, quando tomou por assumpto de seus cantos os feitos de armas mais ou menos heróicos dos Tamoyos, exercidos justamente contra os Brasileiros, ou contra seus ascendentes”.¹⁷⁷

Dessa forma, Pinheiro Guimarães não acredita que seja nacional uma literatura que fale dos primitivos habitantes do país. O autor vislumbra a tendência comum nos países de buscar

¹⁷⁴ CASTELLO, 1953, p. 43.

¹⁷⁵ Idem, 1953, p. 50.

¹⁷⁶ Idem, 1953, p. 87.

¹⁷⁷ Idem, 1953, p. 87.

suas origens reais ou imaginárias. Acredita ser legítima essa busca, no entanto, preferia que fossem outras nossas origens. Segundo o autor:

Há tempos que com profunda lastima temos vistos apparecer entre nós sérias tendências de fazerem esquecer a nossa verdadeira origem, dando-nos outras, não só falta, porém, o que mais é, muito mais baixa. Outras nações, separados do berço por um grande numero de séculos, querendo elevar-se, têm esquecido a história, e fundadas em fábulas, hão procurado para si uma origem não verdadeira, porém, sempre ilustre. Alguns de nossos patrícios, porém, querem esquecer-se de que são filhos de portuguezes, não para que à sua genealogia se vá a tronco mais nobre, mas sim para fazerem-se descendentes de Tupiniquins e Botocudos. Não lhes gabamos os gostos; antes queremos provir dos Vascos da Gama, dos Castros, do Mens de Sá, do que dos Aimbires, Jagoanharos, e de outros bárbaros mais ou menos antropophagos; não podemos chamar patrióticos os poemas que procuram sublimisar as acções d'esses gentios, em como sua guerras contra os portuguezes, quando escriptas por Brasileiros.¹⁷⁸

Portanto, vemos que Omega discordava não só da representação do índio na literatura romântica, mas que discordava completamente dessa busca de origens que se processava no país naquele momento, dentro desse projeto de invenção histórica do Indianismo Literário. Segundo ele, essa origem tinha de ser reconhecida nos portugueses nossos colonizadores e não em selvagens antropófagos.

Com isso, para Pinheiro Guimarães, a obra de Gonçalves de Magalhães já veio a lume condenada a perder a disputa que então se processava, uma vez que para ele os índios não serviriam como tema literário. Com isso, Alencar nada mais fez do que anunciar a derrota do poema que nasceu fadado ao insucesso. Vejamos as palavras de Omega, que concluem seu artigo:

[...] Se Sr Ig, não foi mais que um representante da opinião pública, elle reuniu as diversas vozes de reprovação espalhadas pela cidade, englobou-as n'uma só, e, adoçando o que elas tinham de áspero, tomou a bozina da imprensa, e espalhou-as pelo mundo. Não foi portanto elle o campeão que lançou por terra a obra do Sr. Magalhães, foi apenas o arauto que anunciou o seu baque na arena.¹⁷⁹

Assim, segundo Pinheiro Guimarães, a invenção histórica do Indianismo Literário não era um consenso na sociedade da Corte, e mais, inúmeras vozes de reprovação se faziam ouvir a respeito. Desta forma, percebemos o indianismo mais como um projeto literário de Estado do que uma tendência espontânea surgida pela demanda do público e da população.

¹⁷⁸ CASTELLO, 1953, p. 88.

¹⁷⁹ Idem, 1953, p. 89.

A ligação do Estado Imperial com o projeto de invenção histórica do Indianismo Literário torna-se ainda mais evidente quando analisamos a ativa participação do Imperador dom Pedro II, não só como membro protetor e financiador do IHGB, sendo ainda grande incentivador dos estudos etnográficos e literários, mas sobretudo pela sua ativa participação na polêmica em torno da *Confederação dos Tamoios*.

Em 1849, anos antes da polêmica o Imperador propõe como programa para dissertação dentro dos estudos do IHGB: “O estudo e imitação dos poetas românticos promove ou impede o desenvolvimento da poesia nacional?” A proposição revela o engajamento do Imperador nos assuntos literários e também o caráter oficial que assumiu o Romantismo no país. E ainda, o Imperador atuou num projeto de construir uma cultura local a este Império, buscando criar uma identidade para essa frágil e jovem monarquia tropical. Segundo Lílian Schartz:

Por meio, portanto, do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, D. Pedro II tornava-se parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural.¹⁸⁰

Com isso nota-se que a participação do Imperador dom Pedro II na invenção histórica do Indianismo Literário foi ativa e substancial, atuando não só na polêmica como em todo o projeto de invenção cultural levado a cabo pelo Estado Imperial através do IHGB e outras academias culturais, tal como a Imperial Academia de Belas Artes. Ainda segundo Lílian Schartz, dom Pedro II era o chefe deste projeto de busca de originalidade cultural, assim neste momento, o Romantismo ganha status de projeto oficial do Estado Imperial, através da invenção histórica do Indianismo Literário.

Dom Pedro II publicou no Jornal do Comércio uma série de seis artigos em resposta às cartas de Ig, sob o pseudônimo “Outro amigo do poeta”. Nesses artigos, o Imperador assume posição de defesa de Gonçalves de Magalhães, refazendo o caminho crítico percorrido por Ig, reparando aquelas considerações que acreditava necessárias. Em carta enviada ao conselheiro Saraiva, anos depois da polêmica, dom Pedro II explicita sua posição: “[...] já eu fiz o plano de defesa do poema, [...] eu não abandono posição de defensor e elogiador [...] talvez seja ocasião de uma pena florida escrever algumas poesias fazendo realçar as belezas da

¹⁸⁰ SCHARTZ, 1999, p. 127.

Confederação [...]”.¹⁸¹ Dessa forma dom Pedro II explora com afinco uma série de questões de teoria e prática literária, como questões estéticas e de vocabulário. Entretanto, nos interessa aqui suas reflexões acerca do índio e de seu papel na literatura romântica que então se escrevia. Segundo José Aderaldo Castelo, uma série de fatores levaram dom Pedro II a essa postura frente à polêmica:

[...] a amizade dedicada a Magalhães, o fato de ter sido o patrocinador da edição do poema, a sua posição de protetor das letras no Brasil, seu sincero desejo de ver o país ilustrado, os efeitos da onda nacionalista, que impedia o rigoroso juízo dos nossos verdadeiros valores em todos os setores da atividade nacional, fizeram com que ele insistisse na beleza e valor literário do poema.¹⁸²

Vê-se aí então o quão profunda era a ligação do Imperador com as letras do país, sua ativa participação nos assuntos culturais nacionais através do IHGB e ainda, seu papel preponderante no processo de invenção histórica do Indianismo Literário.

No primeiro dos artigos, publicado em agosto de 1856, dom Pedro II começa fazendo reparações nas considerações de Alencar, sobretudo no concernente à pintura da vida dos índios e da história primitiva destes, que segundo Ig foi mal desenvolvida por Magalhães. Para o Imperador:

A pintura da vida dos índios não existe neste canto, encontra-se na maior parte delles, e no quarto apresenta o autor o esboço histórico, assim como as tradições primitivas de que fala o crítico, agora só trata o poeta do estado de escravidão a que foram reduzidos os índios, dispondo assim o leitor para tomar o maior interesse pela causa que defende o heroe do poema; os bellísimas comparações da andorinha presa e do guará merecião ser citadas.¹⁸³

Assim, para o Outro amigo do poeta, Magalhães não só fez o esboço histórico da vida dos índios, mas também o fez acerca das tradições primitivas destes. E mais, mostrou o estado de escravidão a que foram reduzidos, chamando a atenção dos leitores para a causa que defende o herói do poema, ou seja, a luta dos índios contra os invasores portugueses.

E na continuação do artigo, dom Pedro II pergunta-se: “Por que teve lugar a confederação dos Tamoyos? Não foi para livrar a pátria da escravidão imposta por outra

¹⁸¹ DOM PEDRO II, apud SCHARTZ, 1999, p. 134.

¹⁸² CASTELLO, 1953, p. XI.

¹⁸³ CASTELLO, 1953, p. 94.

raça?”.¹⁸⁴ Desta maneira, vemos que o Imperador concordava com o levante dos índios contra os portugueses. Assim, o Imperador não só considerava legítima a luta dos índios contra seus ascendentes, como considerava importante que essa resistência fosse lembrada e enaltecida de forma poética dentro da literatura nacional. E ainda, o Imperador considerava sinal de patriotismo a busca de nossas origens primitivas em detrimento das origens portuguesas, busca anteriormente criticada por Pinheiro Guimarães.

Nas considerações acerca da quarta carta de Ig, dom Pedro II entra na questão acerca do emprego de palavras indígenas para a composição literária. Ele próprio estudou o Tupi e o Guarani como forma de incentivar o Movimento Romântico. Segundo o Outro amigo do poeta, Magalhães não torna sua poesia nacional apenas pelo emprego de algumas palavras tupis, as quais segundo ele, não se pode desprezar para a composição literária. Assim, a idéia seria unir os dois sistemas para a feitura da literatura nacional, ou seja, utilizar as tradições e costumes indígenas como tema literário, sem esquecer o uso de palavras indígenas nessa composição. Desta forma, lembrando que outros já o tinham feito, o Imperador defende o uso feito por Magalhães destas tradições para a composição da *Confederação dos Tamoios*. Vejamos as palavras do monarca amigo das letras:

Assim como outros já o tinham feito, aproveitou o Sr. Magalhães das tradições e costumes índios o que há de mais notável, não formando delles episódios importantes senão quando exige a necessidade de dar energia à ação principal, ou a pintura do heroe que a symbolisa, como, por exemplo, na scena do hymno guerreiro e na da targapema, em que tanto sobresahe a fortaleza do character de Aimbire.¹⁸⁵

Dessa forma, o Imperador dom Pedro II não só concorda com o uso dos costumes e das tradições indígenas, como acredita que os feitos dos índios na confederação, narrada no poema de Gonçalves de Magalhães, revela o character firme e nobre que tinham esses índios lutando pela sua liberdade e seus modos de vida contra o invasor europeu. E concluindo o primeiro e mais importante de seus artigos, dom Pedro II pede que na sua ação reconheçam o valor do poema: “[...] o reconhecimento do mérito real do poema, depois que este for lido com calma, será o único elogio completo do poeta e da acção praticada pelo monarca amigo das letras”.¹⁸⁶

Quatro anos depois, na carta já citada do Imperador a seu conselheiro, dom Pedro II escreve a respeito de Ig: “[...] não queria que o Ig se empavonasse mais descobrindo um único

¹⁸⁴ CASTELLO, 1953, p. 94.

¹⁸⁵ Idem, 1953, p. 95.

¹⁸⁶ Idem, 1953, p. 102.

adversário [...] quanto a ele, ou se entra no grupo, ou se esta fora [...]”.¹⁸⁷ Com efeito, Alencar já havia publicado o *Guarani*, mesmo assim não entrou para o grupo de escritores do IHGB, mas sua obra entrou para o projeto de invenção histórica do Indianismo Literário.

Outros autores participaram da polêmica sobre a *Confederação dos Tamoios*. Alguns deles, seguindo o exemplo de Porto Alegre, desviaram-se da questão principal e em seus artigos encontra-se mais censuras ou elogios a este ou aquele contendor. Dessa forma, não possuindo valor literário, servem apenas para mostrar o calor da polêmica, as posições frente ao projeto de invenção do Indianismo Literário, evidenciando ainda o atraso intelectual de que se queixou José de Alencar.

Em dezembro de 1856, quando a polêmica já havia perdido força e já se conhecia a verdadeira identidade de Ig,¹⁸⁸ Frei Francisco de Monte Alverne publica em dezembro de 1856 seu artigo: *Considerações Críticas, Literárias e Philosophicas Acerca da Confederação dos Tamoyos, poema do Sr. Dr. Domingos José de Magalhães*. Neste, Monte Alverne procura desenvolver suas reflexões acerca do poema e também sobre as cartas de José de Alencar. Dessa maneira, o Frei Francisco assume posição neutra frente à polêmica, uma vez que suas opiniões não assumem nem posição de defesa nem de ataque em relação à *Confederação*.

Assim Monte Alverne, concorda com Ig acerca da pobreza poética do poema, ao mesmo tempo em que corrige algumas impressões de Ig que não concorda. Com isso escreve Monte Alverne: “É incontestável que o poema dos Tamoyos contém muitos defeitos de estylo; uma grande quantidade de versos carece d’harmonia e cadencia; falta mecanismo no metro; o numero e a colocação das syllabas é muitas vezes mal empregado”.¹⁸⁹ No entanto, Monte Alverne censura Alencar, pois: “O autor das cartas, a meu ver, continua a ser injusto com o Sr. Magalhães [...]”.¹⁹⁰

Sobre o poema em geral e sobre a representação do índio nesse, percebemos com mais clareza a postura dúbia de Monte Alverne. Para ele:

Tenho para mim que o poema em geral contém uma idéa nobre e um pensamento altamente patriótico; que elle está orvalhado de immensas belezas; revela estudo profundo, e traços de uma imaginação brilhante e fecunda. Suas comparações em geral são verdadeiras e bem apropriadas; o fogo e a energia da alma aquecem todo o poema; o coração do autor acha-se em toda sua obra; a pátria está sempre deante dos olhos; os erros e máos

¹⁸⁷ DOM PEDRO II, apud SCHARTZ, 1999, p. 134.

¹⁸⁸ José de Alencar reuniu suas cartas sobre a Confederação dos Tamoios em livro, no final de 1856 revelando enfim sua identidade.

¹⁸⁹ CASTELLO, 1953, p. 130.

¹⁹⁰ Idem, 1953, p. 131.

resultados de uma civilização violenta, socorrida e realizada com as armas na mão, patenteiam-se a cada momento.¹⁹¹

Assim notamos que Monte Alverne acredita no valor poético do poema, embora faça algumas correções de estilo ao mesmo. Sobre o tema, o autor concorda com o caráter patriótico que assumiu o poema, evidenciando inclusive os erros e os maus resultados da colonização portuguesa. Desse modo, o autor parece coloca-se em posição favorável à representação do índio na literatura nacional ao considerar o poema patriótico.

Segundo Monte Alverne, os diálogos e monólogos do poema contêm os princípios mais sólidos da moral e da filosofia. No entanto, acredita ser inverossímeis semelhantes diálogos na boca dos índios:

[...] parecem-me exagerados, inverossímeis e talvez até ridículos na boca de pobres índios submersos na mais torpe barbaridade e envoltos nas trevas da ignorância mais profunda. Jagoanharo, índio enviado pelos tamoyos a Tibiriçá, resumbra uma razão e uma intelligencia tão cultivada, um espírito tão sagaz e tão penetrante, que daria inveja ao mais perfeito diplomata de nossos dias; [...].¹⁹²

Com isso, apesar de acreditar ser patriótico o poema, Monte Alverne faz censuras à representação dos índios feita por Magalhães em sua obra. Para o autor, dado o estágio intelectual em que se encontravam os índios, estes não poderiam possuir a inteligência manifestada no poema, com isso, chama de exageração ou anacronismo a representação dos índios presente na ficção de Magalhães. Dessa forma, apesar de concordar com o patriotismo do poema, Monte Alverne discorda do enaltecimento dos índios contida nas páginas da *Confederação dos Tamoios*.

As concepções de Varnhagen acerca dos povos indígenas não foram aceitas tacitamente, sem contestação dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1860, Gonçalves de Magalhães, escritor indianista e membro atuante dentro dos estudos do IHGB, publica na revista do Instituto o artigo *Os indígenas do Brasil Perante a História*, depois de um pedido direto do Imperador dom Pedro II. Sobre o pedido do Imperador e a tarefa de escrever o artigo, diz Magalhães:

[...] cabe-me agradecer, como boamente o faço, a Sua Majestade o Imperador, houver-me dado ocasião de coordenar os estudos sobre os

¹⁹¹ CASTELLO, 1953, p. 123.

¹⁹² Idem, 1953, p. 123.

indígenas, que já de algum tempo antes me ocupavam, e de ter feito nascer a oportunidade de os apresentar a essa associação tão altamente protegida. Se além do prazer de ter coordenado uma tarefa que, talvez erradamente reputo difícil, me fosse dado enunciar um desejo, quizera, não que fosse considerado o panegyrico de uma raça, que mas merece comiserção do que louvor, mas com um brado, embora fraco, em favor da catequese dos indígenas.¹⁹³

Com isso notamos que o autor escreve não só para contestar Varnhagen, mas também para mostrar que os índios mereciam e deveriam receber a catequese, ou seja, devido às suas qualidades deveriam ser incorporados à nação e teriam também garantido seu lugar na literatura nacional.

Neste artigo, Gonçalves de Magalhães faz um minucioso estudo da história e sobretudo da etnologia indígena, provando com exemplos tirados destes campos de conhecimento, que os índios estavam longe de serem os seres decadentes como acreditava Varnhagen. A idéia era “mostrar esse elemento tal como elle é, ou ao menos tal como se nos apresenta; rehabilital-o aos olhos da philosophia e da história, é o fim a que agora me proponho [...]”.¹⁹⁴ O texto está, portanto, carregado de representações indianistas, que enaltecem os indígenas com o intuito de atingir o fim proposto pelo artigo e que configuram também um campo de possíveis estéticos sobre o índio. O artigo mostra ainda a posição de Magalhães com relação ao Indianismo Literário, bem como sua posição no campo literário e conseqüentemente no campo de poder.

Segundo Gonçalves de Magalhães, Varnhagen na sua obra *História Geral do Brasil*, reuniu e abonou todas as acusações que tem sido feitas contra os nossos selvagens em páginas diversas, “concedendo-lhes apenas insignificantes virtudes”. Para Magalhães, J.J. Rousseau escreveu seu discurso, para evitar essa indiferença pelo indígena e para provocar o barulho da crítica. Com isso, o autor clama a Varnhagen que: “Com os ouvidos do philosopho de Genebra, ouça o autor da ‘História Geral do Brasil’ o pequeno ruído da nossa voz, e consinta de bom grado que a elle nos acostemos, para dar vida e actualidade às nossas reflexões”.¹⁹⁵

Com isso, Magalhães propunha que se visse os índios com esses olhos da filosofia de Rousseau, ou seja, queria que Varnhagen visse as virtudes dos índios naquilo que eles são de fato, ou seja, homens primitivos, próximos à natureza. Desta forma, eles têm de ser vistos considerando essa especificidade. As palavras de Magalhães evidenciam ainda a influência da

¹⁹³ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 1838- Trimestral. T 23, 1860. p. 396.

¹⁹⁴ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, T 23, 1860. p. 06.

¹⁹⁵ Idem, T 23, 1860. p. 08.

filosofia de Rousseau na forma de se ver o índio e conseqüentemente na forma de representá-lo, uma vez que esses preceitos filosóficos atuaram como conceitos formadores do indianismo e conseqüentemente do Indianismo Literário.

No seu artigo, Magalhães escolheu alguns pontos do texto de Varnhagen para contestação. O texto é longo e discute inúmeros detalhes, como por exemplo, a alcunha “indígena” dada aos índios, preceitos religiosos dos mesmos, organização social, entre outros. Aqui não se pretende mostrar detalhadamente todos esses pontos de contestação, e sim mostrar alguns deles para entendermos o debate em torno do índio e de seu lugar na população do Brasil e na literatura romântica.

Para Magalhães, Varnhagen é um grande historiador da conquista do Brasil pelos portugueses e também um grande defensor da civilização, que tem defendido: “mesmo a ferro e fogo, pelo captivo dos povos brasileiros, com quem não sympathisa, talvez por não conhecê-los; e a quem tudo nega, até o título de indígenas, chamando-lhes vindiços alienígenas como para não dever-lhes caridade alguma”.¹⁹⁶ Assim para Magalhães, Varnhagen não simpatiza com os índios por não conhecê-los e negando-lhes o título de indígenas, o historiador queria eliminar a presença incômoda dos primitivos habitantes do país. Sendo alienígenas, não faziam parte da civilização brasileira, muito menos poderiam aparecer na literatura nacional.

Gonçalves de Magalhães, sendo estudioso interessado pela etnografia indígena e escritor indianista, nutria uma profunda simpatia e até mesmo admiração pelos povos indígenas. Para o autor, os índios têm de ser vistos na sua peculiaridade para assim entendermos seu caráter e sua verdadeira natureza. Para Magalhães:

O homem mesmo selvagem não deixa por isso de ser ente racional e moral; em sua alma, bem como em seu corpo, existem todos os attributos naturaes que o constituem nosso irmão; se lhe falta nesse estado o desenvolvimento da intelligencia nas sciencias e nas artes, e algumas grandes virtudes, raros dotes de bem poucos entre os povos civilizados, em compensação porem o não mancham grandes vícios e crimes que entre esses se observam; por que a cultura desenvolve tudo, o bom e o mau, a virtude e o vicio. Oxalá assim não fosse!¹⁹⁷

Com isso Magalhães faz a defesa dos povos selvagens, chegando a construir uma representação indianista destes. E com os olhos do filósofo de genebra, o autor propaga a idéia de que a cultura, ou seja, a civilização desenvolve tudo, inclusive as virtudes e os vícios.

¹⁹⁶ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, T 23, 1860, p. 09.

¹⁹⁷ Idem, T 23, 1860. p. 28.

E se os índios são primitivos, ao menos seu caráter não foi perdido para a civilização corrompida.

Sendo filho desta civilização, Gonçalves de Magalhães diz que não pode concordar inteiramente com Rousseau, no entanto e nem por isso pode concordar com o historiador defensor do estado civilizado. Vejamos as palavras do poeta Magalhães:

Filho da civilização, admirando suas maravilhas, gozando dos seus dons, nem por pensamento, nem por zombaria pretendo imitar o philosopho de Genebra, nesse seu discurso em favor do estado selvagem, verdadeiro brinco de uma imaginação caprichosa [...]. Mas por amor dessa civilização mal definida, que é o ídolo do nosso historiador, não irei quase ao ponto de accusar a Providência de haver abandonado a espécie humana só a mercê de instinctos ferozes, dizendo como elle ‘sem os vínculos das Leis e da religião o triste mortal propende tanto à ferocidade que quase se metamorphosea em fera’.¹⁹⁸

Desta maneira, Magalhães coloca-se não como defensor do estado primitivo em detrimento do estado civilizado, mas coloca-se em defesa dos povos indígenas que tem sido pintados com as cores erradas pelo historiador Varnhagen. Segundo ele, seria injusto dizer como alguns escritores que os índios: “eram falsos, infiéis, desconfiados e nenhuma idéia tinham de sã moral”. Pelo contrário, segundo Magalhães os índios tinham uma “Hospitalidade e generosidades sem limites até para o inimigo, [...] tão patriarcal costume si não era um preceito de sua religião, a que jamais faltaram, si não era a manifestação espontânea da bondade de seus corações”.¹⁹⁹

Com as concepções de Varnhagen sobre os índios, que tão pouca simpatia tinha por povos que não tinham leis escritas, não possuíam organizações sociais complexas, não tinham uma religião institucionalizada, Magalhães não se admira que o historiador:

[...] não saiba por que há poetas, e até philosophos que às vezes fazem a satyra da civilização, descobrindo algumas virtudes no estado selvagem, nem que por isso vejam nesse estado a maior felicidade humana. Os brocados da civilização encobrem muitas misérias, e a pouco chegam; e prestam-se mais à sátira do que a pobreza do selvagem.²⁰⁰

Com essas declarações de Magalhães, vemos o quão evidente estava a discussão em torno da literatura indianista. Notamos que o poeta escreve seu texto não só para contestar as concepções de Varnhagen acerca dos povos indígenas, mas para fazer a defesa destes e

¹⁹⁸ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, T 23, 1860, p. 30-31.

¹⁹⁹ Idem, T 23, 1860, p. 28.

²⁰⁰ Idem, T 23, 1860, p. 31

conseqüentemente justificar a produção literária indianista. Se os índios estavam longe de ser os homens ferozes de Varnhagen, se possuíam inúmeras virtudes e qualidades específicas de sua condição selvagem, se eram os verdadeiros indígenas, habitantes primitivos da nação, obviamente que teriam seu lugar garantido na produção literária, sendo coroados como o símbolo máximo da nacionalidade brasileira.

Concluamos com as próprias palavras de Magalhães a respeito da obra histórica de Francisco Adolfo de Varnhagen. Diz o autor:

Posso enganar-me, como me persuado as vezes que outros se enganam: mas ousou declarar que não sympathiso com as idéias moraes e políticas da ‘História Geral do Brasil’ e a não acho imparcial e verídica na parte relativa aos índios, e ao modo por que os tratavam. Mas si não tenho motivos para victoriar os seus opressores, não unirei por isso minha voz ao coro dos que os accusam. Em uns e outros devemos o que somos. Bons e maos, constituem o passado do Brasil, e nenhuma nação conhecida teve mais illustres fundadores.²⁰¹

Sendo os índios parte imprescindível de nosso passado, sendo ilustres fundadores da nação bem antes da chegada dos conquistadores portugueses, naturalmente que serviriam como tema literário.

Por fim, Magalhães acredita que não devemos desconhecer a importância dos índios na população do Brasil, e não devemos acusá-los de defender suas terras frente à invasão dos portugueses. Segundo ele, os índios apenas retribuíram o mau com o mau, e se lutaram e mataram para defender sua vida e liberdade, a Justiça estará ao lado deles em detrimento dos portugueses, invasores e escravizadores que matavam simplesmente por ganância. Daí a relevância dos índios para a população do Brasil e principalmente para a sua literatura que se queria nacional e nacionalista. Concluamos com o poeta Gonçalves de Magalhães: “Por isso é que os feitos dos indígenas offerecem argumento sympathico à nossa poesia nacional. E como bem notou o Sr. Odorico Mendes: os selvagens, rudes e de costumes quasi homéricos, podem prestar belos quadros à epopéia”.²⁰²

Para concluir, notamos que a literatura indianista constitui-se em projeto de Estado. Dada as ligações do campo literário com o campo de poder, percebemos claramente a influência deste sobre aquele. Com isso, vemos escritores românticos, ligados ao Estado Imperial através do IHGB, produzindo uma literatura engajada no projeto Imperial de constituição de uma cultura local. Desta forma, o Indianismo Literário configura-se como

²⁰¹ REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, T 23, 1860. p. 48.

²⁰² Idem, T 23, 1860. p. 63.

uma invenção histórica levada a cabo pelo IHGB e pela elite cultural da Corte, através de suas ligações com o Estado Imperial.

O texto mostra ainda, as posições no campo e as tomadas de posição estéticas de diferentes intelectuais em relação a esse projeto. Com isso vemos o grupo diretamente ligado ao IHGB, e também a participação de outros grupos distantes daquele. Desta forma, notamos o embate entre o grupo de escritores que tinham a legitimidade e o aparato do Estado em suas produções e aqueles que não o tinham. Assim, o grupo do IHGB, que eram escritores dependentes do campo de poder, atuou explicitamente neste projeto de invenção histórica do Indianismo Literário.

Conclusão

Os artistas em geral e os escritores em particular, foram sempre considerados como pessoas especiais, seja por sua produção, seja por seu gênio criador ou até mesmo por suas excentricidades nos modos de vida. Assim, a explicação para o surgimento de determinada obra de arte esteve quase sempre ligada à idéia do gênio criador. O escritor produzia uma obra literária porque seu gênio o levava naturalmente a isso, independentemente de sua formação, de sua posição no campo literário, das pressões e interesses de outros campos, ou mesmo das disposições estéticas de seu tempo.

Desse modo, a explicação para o surgimento de uma obra de arte conformava-se com uma justificativa simplista, baseada quase sempre na idéia do gênio criador. Contudo, as contribuições da sociologia da arte, aliada à análise histórica, tem procurado mostrar que as obras de arte surgem em determinado momento histórico condicionada a fatores que escapam à idéia do gênio criador.

Com isso, para se entender o fenômeno artístico literário temos de levar em consideração o momento histórico de seu surgimento, bem como os cânones estéticos em voga, a posição dos escritores envolvidos no campo literário, a posição deste campo com relação ao campo de poder, bem como as determinações de um sobre outro, e ainda, a formação do *habitus* desses escritores, configurado por um campo de possíveis estéticos sobre determinado tema.

Assim, o Indianismo Literário foi um fenômeno artístico literário que pode ser categorizado como uma invenção histórica. Desse modo, a representação literária que faz apologia do indígena e seus modos de vida pode ser esmiuçada retrospectivamente através da análise sócio-histórica. Com isso, essa invenção pode surgir involuntariamente dentro das idéias de determinada época, seja na cultura popular, nas práticas culturais eruditas, nos discursos oficiais e culturais, nos discursos filosóficos e até mesmo pode-se desenvolver voluntariamente ligado a um grupo de pessoas ou a uma instituição oficial, ligada ao Estado.

Desta forma, essa invenção irá comportar uma profunda ligação entre o conhecimento produzido sobre o índio, com os interesses e disposições do campo literário romântico em formação.

Como visto, a descoberta do Novo Mundo e dos seus habitantes, os indígenas, causaram uma grande sensação nos europeus, sensações essas que variaram de assombro, curiosidade, admiração, simpatia, benevolência, entre outras. Assim, esses habitantes do Novo Mundo,

sendo também homens novos para os europeus, tiveram de ser incorporados ao imaginário do Velho continente.

Com isso, se desenvolveram na Europa discussões acaloradas sobre o homem americano, com teorias científicas e filosóficas que advogavam a favor ou contra os povos indígenas. Uns o viam como selvagens, monstros bárbaros comedores de gente. Outros viram nos indígenas o homem em estado natural, próximo à natureza e naturalmente bom. Desta forma, os partidos se dividiram em apologistas e detratores do índio. O primeiro dos partidos foi representado por filósofos como Michel de Montaigne e principalmente por Jean-Jacques Rousseau, responsável pelo conceito basilar do Indianismo, a idéia do *Bon Sauvage*. No segundo grupo destaca-se o naturalista Buffon, o abade Corneille de Pauw, entre outros.

Com o Romantismo, a idéia do *bon sauvage* ganha corpo, através do surgimento de cânones estéticos do movimento que se relacionam diretamente com a concepção de Rousseau sobre o índio. Cânones tais como, o primitivismo, o historicismo, o nacionalismo e a “cor local”, que acabam por colocar o indígena em primeiro plano nas suas produções estéticas.

Assim, notamos que a invenção histórica do Indianismo Literário tem um impulso involuntário, ao surgir inconscientemente dentro dos conceitos e idéias sobre o índio, e também pela relação estabelecida entre esses conceitos e os cânones estéticos do Romantismo. Contudo, esse movimento involuntário pode se transformar em um movimento voluntário, consciente, ou seja, pode se tornar um projeto oficial de invenção histórica, de acordo com interesses específicos de grupos ou instituições ligados ao campo artístico e literário.

Desse modo, no Brasil Imperial recém independente, era velado o interesse dos grupos dominantes, ou melhor, do campo do poder, em criar elementos de representação que pudessem servir de símbolo da nacionalidade do país. Essa criação de elementos da nacionalidade dava-se nos diversos campos da arte, entre eles, na arte pictórica com os trabalhos da Imperial Academia de Belas Artes. Contudo, seria na literatura que essa tendência se acentuaria até se tornar um projeto oficial de Estado.

Ao que tudo indica, a escolha do índio para ocupar esse lugar de destaque dentro da cultura nacional se deu dentro de um processo histórico complexo, envolvendo formas culturais de se ver os índios, disputas e conflitos ideológicos além de interesses políticos. Em primeiro lugar, o índio era o elemento primitivo da nação, aquilo que tínhamos de mais exótico e particular. As discussões filosóficas em torno deles e depois os relatos de viagem escritos a seu respeito deixam isso bem claro. Depois, à época da independência, ocorre o

chamado nativismo, quando os brasileiros passaram a valorizar as origens nativas do país, e onde os índios e sua cultura ascendem para o primeiro plano, onde se viu famílias abandonando os nomes e sobrenomes portugueses e adotando nomes de origem indígena. Além disso, a relação estabelecida entre a filosofia de Rousseau, os cânones estéticos do Romantismo e o índio, fizeram com este fosse visto de modo mais benevolente, desenvolvendo-se o indianismo, ou seja, os discursos apologistas do indígena e de suas civilizações.

Como visto, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o projeto de invenção histórica do Indianismo Literário ganha um local propício para seu desenvolvimento e propagação. O Instituto congregava em seus quadros a elite cultural, política e econômica do período, além de importantes escritores indianistas como Gonçalves Dias e Gonçalves de Magalhães. Além disso, o próprio Imperador dom Pedro II, o monarca amigo das letras, sendo membro ativo do Instituto, se tornaria o líder deste projeto de invenção histórica.

Desta forma, o campo literário passou a produzir de acordo com as determinações do campo do poder, dada a relação estrutural de subordinação de um campo sobre outro. E essa influência não foi só política. O Instituto Histórico produziu um vasto conhecimento sobre os povos indígenas do país, que atuaram no sentido de configurar um campo de possíveis estéticos com os quais os escritores iriam formar seu *habitus* e produzir suas obras ficcionais.

Esse campo de possíveis foi configurado ainda pelos relatos de viagem escritos por europeus e norte americanos que visitaram o país. Relatos que comportam inúmeras representações indianistas ou não, que além de configurar um campo de possibilidades estéticas de criação ficcional sobre o índio, atuaram no sentido de configurar o narrador de ficção na literatura Romântica. Além disso, o IHGB se tornou o placo principal, juntamente com a imprensa periódica da época, de uma acalorada disputa ideológica sobre a viabilidade de se escrever uma literatura tendo o índio como figura central. Desse modo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro atuou quase que como um aparelho ideológico de Estado, na acepção de Antonio Gramsci.

As obras literárias indianistas têm uma história e um campo de conhecimento particular, de modo que não cabe uma análise aqui. Porém, algumas palavras podem ser ditas.

O tema indígena aparece pela primeira vez com os poemas épicos de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, *O Caramuru* e *O Uruguay*, respectivamente. Escritas no final do século XVIII, ambos os poemas tem a temática indígena em primeiro plano, ainda que não se possa chamá-las de indianismo, uma vez que não fazem apologia dos índios e de suas civilizações.

Poesias e poemas indianistas, ou seja, que fazem apologia do índio, encontra-se nos *Primeiros Cantos*, de Gonçalves Dias. Publicados em 1846, ou seja, após a independência e após a criação do Instituto Histórico, a obra traz poemas que fazem apologia, que enaltecem os povos indígenas e suas qualidades e virtudes.

Contudo, será Gonçalves de Magalhães quem irá escrever a obra indianista mais engajada com o projeto de invenção histórica do Indianismo Literário. O poema épico Indianista *A Confederação dos Tamoios*, fora escrita após um pedido direto do Imperador dom Pedro II a Magalhães. Assim, a obra é inteiramente dedicada ao Imperador, que inclusive foi o patrocinador da luxuosa primeira edição da obra. A mesma causou uma acalorada polêmica em torno da representação do índio na literatura e principalmente acerca da qualidade estética da mesma.

Posteriormente, Gonçalves Dias se lança no mesmo caminho que Magalhães e escreve um poema épico indianista dedicado ao Imperador dom Pedro II, *Os Timbiras*. Escrita em 1857, um ano após a publicação da *Confederação dos Tamoios* e da famosa polêmica que deu origem, Gonçalves Dias não conseguiu terminá-la, mesmo dedicando a obra ao Imperador. Um ano depois publica um dicionário de língua Tupi, mostrando o interesse do autor pelos assuntos indígenas.

Porém, será José de Alencar quem irá se dedicar ao tema com mais afinco. Como visto, Alencar não participava da confraria literária que era o IHGB, contudo partilhava do mesmo *habitus* daqueles escritores, e em busca de consagração literária, escreveu obras de temática indianista.

O romance indianista *O Guarani*, escrito em 1857, e publicado em forma de folhetim ao longo do mesmo ano, inaugura os trabalhos do autor dentro da temática. Posteriormente, Alencar publica *Iracema* em 1865. E nove anos depois, publica *Ubirajara*, em 1874. Assim, vê-se que Alencar dedicou-se bastante ao tema, ao escrever três romances indianistas.

Outros autores também se dedicaram ao tema, entre eles Firmino Rodrigues com sua *Nêmia*, de 1837 e Bernardo Guimarães com as obras *Ermitão de Muquen*, de 1869 e o *Índio Afonso* do mesmo ano. Além deles, destaca-se Machado de Assis, com sua coleção de poesias onde o índio aparece como tema, as *Poesias Americanas*, de 1876.

Desse modo, o Indianismo Literário constitui-se numa invenção histórica. Invenção essa que surge de forma involuntária dentro do pensamento e das idéias de europeus e brasileiros sobre o índio, até se tornar, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um verdadeiro projeto de Estado. Esse projeto consolida o movimento e legitima a produção ficcional do Indianismo Literário.

Fontes

ALENCAR, Jose de. **Como e porque sou romancista**. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **Cartas sobre a Confederação dos Tamoios 1856**. In: CASTELLO, José Aderaldo. *A Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios*. São Paulo, FFLCH-USP, 1953.

_____. Pós-escrito a 2 ed. De Iracema. In: **Obra Completa**. V.1.

“Cartas de Varnhagen a Dom Pedro II”, In: **Anuário do Museu Imperial**. T.IX (1948), Petrópolis.

“Correspondência Ativa de Francisco Adolfo de Varnhagen” (Coligida e apresentada por Clado Ribeiro Lessa). Rio de Janeiro, INL / MEC, 1961.

CASTELLO, José Aderaldo (org.) **A Polêmica sobre a Confederação dos Tamoios**. São Paulo: FFLCH-USP, 1953.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil**. São Paulo: Edusp, 1989.

_____. **Cidade Mestiça: Nascimento da Imagem de uma Nação**. Textos de Luis Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras 2001.

DIAS, Gonçalves. **Correspondência Ativa**. Anais da Biblioteca Nacional, vol 84, 1964.

ENDER, Thomas. **Viagem ao Brasil nas aquarelas de Thomas Ender 1817-1818**.

EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

KIDDER, Daniel. **Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil**. Trad. Moacir M.

Vasconcelos. Brasília, Senado Federal, 2001.

KOSTER, Henry. **Travels in Brazil**. USA: Southern Illinois University Press, 1966. p. 57.

MARTHIUS, CFD Von. **Como se deve escrever a historia do Brasil**. O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil. Belo Horizonte:Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1981.

MAGALHÃES, Gonçalves de. **A Confederação dos Tamoios**.

MAGALHÃES, D.J. Gonçalves de. **Os indígenas do Brasil perante a história**. Memória oferecida ao Instituto histórico e Geographico e Ethographico do Brazil em 1859, Opúsculo Histórico e Literário. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

PRADO, J.F. de Almeida. **Jean Baptiste Debret**. São Paulo: Edusp, 1973.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

RUGENDAS, José Maurício. **Viagem Pitoresca através do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1972.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO, Rio de Janeiro, 1838 – Trimestral.

SEIDLER, Carl. **Dez Anos no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

SPIX & MARTIUS. **Viagem Pelo Brasil, 1817-1820**. Vol II. Rio de Janeiro: Edições Melhoramentos e IHGB, 1976.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. **Como se deve entender a nacionalidade na historia do Brasil**. Anais do Museu Imperial, Petrópolis, 09, 1998.

_____. **Opúsculos históricos e literários**. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

_____.Discurso preliminar: os índios perante a historia. In:
Historia geral do descobrimento... Tomo segundo: Rio de Janeiro: Laemmert, 1857.

_____.**O Descobrimento do Brasil**, chronica do fim do décimo
quinto século. (authentica revista, correcta e accrescentada pelo autor) 2 ed, Rio de Janeiro,
Typ. De J. Villeneuve e cia., 1840.

_____. **Florilégio da Poesia Brasileira;** ou, Collecção das mais
notáveis composições do poetas brasileiros falecidos, contendo as biographias de muitos
delles, tudo precedido de um ensaio histórico sobre as letras no Brazil. V.1 e 2, Lisboa: Imp.
Nacional, 1850; v.3, Madri, Imp. Da V.D.R.J. Dominguez, 1853.

“*O Caramuru perante a história*”, In RIHGB t.x (1848). Rio de Janeiro.

Bibliografia

ALENCAR, José de. **Ubirajara**, 1874

_____. **Iracema**, 1865.

_____. **O Guarani**, 1857.

Almeida, Manuel Antonio. **Obra Dispersa**. Rio de Janeiro: Graphia, 1991.

ABREU, Martha Campos. **O Império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900. Tese de Doutorado, Campinas, Unicamp, 1996.

AUERBACH, E. **Introdução aos Estudos Literários**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ALENCASTRO, L. F. **O Fardo dos bacharéis**. In: Novos Estudos Cebrap n 19, 1987.

ATAIDE, Vicente. **A narrativa de ficção**. Curitiba: Editora dos Professores, 1972.

ANJOS, Cyro dos. **A Criação Literária**. Rio de Janeiro: Mec, 1956.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ASSIS, Machado de. Instinto de Nacionalidade. In: **Obras Completas de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Editores, 1970.

BONET, Carmelo M. **As Fontes da Criação Literária**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BURKE, Peter. **O Renascimento Italiano**: cultura e sociedade na Itália. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **As Regras da Arte**: Gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1977.

_____. **Razões Práticas sobre a Teoria da Ação**. São Paulo: Papyrus Editora, 1997.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Europa-América, 1983.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos Viajantes**. São Paulo: Odebrecht, 1994.

BITTENCOURT, José Neves. **Da Europa possível ao Brasil aceitável**. A construção do Imaginário Nacional na Conjuntura e formação do Estado Imperial 1808-1850. Dissertação de Mestrado. Niterói, ICHF, UFF, 1988.

BRUYAS, Jean Paul. **Os Maxcalis de Ferdinand Denis**. Editora Crítica. Conselho Estadual de Cultura de São Paulo, 1979.

BORNHEIN, Gerd. **Filosofia do Romantismo**. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

BIERSACK, Alleta. Saber Local, História Local, Geertz e Além. In: HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BROCA, B. **Românticos, Pré-Românticos e Ultra-Românticos**. Vida Literária e Romantismo brasileiro. São Paulo/ Brasília: Polis/ INL, 1979.

BITTERCOURT, Feijó. **Instituto histórico: os fundadores**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. São Paulo: Hucitec/Edunesp, 1988.

BARROS, José Marcio. Cultura, memória e identidade: contribuição ao debate. In: **Cadernos de Historia da PUC-MG**. Vol. 4 n.05 dez 1999. p. 32.

CUNHA, Edith Pimentel. **O Português no Brasil**, textos críticos e teóricos. São Paulo: Edusp, 1978.

CARVALHO, Katia. **Travessia das Letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 2 v. (1836-1880) 8 edição. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. 8 ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

CAMPOFIORITO, Quirino. **A Missão Artística Francesa e seus discípulos 1816-1840**. Rio de Janeiro: PINAKOTHEKE, 1983.

CARR, E.H. **Que é História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

COSTA LIMA, Luiz. **Sociedade e Discurso Ficcional**, 1986.

_____. **O Controle do Imaginário**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAVES, Vania Pinheiro. **O Uruguai e a Fundação da Literatura Brasileira**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

COUTINHO, Afrânio (org). **Caminhos do Pensamento Crítico**, 1972.

CHALHOUB, Sidney & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.) **A História Contada**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro. Política Indigenista no Século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, Edusp, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CANO, Jefferson. **O Fardo dos Homens de Letras**: O “orbe literário” e a construção do império brasileiro. Tese de doutorado: Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. História e historiografia: Textos, Símbolos e o Espírito Francês. In: **História: Questões e Debates**. Curitiba, v.13, n 24, p.5-27, jul./dez. 1996.

CHARTIER, R. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CESAR, Guilhermino. **Historiadores e Críticos do Romantismo**. A contribuição européia: crítica e história literária. São Paulo: Edusp, 1978.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da Folia**: Uma História Social do Carnaval Carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. (org.) **Carnavais e outras frestas**. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2002.

CARPEAUX, O M. **Pequena Bibliografia Crítica da Literatura brasileira**. Rio de Janeiro:

Letras e Artes, 1969.

COUTINHO, A. **Introdução à Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

_____. **A Tradição Afortunada**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968.

_____. **Conceito de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

CESTARI, L. **D.Pedro e o IHGB**. São Paulo: Fapesp, 1994.

CUNHA, Celso. **Língua, nação e alienação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

CASTELLO, José Aderaldo (Org.) **Textos que interessam à história do romantismo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1960.

DE MARCO, V. **A Perda das Ilusões: o romance histórico em José de Alencar**. Campinas: Unicamp, 1993. Consultar.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DILTHEY, W. **Introducion a las Ciencias del Espiritu**. México: Fondo de Cultura Economica, 1949.

DOSSE, François. **A História à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Edunesp, 2001.

DIAS, Gonçalves. **Os Timbiras**, 1857.

DRIVER, David Miller. **The Indian in Brazilian Literature**. New York: Hispanic Institute in the United States, 1992.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. São Paulo: Editorial Presença, 1990.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia Bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica. (1870-1940). São Paulo: Edunesp, 2002.

FERRREIRA, Antonio Celso. **História e Literatura**: fronteiras móveis e desafios disciplinares. Revista da Pós-graduação da Unesp.

FIGUEIREDO, Afonso Celso. **Por que me ufano de meu país?** 11 ed, Rio de Janeiro: F. Briguiet Cia, 1937.

FERREIRA, Maria Celeste. **O Indianismo na Literatura Romântica Brasileira**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

FREIRE, Laudelino de Oliveira. **Pedro II e a Arte no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 49 ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

_____. **Sobrados e Mucambos**. 15 ed. São Paulo: Global Editora, 2004.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Olhos de Madeira**: Nove Reflexões sobre a Distância. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

_____. **O Queijo e os Vermes**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GAY, Peter. **O Estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p.1-27.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O Tribunal da Posteridade. In: PRADO, Maria Emilia. (org.) **O Estado como vocação**: Idéias e Práticas Políticas no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: Editora ACESS, 1999.

GINSBURG, J. (Org.). **O Romantismo**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.

GOSSMAN. L. **Between History and Literature**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

GRAMSCI, A. **Literatura e Vida Nacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

_____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Circulo do Livro, s/d.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: História de uma Polêmica (1750-1900). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUNT, Lynn. **A Nova história cultural**. São Paulo: Martins fontes, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **Visão do Paraíso**: Os Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HOBSBAWN, Eric J & ZANGER, Terence (orgs.). **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWN, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

ISER, W. A interação do texto com o leitor. In: LIMA, Luis Costa. (org.). **A Literatura e o Leitor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOWY, Michael & SAYRE, Robert. **Romantismo e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A Utopia do Poderoso Império**, Portugal e Brasil nos bastidores da Política, 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1995.

LIMA, Nísia Trindade. **Um Sertão Chamado Brasil**. Rio de Janeiro, 1999.

LACAPRA, Dominick & KAPLAN, Steven. **Modern European Intellectual History**. New York: Cornell University Press, 1982.

LIMA, L. C. **O Controle da Imaginação**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEITE, Dante Moreira. **O Caráter nacional brasileiro**. História de uma Ideologia. 5 ed. São Paulo: Ática, 1992.

MELO FRANCO, Afonso de A. **O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa**. 2 Ed, Coleção documentos brasileiros, Livraria José Olympio Editora, 1976.

MAURO, Frederick. **O Brasil no tempo de Dom Pedro II, 1831-1889**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MATOS, Claudia Neiva de. **Gentis Guerreiros: O Indianismo de Gonçalves Dias**. São Paulo: Atual Editora, 1988.

MONTAIGNE, Michel. **Ensaio**. Obras Completas. Publifolha, 1998.

MURARI, Luciana. **O Culto da Diferença**: Imagens do Brasil entre Exotismo e Nacionalidade. In: Revista de História da Usp. FFLCH-USP, n 141, 1999.

MENEZES, R. **Dicionário Literário Brasileiro**. 2ed. Rio de Janeiro, CTC, 1978.

NORBERT, Elias. **A Sociedade de Corte**. Lisboa: Estampa, 1987.

ORR, L. **The revenge of Literature**: A history of history. In: New Literary History. v. 18, n 1, 1986.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.) **Discurso Fundador**: a formação do país e a construção da Identidade Nacional. Campinas: Pontes, 1983.

PENA, L.C.Martins. **Folhetins – A Semana Lírica**. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1965.

PUNTONI, Pedro. “**A confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães**: a poética da história e a historiografia do império.” In: Novos Estudos Cebrap, n 45, julho de 1996.

PEREIRA, Lucia Miguel. **A Vida de Gonçalves Dias**. Rio de Janeiro: Livraria Jose Olimpio Editora, 1943.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tomo III. São Paulo: Papyrus Editora, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. In: Os Pensadores: **Rousseau**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Petrópolis, Vozes, 1982.

RIBEIRO, Renato Janine. ”Iracema ou a Fundação do Brasil”. In: FREITAS, Marcos César de (org.) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplêndido**: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

REVEL, J. **A Invenção da Sociedade**. Lisboa: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização**: A representação do Índio de Caminha a Vieira. São Paulo: Edunesp, 1996.

REIS, José Carlos. **Tempo, História, Evasão**. São Paulo: Papyrus Editora, 1994.

RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-Françoise. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial**: A Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Toop Books, 1996.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria Coroada**: O Brasil como Corpo Político Autônomo 1780-1831. Tese de Doutorado, Unicamp, 1997.

SUSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual Romance?** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

_____. **Cinematógrafo de Letras**: Literatura, Técnica e Modernização no Brasil. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1987.

_____. **O Brasil não é longe daqui**: O narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 4 ed, São Paulo: Martins Fontes, 1971.

SCHARTZ, LÍlian M. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis**: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O espetáculo das Raças:** Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **O Império em Procissão:** Ritos e símbolos do Segundo Reinado. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **Racismo no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2000.

Apresentação de Robert Wagner e Julio Bandeira. Petrópolis: Kapa, 2000.

_____. Marshall Sahlins ou por uma antropologia estrutural e histórica. In: **Cadernos de Campo**, n 9, 2001.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza. **História da Literatura e outros Ensaio.** Organização, Apresentação e notas por Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002.

SILVA, Ana Rosa Clochet. **Construção da Nação e Escravidão no Pensamento de José Bonifácio, 1783-1823.** Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** tensões culturais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SALIBA, E.T. **As Utopias Românticas.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SCHWARZ, R. Nacional por Subtração. In: **Cultura Brasileira.** Tradição/Contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores/ Funarte, 1987.

SCHADER, Egon. A Etnologia no Brasil. In: FERRI, Mario Guimarães & MOTOYAMA, Shozo. **História das Ciências no Brasil.** São Paulo: Edusp, 1980.

SANTOS, A.C.M. **A Invenção do Brasil:** um problema nacional. In: Revista de História n 118. São Paulo: Usp, 1985.

_____. **Memória, História, Nação:** propondo questões. In: Tempo Brasileiro n 187. Rio de Janeiro, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. O escritor como genealogista: a função e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana. **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994.

SCHAPOCHNICK, Nelson. **Dos Parnasos e florilégios aos ensaios de história literária: experimentações românticas**. História, vol. 16. São Paulo: Unesp, 1997.

_____. **Letras de Fundação: Varnahgen e Alencar – Projetos de narrativa instituinte**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1992.

_____. **Saber e poder: uma análise da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. (relatório final, Iniciação Científica/Fapesp proc.84/1476-4). São Paulo, 1984.

TREECE, David. **Exiles, Allies, Rebels: Brazil Indianist Movement, Indigenist Politics, and the Imperial Nation-State**. In: Contributions In Latin American Studies N. 16. Westport, Connecticut/London: Greenwood Press, 2000.

VILLATA, Luis. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”, In: SOUZA, Laura de Mello (org.) **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-História: Os Protagonistas Anônimos da História**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: História Cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VALADÃO, Virginia Marios e AZANHA, Gilberto. **Senhores destas Terras. Os povos indígenas do Brasil: da colônia aos nossos dias**. 2 ed. São Paulo: Atual Editora, 1991.

WEBER, João Ernesto. **A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia**

brasileira. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

WEHLING, Arno. (Coord.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

WELLEK, René e WARREN, Austin. **Teoria da Literatura e Metodologia dos Estudos Literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.